

Hilmária Xavier Ribeiro
José dos Santos Costa Júnior
[Orgs.]

histórias da paraíba

ensaios sobre cultura, política e ensino de história



**HISTÓRIAS DA PARAÍBA:
ENSAIOS SOBRE CULTURA,
POLÍTICA E ENSINO DE HISTÓRIA**

**Hilmaria Xavier Ribeiro
José dos Santos Costa Júnior**
[Organizadores]



CORVO AZUL

Revisão: As autoras e os autores

Preparação: Allant Sousa

Diagramação e capa: Joarlan de Sousa Colaço

Campina Grande - PB. 2021

Corvo Azul Editora

ISBN: 978.65.992129.4.9

Apresentação, 4 - [Regina Coelli Gomes Nascimento]

Introdução, 6 - [Hilmária Xavier e José dos Santos Costa Júnior]

PRIMEIRA PARTE – CULTURAS E SOCIABILIDADES

O provinciano incurável adentra as terras paraibanas: sociabilidades entre Luís da Câmara Cascudo e o seu jovem amigo velho, 8

[Raquel Silva Maciel]

Paulo pontes, Paraí-bê-a-bá e o sistema coringa enquanto estratégia: paraibas em cena, 17

[Lays Honório Teixeira]

Lourdes Ramalho: a memória e a fabricação da escrita, 23

Valtyana Kelly da Silva

Eu te rezo e te curo: a vivência das rezadeiras juncoenses e a ritualização de sua prática “marginal”, 36

Franciel dos Santos Rodrigues

SEGUNDA PARTE – MOVIMENTOS SOCIAIS E CULTURA POLÍTICA

“A cassação de seu mandato foi um terrível equívoco”: as reações no Diário da Borborema diante da cassação de prefeito Newton Rique, 46

Glauber Paiva da Silva

Aroeiras – a história elegida em 1981 por Pedro de Andrade – uma análise historiográfica, 55

Laiza da Rocha Araújo

Experiências sindicais e lutas de mulheres nas regiões do Seridó e Curimataú paraibano, 65

Priscila Dantas

Por uma “revolução de corpo inteiro”: uma revisão bibliográfica da história do movimento LGBT na Paraíba (1980 – 2000), 74

Luiz Gervázio Lopes Júnior

TERCEIRA PARTE – ENSINO DE HISTÓRIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS

O saber histórico e o espaço escolar: percursos da memória na cultura escolar no Colégio Alfredo Dantas através das fotografias (1968 - 1987), 86

Maria Letícia Costa Vieira

Foi Anayde Beiriz uma mulher à frente do seu tempo? Notas sobre o corpo e o tempo histórico no ensino de História da Paraíba, 96

Hilmária Xavier Ribeiro e José dos Santos Costa Júnior

Tecnologia e educação: uma prática docente a partir das novas tecnologias, 109

José Túlio Marques Pereira Herculano

Em busca da luz e do rigor, ensaios sobre a História da Paraíba: uma diversidade de abordagens, 119

Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio

SOBRE OS ORGANIZADORES, 122

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES, 123

APRESENTAÇÃO

Enfiar-se na leitura é *enfiar-se* no texto, fazer com que o trabalho trabalhe, fazer com que o texto teça, tecer novos fios, emaranhar novamente os signos, produzir novas tramas, escrever de novo ou de novo: escrever (Jorge Larrosa Bondía)¹.

Com base na afirmação de Larrosa, fui inspirada a começar a leitura do livro *Histórias da Paraíba – ensaios sobre cultura, política e ensino de história*. Assim, a cada capítulo fui me enfiando nos textos, emaranhando-me neste trabalho resultado de olhares atenciosos de historiadores e historiadoras, que, com suas pesquisas e estudos, teceram fios, traçando novas peças que enriquecem a discussão sobre a História da Paraíba.

Esta publicação está dividida em três partes: a primeira, denominada Culturas e Sociabilidades, abarcando quatro ensaios: no primeiro, “O provinciano incurável adentra as terras paraibanas: sociabilidades entre Luís da Câmara Cascudo e o seu jovem amigo velho”, Raquel Silva Maciel, ao analisar as trocas de correspondência entre o folclorista e José Américo de Almeida, lança outros olhares para pensar amizade, companheirismo e práticas de sociabilidades, vivenciadas por Luís da Câmara Cascudo ao “enfiar-se” pelos sertões paraibano e norte-rio-grandense.

Em seguida, Lays Honório Teixeira nos apresenta o artigo **“Paulo Pontes, Paraí-bê-a-bá e o sistema coringa enquanto estratégia: paraíbas em cena”**, tecendo novos fios ao refletir sobre alguns debates que envolvem autorias, parcerias, criação e produção **da peça Paraí-bê-a-bá** na década de 1960, considerada um marco na história do teatro paraibano.

No texto **“Lourdes Ramalho: a memória e a fabricação da escrita”**, Valtiana Kelly da Silva nos convida a adentrar no espaço de criação da teatróloga, nos guiando na construção de seus escritos, de suas tramas, cenários, diversidade de personagens e enredos, apontando as aproximações entre autoria e a escrita de si.

Fechando a primeira parte, temos o artigo **“Eu te rezo e te curo: a vivência das rezadeiras juncoenses e a ritualização de sua prática “marginal”**, no qual Franciel dos Santos Rodrigues a partir das narrativas das rezadeiras, que atuam no espaço urbano e rural de Junco do Seridó, constrói novos significados para pensar sobre continuidades e permanências de práticas religiosas de cura, ligadas aos saberes populares, rituais e símbolos.

Na segunda parte, denominada “Movimentos sociais e cultura política”, são apresentados quatro artigos: no artigo **“A cassação de seu mandato foi um terrível equívoco”: as reações no Diário da Borborema diante da cassação do prefeito Newton Rique**”, Glauber Paiva da Silva estabelece em sua narrativa um diálogo com colonistas do citado periódico, refletindo sobre a reação à cassação do prefeito Newton Rique. Seu olhar atencioso lança outros olhares, para pensar sobre as tramas que envolveram a cultura política local e seus entrelaçamentos com os demais segmentos da sociedade após o golpe de 1964.

No artigo **“Aroeiras – a história elegida em 1981 por Pedro de Andrade – uma análise historiográfica”**, Laiza da Rocha Araújo apresenta uma reflexão sobre a cidade de Aroeiras, a partir dos escritos do memorialista em questão, analisando suas escolhas metodológicas, fontes, recortes temporais, temáticos e personagens. Com sua análise, contribui com a reflexão acerca das possibilidades de aproximações e distanciamentos dos escritos memorialistas na construção da História da cidade.

Priscila Dantas, no artigo **“Experiências sindicais e lutas de mulheres nas regiões do**

1 BONDÍA, Jorge Larrosa. *Pedagogia Profana: Danças, Piruetas e Mascaradas*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 41.

Seridó e Curimataú paraibano”, tece os caminhos construídos por mulheres que fazem parte dos movimentos sociais na região e como suas práticas teceram novas narrativas para os movimentos sociais, atuando como protagonistas, reescrevendo suas histórias e os espaços onde atuam. A reflexão é um chamamento para a construção de outras possibilidades de transformação social.

Encerrando a segunda parte, Luiz Gervázio Lopes Junior, no artigo **“Por uma “revolução de corpo inteiro”: uma revisão bibliográfica da história do movimento LGBT na Paraíba (1980 – 2000)”**, ao “enfiar-se” na análise bibliográfica e documental, apresenta o mapeamento de algumas práticas disciplinares de controle dos corpos na contemporaneidade, reforçando a necessidade de contestação, resistência e de políticas públicas que assegurem a proteção dos direitos fundamentais à vida, para que cada indivíduo seja o que deseja ser.

A última parte, denominada **“Ensino de História e Práticas Educativas”**, concentra três artigos: o primeiro deles, **“O saber histórico e o espaço escolar: percursos da memória na cultura escolar no colégio Alfredo Dantas através das fotografias (1968- 1987)”**, de Maria Letícia Costa Vieira, ao “emaranhar-se” nas fotografias e bibliografia sobre o tema, constrói, de forma sensível, uma rede de sociabilidades que envolveram os indivíduos no colégio Alfredo Dantas, a partir de práticas educativas, cuja finalidade era a formação do cidadão, disciplinado, de acordo com a moral e os bons costumes vigentes na época.

Em seguida, temos o trabalho de José dos Santos Costa Júnior & Hilmária Xavier Ribeiro, intitulado **“Foi Anayde Beiriz uma mulher à frente do seu tempo? Notas sobre o corpo e o tempo histórico no ensino de História da Paraíba”**, no qual os autores, embasados no aporte teórico, metodológico e historiográfico selecionado para a disciplina, propõem uma reflexão sobre gênero, classe social, cultura política, dentre outras temáticas para o estudo da História local. Ao estudarem, na disciplina, imagens do corpo de Anayde Beiriz, por exemplo, constroem, com originalidade, uma discussão, articulando ensino de história com problematizações sobre o corpo, tempo histórico e a periodização dos acontecimentos. Além disso, tecem com delicadeza, os “fios” que nos conduzem a estudar a História da Paraíba a partir de outros olhares.

Por fim, a coletânea é encerrada com o artigo **“Tecnologia e educação: uma prática docente a partir das novas tecnologias”**, de José Túlio Marques Pereira Herculano, que nos apresenta uma discussão atual e necessária sobre educação e as novas tecnologias, embasando sua reflexão numa bibliografia pertinente e experiências vivenciadas em uma escola. Dessa forma, nos coloca diante de outras possibilidades, para a construção do conhecimento a partir de novas práticas docentes.

Ao “enfiar-se na leitura” do livro, leitores e leitoras terão a oportunidade de enveredar por diversas cartografias, que problematizam temáticas sobre cultura, sociabilidades, movimentos sociais, cultura política, ensino de história e práticas educativas. Com afeto, cuidado e zelo, os autores e autoras construíram uma narrativa sensível, acrescentando novas reflexões acerca da História da Paraíba na contemporaneidade.

Boa leitura!

Regina Coelli Gomes Nascimento
(Professora da UAHIS-UFPG)

INTRODUÇÃO

Quando temos acesso a uma coletânea de textos de autores distintos, organizados por outros, é comum que nos perguntemos: como esses textos foram selecionados? A partir de quais critérios? Quais as motivações dos organizadores que os levaram a tal empreitada? Não podemos falar por todos aqueles que se dedicam a organizar textos e publicá-los em conjunto, mas podemos responder essas questões de forma muito particular. No nosso caso, as motivações para organizar esta coletânea que o leitor ou leitora tem em mãos parte do lugar da partilha e do lugar do desejo.

Partilha, porque nós organizadores partilhamos muitas experiências em comum: graduamos na mesma universidade pública, a Universidade Federal de Campina Grande, embora em períodos distintos; fomos professores substitutos na Universidade Estadual da Paraíba, ambos lecionando o componente curricular de História da Paraíba II; partilhamos leituras e compusemos bancas de avaliações de trabalhos de conclusão de curso naquela universidade.

Em todos esses encontros, sempre afetuosos e regados à muitas xícaras de café, partilhávamos as experiências vivenciadas com nossas turmas de História da Paraíba, e discutíamos a aparente necessidade de se ampliar o campo de leitura e publicações acerca da cultura, política e ensino de História da Paraíba, de modo que o enfoque dado a esses campos estivessem o largo dos temas clássicos e comumente recorrentes sobre a História e Ensino de História do nosso Estado.

De todas aquelas partilhas, nasceu o desejo inquietante de produzir algo. Mas este algo precisava ser coletivo, para que estivesse coerente inclusive com a forma como enxergamos nossa prática (educacional e política). Comunicamo-nos então com outros colegas historiadores, alguns deles ex-alunos e ex-orientandos nossos (a quem agradecemos por terem formado essa corrente) com a proposta de produzir e publicar ensaios sobre Cultura, Política e Ensino de História da Paraíba. Os textos que compõem esta coletânea, são frutos de pesquisas de graduação e pós graduação, e de experiências profissionais dos autores, cada um deles dedicados, atuantes e comprometidos com a comunidade acadêmica e com a resposta que a academia precisa dar à sociedade.

São textos que fogem do lugar empoeirado e distante ao qual muitas vezes (e injustamente) o passado é relegado; que trazem ao leitor temas caros à historiografia através das tramas dos sujeitos, que abordam sensibilidades, arte, dor, beleza, crenças, memórias. São textos que contribuem para outras análises possíveis sobre nosso Estado, sobre a História Local, sobre o Ensino de História.

Por mais felizes e satisfeitos que estejamos com a publicação deste volume, aqueles lugares de partilha e de desejo que citamos não se resolveram com essa publicação, não se fecharam, não foram saciados. Pois nós estudamos e escrevemos História para que estes lugares sejam sempre ampliados, e não encerrados. Esperamos que a leitura desta obra desperte nos leitores o desejo de insaciedade, para que outras partilhas e outras análises daqui para a frente sejam possíveis.

Hilmária Xavier Ribeiro e José dos Santos Costa Júnior.

Organizadores.

O PROVINCIANO INCURÁVEL ADENTRA AS TERRAS PARAIBANAS: SOCIABILIDADES ENTRE LUÍS DA CÂMARA CASCUDO E O SEU JOVEM AMIGO VELHO

Raquel Silva Maciel²

A convivência com a Paraíba permeia as reminiscências cascudianas, caracterizando as lembranças da meninice vivenciada no Sertão na qual pôde experimentar a magia desse espaço, coexistindo com os causos narrados pelas amas, os cantos entoados pelas rendeiras, as prosas compartilhadas com os pescadores, as orações declamadas, a culinária que despertava o estômago, os cheiros propagados nas feiras, os espetáculos populares e outros elementos que retratavam uma “[...] infância sertaneja, despreocupada e livre” (CASCUDO, 2005, p.11).

Experiência que constituiria o substrato para a produção dos escritos cascudianos acerca do espaço sertanejo, a exemplo de *Viajando o Sertão* (1934) e *Vaqueiros e Cantadores* (1939). Nessa perspectiva, a vivência na Paraíba desperta as recordações de uma infância cândida assim como motiva a preferência por essa região para empreender expedições junto a círculos políticos, processo que remete ao início do século XX, no qual se promoviam incentivos para conhecer as particularidades do país.³

Além disso, é a partir da negação do elemento moderno que Luís da Câmara Cascudo fundamenta a escolha pelo Sertão paraibano e norte-rio-grandense. Em correspondência enviada a Mário de Andrade, em 24 de setembro de 1926, o potiguar enfatiza a dessemelhança entre os sertões, destacando que o “[...] de Pernambuco possui a desvirtude de uma influência estrangeira mais intensa que o meu” (CASCUDO, 1926). A presença de caracteres modernos que afastam o Sertão dos tempos da miticidade e ingenuidade, é exposta em sua narrativa tanto como uma lamúria, descaracterização e perdição daquele espaço, quanto como um elemento que o distingue dos demais.

O início do século XX assinalou definitivamente a união do folclorista com as terras paraibanas ao acompanhar a intimidade construída entre ele e aquele que denomina de “jovem amigo velho” (CASCUDO, 1978), isto é, José Américo de Almeida. O vínculo estabelecido entre ambos remete a década de 1920, assim, ao mencionar o início de tal relacionamento, Luís da Câmara Cascudo refere-se ao paraibano como o “[...] amigo jovem de maio de 1922 [...]” (CASCUDO, 1975) com o qual viveu “[...] verdes e teimosos anos de oitica [...]” (CASCUDO, 1976), sugestionando que o convívio com o literato abarcou idas ao espaço sertanejo.⁴ A intimidade consolidada no decurso das décadas romperia os limites geográficos e aproximaria os companheiros, promovendo nas correspondências, contínuas rememorações dos tempos decorridos, assim, em 30 de março de 1978, Luís da Câmara Cascudo relembra que: “[...]no próximo maio serão 56 anos de mutuo conhecimento” (CASCUDO, 1978). Evocando as lembranças do encontro que assinalaria a união dos amigos, isto é, a participação

2 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) E-mail: quequelpb@hotmail.com.

3 Compreendia a visita de sujeitos, ditos especialistas, a áreas do Nordeste que, a partir disso, narravam, em notas de viagem e/ou crônicas, suas impressões acerca desse espaço, publicando-as em periódicos, caracterizando o que Albuquerque Jr. (2009) denomina de “curiosidade nacionalista”. A exemplo de *Viajando o Sertão* (1934), produzida por Luís da Câmara Cascudo, que resulta da viagem realizada pelo folclorista junto à comitiva da Interventoria Federal do Rio Grande do Norte, durante o governo varguista.

4 Alude ao fato de que o despertar da amizade ocorre no período em que Luís da Câmara Cascudo empreendia consecutivas viagens ao Sertão norte-rio-grandense e paraibano, além disso, a oitica mencionada pelo folclorista, ao descrever a fraternidade estabelecida entre ambos, remete a uma planta originária da caatinga nordestina.

de ambos no V Congresso Brasileiro de Geografia, evento que é mencionado, anteriormente, no bilhete redigido em 29 de agosto de 1976.

A correspondência estabelecida entre Luís da Câmara Cascudo e José Américo de Almeida, contempla missivas como a enviada pelo folclorista potiguar em 05 de abril de 1966, na qual menciona o retorno ao Rio Grande do Norte após viagem empreendida por terras paraibanas, trazendo na mala tanto as lembranças dos afetos construídos e revigorados, quanto os presentes endereçados à sua esposa, Dhália Freire Cascudo. Suvenires que se transumanam e rememoram a presença daquele que lhes é distante, assim, aqueles que replantados no solo potiguar fazem com que o seu remetente fique “[...] nesta sua casa vivo e constante noutra presença. Não mais representado pelo livro e pela afetuosa evocação fraternal, mas numa permanente de boninas, policolores, como seu talento, e unitárias pela raiz, como seu caractere [...]” (CASCUDO, 1966). Relação que rompe com formalidades, transpassando o círculo de colaborações intelectuais e adentrando no privado, nesse sentido, Luís da Câmara Cascudo orgulha-se de relacionar-se com o “[...] real José Américo [...]” (CASCUDO, 1966) e apresentar a face amiga para aqueles que ainda a desconhecem. Com aquele que o encanta o norte-rio-grandense afirma compartilhar não só o interesse, mas também o entendimento por aquilo que denomina como “coisas intraduzíveis” (CASCUDO, 1966), isto é, aquelas que fogem ao protocolo do saber.

Naquele mesmo ano Luís da Câmara Cascudo retornaria a corresponder-se com o literato paraibano, assim, em 24 de novembro o velho José Américo, como evocado pelo folclorista, recebe a informação do regresso de Luís da Câmara Cascudo após viagem por Recife. Trata-se de uma confirmação do recebimento da correspondência enviada anteriormente por José Américo de Almeida, além disso, considerando que “em todos os casos, a amizade e o debate intelectual são, ao mesmo tempo, condição e produto do trabalho entre os correspondentes” (GOMES *apud* OLIVEIRA, 2016, p.173), caracteriza-se por evocar a rede de sociabilidade instituída entre ambos, visto que, o norte-rio-grandense relata o envolvimento na redação de um estudo para publicação na Revista Crítica.

Característica que a aproxima das chamadas “*cartasperguntadeiras*”⁵, isto é, missivas enviadas pelo norte-rio-grandense determinadas pelo compartilhamento de ideias, textos e outros materiais e, principalmente, pela presença de solicitações de informações acerca de elementos que constituirão as suas obras. Entre os pedidos que as compõem, há o envio de livros, documentos, fotografias, trabalhos e outros elementos que quando recebidos eram confrontados entre si e/ou com o material que constituía a sua biblioteca, objetivando a partir de tal metodologia, o lograr de dados concretos, além disso, possibilitavam não só a recolha de informações folclóricas como também a obtenção de endereços de outros intelectuais com os quais desejava se comunicar, ampliando a rede de sociabilidade que estabelecia a partir da prática epistolar, círculo denominado de *geração do recado* (GICO, S/D).

As correspondências refletem que a construção de um texto intelectual é um processo de partilha assim como a própria carta,⁶ já que pertence a dois sujeitos e envolve vários correspondentes indiretamente, alguns são nomeados e outros mencionados construindo uma rede de relacionamentos. Identificar e interpretar tais sujeitos possibilita compreender o grupo de contatos na qual estavam

5 Direcionadas aos amigos, pesquisadores e/ou as instituições para coleta de informações de pesquisa as “*cartasperguntadeiras*,” apresentam pedidos detalhados e, em alguns momentos, a descrição dos passos a serem seguidos, indicando a necessidade de consulta dos acervos das bibliotecas, arquivos, museus e outros espaços situados tanto no Brasil quanto no exterior. As “*cartasperguntadeiras*,” enquanto prática de pesquisa, possibilitaram que Luís da Câmara Cascudo percorresse o Brasil sem sair do seu gabinete, angariando, por meio das *vítimas indefesas*, isto é, os destinatários, o material necessário para a confecção de escritos como o *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1954).

6 Considerando tal funcionalidade as cartas podem contemplar tanto a simples menção da obra quanto o envio de rascunhos, roteiros e até trechos dessa, objetivando, em muitos casos, que o destinatário participe do processo de elaboração, constituindo um diálogo epistolar que possibilita um exame minucioso da criação por meio da indicação de lapsos, falhas de linguagem e outros, assim, a carta se configura como uma espécie de elemento mágico, permitindo que o pensar e o sentir, de um ou mais sujeitos, sejam transportados e revelados.

inseridos e a partir disso conhecer suas filiações estéticas e políticas, além das relações com outros escritores.

A referência a outro sujeito que não está inserido na conversação, isto é, que não é o remetente nem o destinatário, sugere que a rede de sociabilidade construída por meio da escrita epistolar possibilita inserir intelectuais, indiretamente, nos círculos de amizade, mediante, por exemplo, a menção a um nome já conhecido por alguma das partes. Movimento que oportuniza o alargamento da rede propiciando a expansão do processo de compartilhamento, a exemplo do que caracteriza a correspondência enviada, em 21 de janeiro de 1976, por Luís da Câmara Cascudo, quando apresenta a José Américo de Almeida o pintor Paulo de Assis Cavalcanti, informando a possibilidade de estabelecerem conexões com “[...] a geração nova, rapazes e moças que irão viver no ano 2000” (CASCUDO, 1976). Indicando ainda que o elemento geracional não o distancia daqueles que dão os seus primeiros passos no campo intelectual, visto que há certa louvação em torno da trajetória desenvolvida por Luís da Câmara Cascudo e outros, processo que também é destacado por Fernando Luís, filho do folclorista potiguar, ao mencionar que muitos iam consultá-lo em sua residência, “alguns chegavam em caravanas, procedentes do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador [...]” (OLIVEIRA, 1999, p.97).

A notabilidade mencionada por Fernando Luís sugestiona o desejo de popularizar a imagem do folclorista potiguar e de torná-lo memorável, anseio compartilhado, anteriormente, por Luís da Câmara Cascudo ao expor, na missiva enviada a José Américo de Almeida, a comoção que o reconhecimento daqueles que constituirão a posterioridade lhe ocasionou.

Luís da Câmara Cascudo se coloca como responsável por introduzir o pintor pernambucano no círculo de sociabilidades que contempla sujeitos como José Américo de Almeida, atribuindo a si a função denominada de “porteiro-apresentador” (CASCUDO, 1976), o êxito de tal incumbência decorre da habilidade com a qual o norte-rio-grandense divulga certa proximidade entre a produção intelectual do apresentado e daquele a quem se destina a correspondência, sugerindo que o pernambucano “[...] tem livros de contos e novelas, com a mesma autenticidade vibrante e lógica, aquela que se modelou na BAGACEIRA, COITEIROS, BUQUEIRÃO” [grifo nosso] (CASCUDO, 1976). Além de mencionar que ao pintor interessa documentar aquilo que caracterizaria a sua região, tal como “[...] o nosso JOSÉ AMÉRICO” (CASCUDO, 1976). Anteriormente, em 12 de outubro de 1975, Luís da Câmara Cascudo havia realizado movimento análogo. Trata-se da apresentação do jornalista Jorge Batista, descrito pelo folclorista como aquele que idealizava ouvir José Américo de Almeida, assim, o potiguar, assume o ofício de intermediário afirmando encaminhar o jornalista “[...] até as docesareas auditivas de sua confiança gentil” (CASCUDO, 1975).

Luís Natal, como assina o bilhete enviado a José Américo de Almeida em 29 de agosto de 1976, relembra os tempos vividos no Sertão norte-rio-grandense e paraibano, indicando que corresponder-se com o literato promove uma renovação da mentalidade, exaltando o diálogo com aquele que detém uma “[...] força poderosa e paisagem de vozes mortas” (CASCUDO, 1976) e que, por meio da prática missiva vem “despovoando o passado na ressurreição miraculosa [...]” (CASCUDO, 1976). Nessa perspectiva, Luís da Câmara Cascudo ao redigir o bilhete acaba por celebrar a relação construída com aquele que compartilha miudezas reais e que, por sua capacidade de evocação, desperta a emoção no seu destinatário.

Além da rememoração da vivência no espaço sertanejo, tal correspondência transparece a face política de Luís da Câmara Cascudo, contrapondo-se a imagem de sujeito apolítico⁷ atribuída a si,

7 O processo de escrita de si desenvolvido por Luís da Câmara Cascudo acompanha o silenciamento dos posicionamentos políticos adotados pelo folclorista, assim, identifica-se como sujeito apolítico intentando ocultar qualquer associação com movimentos radicais, a exemplo da Ação Integralista Brasileira (AIB), e com outros acontecimentos e sujeitos políticos. Entretanto, ao analisarmos sua trajetória verificamos sua filiação a tal organização, que se efetivou por meio da sua presença nas reuniões dos *camisas verdes*, da menção a ideologia integralista em escritos como *Viajando o Sertão*

assim, ao indicar que “[...] minha família paraibana era toda Bacurau, Walfredistas” [grifo no original] (CASCUDO, 1976), o norte-rio-grandense reflete não só o conhecimento acerca do processo político ocorrido na Paraíba no início do século XX⁸, mas também a identificação com certo posicionamento político, assim, considerando que “a escrita epistolar é, portanto, uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou o rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos” (GOMES, 2004, p.19). A relação afetiva entre os correspondentes determina a forma e intensidade com o qual o remetente irá se revelar, nessa perspectiva, é sua responsabilidade escolher para quem irá transparecer por inteiro, fato que, muitas vezes, destaca certa divergência entre a imagem pública de um sujeito e aquela que constrói na carta.

Portanto, a palavra, ao ser interpretada enquanto um espaço de interação entre o “eu” e o “outro”, permite compreender que a linguagem é formada a partir das relações sociais, de forma que o homem está sempre situado na fronteira entre esses pares, pois: “[...] olhando no interior de si, ele olha nos olhos do outro ou através dos olhos do outro [...]” (BAKHTIN *apud* RICKES, 2002, p.56), isto é, há a presença do “discurso do outro” no discurso daquele que fala, na medida em que a análise da enunciação oportuniza revelar a historicidade da sua existência. Tal concepção acaba por promover tanto um confronto de valores sociais quanto de vozes.

A correspondência indica que além de uma parceria intelectual há um partilhamento da vida desses sujeitos, dessa forma, a carta enquanto um documento expressivo é interpretada como um texto propício ao compartilhamento de informações tanto sobre aspectos culturais, políticos e literários quanto àqueles que se referem a uma escrita de si, abarcando expressões de sentimentos e intimidades, como realiza Luís da Câmara Cascudo, na missiva de 30 de março de 1978, ao mencionar o desejo de que o Prêmio Juca Pato⁹ seja entregue a ele pelas mãos de José Américo de Almeida, sugerindo que tal gesto engrandeceria a experiência e promoveria uma “valorização sentimental” (CASCUDO, 1978), respaldando a afetividade estabelecida, ao longo de décadas, entre ambos.

Além disso, declara-se surpreendido, visto que tal premiação não estaria nos seus “[...] cálculos provincianos¹⁰ [...]” (CASCUDO, 1978), proclamando que o desenvolvimento das suas pesquisas se afastaria daquilo que denomina de “trânsito consagrador” (CASCUDO, 1978), isto é, o conhecimento acerca das miudezas, características do seu povo e abandonadas pelos órgãos oficiais, distancia-se do interesse daqueles que têm o poder de consagrar. Portanto, a carta atua como documento necessário a

(1934), da amizade com lideranças do movimento, da produção de artigos que refletem sua simpatia pelos ideais da AIB e da ocupação do posto de chefe integralista, além disso, há o atravessamento de influências políticas ao longo de toda a sua carreira, a exemplo de Getúlio Vargas e sua política dos interventores, por fim, o próprio trabalho folclórico “[...] está longe de ser um trabalho apolítico ou despolitizado” (ALBUQUERQUE JR, 2013, p.58).

8 Os walfredistas ou bacurais representavam o grupo político, inicialmente, do Senador Álvaro Machado. Tal nomeação remetia ao fato de que monsenhor Walfredo Leal era representante estadual de tal núcleo e, posteriormente, torna-se o principal nome para disputa da Presidência do Estado da Paraíba. Porém, sua indicação é substituída pela de Castro Pinto, em um consenso com a oligarquia denominada de epitaístas ou condores que, por sua vez, era vinculada ao círculo político de Epiácio Pessoa. O período de harmonia entre tais grupos foi efêmero, visto que, as contradições se acentuaram e resultaram no ano de 1915, na renúncia do então Presidente, provocando a ascensão de Antônio Pessoa – irmão de Epiácio Pessoa - a tal posto político, processo que se estendeu até 1930 e colocou Epiácio Pessoa nos bastidores de todas as decisões políticas do período.

9 O Prêmio Juca Pato é concedido anualmente, desde 1963, pela União Brasileira de Escritores (UBE), trata-se de um prêmio literário que foi dado a Luís da Câmara Cascudo em 1977 e precedido por José Américo de Almeida em 1976, por isso o desejo declarado pelo folclorista de que o literato paraibano fosse o responsável pela entrega do prêmio

10 Luís da Câmara Cascudo nomeava-se como um provinciano incurável, isto é, aquele que estaria “[...] arraigado nas dunas de sua cidade Natal, que jamais cedeu ao canto de sereias que o instavam a trocar as margens do Potengi pelos grandes centros [...]” (NEVES, 2002, p. 65), porém, o provincianismo não impediu a circulação dos seus escritos pelo eixo Rio-São Paulo e outros círculos de efervescência intelectual.

compreensão das discussões socioculturais e/ou literárias, possibilitando acompanhar o aparecimento de ideias e o desenvolvimento de projetos assim como a expressão de sentimentos contraditórios e/ou difíceis de serem expostos.

A correspondência estabelecida entre os sujeitos promove o compartilhamento de confidências, desabafos e outros elementos de ordem particular que solidificam os vínculos entre aqueles que se correspondem, diminuindo a distância que se impõe entre os sujeitos, nessa perspectiva, na missiva citada anteriormente, Luís da Câmara Cascudo, com oitenta anos, partilha as dificuldades que a velhice lhe suscita ao mencionar que “[...] lerei o discurso antes que o leião porque a surdez não permitirá aproximar-me da audição” (CASCUDO, 1978).

As lamentações permeiam as missivas produzidas não só por Luís da Câmara Cascudo, mas também as redigidas por José Américo de Almeida que, ao responder tal correspondência, em 25 de maio de 1978, informa estar acometido de uma enfermidade que lhe impossibilitará comparecer a entrega do prêmio e arruinará o planejamento que havia construído para tal momento, assim, a leitura das palavras redigidas pelo literato¹¹ “[...] sem o vigor que deveria conter” (ALMEIDA, 1987), substituirá a saudação que acompanharia a premiação. Adversidade que desencadeia o descontentamento por não acompanhar o amigo e assegura a perda de “[...] um dos maiores momentos da minha vida” (ALMEIDA, 1978).

Considerando que a carta é “[...] um adestramento de si próprio pela escrita, por intermédio dos conselhos e opiniões que se dão ao outro” e ainda, “[...] uma certa maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros” (FOUCAULT *apud* KOHLRAUSH, 2015, p.149-150), a rede de sociabilidade estabelecida entre sujeitos díspares que, por meio da prática missivista, dialogam acerca das produções e concepções literárias, políticas e científicas acaba por destacar os seus posicionamentos em relação a sua arte e a dos demais, como realiza José Américo de Almeida na correspondência enviada, em 01 de fevereiro de 1971, a Luís da Câmara Cascudo na qual o literato desenvolve uma análise da obra *Locuções Tradicionais do Brasil* (1970), caracterizando-a como um “grande estudo da linguagem nas suas formas imutáveis [...]” (ALMEIDA, 1971) e ressaltando a preocupação do folclorista em atribuir sentidos à ditos que habitam o falar brasileiro.

Ao mencionar que Luís da Câmara Cascudo responsabiliza-se por corrigir expressões “[...] que tinham sido corrompidas” [grifo nosso] (ALMEIDA, 1971) e esforça-se para “[...] que nossa gente tenha uma interpretação mais pura” [grifo nosso] (ALMEIDA, 1971), o paraibano demonstra aproximar-se da concepção cascudiana de que o popular associa-se com a busca por uma origem, vislumbrando-o como algo natural, verdadeiro e que remete à infância (CERTEAU, 1995), compreendendo que aquilo que o compõe remete a caracteres verdadeiros, primitivos e originais. Nessa perspectiva, a perseguição por uma origem das práticas culturais populares funcionaria tanto como uma justificação de tal ofício, quanto como um validamento acadêmico, visto que o respaldaria com a cientificidade necessária. Considerando isso: “[...] não surpreende que a julguem ‘em via de extinção’, que se dediquem agora a preservar as ruínas, ou que vejam a tranquilidade de um aquém da história, o horizonte de uma natureza ou de um paraíso perdido [grifo nosso] (CERTEAU, 1995, p.56)”.

Luís da Câmara Cascudo elencava três etapas indispensáveis para a realização da pesquisa folclórica, sendo o último elemento, dos especificados pelo norte-rio-grandense, a busca por uma origem, estágio que descreve a procura pelo que denominava como “fonte criadora”, seja em relação aos dados coletados ou a historicidade dos elementos folclóricos, estando precedida pela realização da coleta de informações e da fase relativa ao confronto dos dados. A concretização da fase de pesquisa

11 O discurso redigido por José Américo de Almeida foi lido pelo escritor pessoense Juarez da Gama Batista, descrito a Luís da Câmara Cascudo como “seu grande amigo e admirador” (ALMEIDA, 1978), inclusive, tal representação ocorre novamente no ano seguinte quando o político paraibano não pôde comparecer a outra condecoração, dessa vez, a de Diógenes Cunha Lima na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

pelas origens atribui aos escritos o caráter de veracidade, visto que ao afastar a sua produção de um interesse movido pela curiosidade e resultante de um movimento imaginário, há um alargamento da compreensão da obra como um discurso de veracidade e autoridade.

O compartilhamento de obras, por meio da prática missivista, na qual são solicitadas opiniões acerca da obra configura uma espécie de terreno de experimentação no qual o destinatário assume o lugar do público futuro sugerindo, por exemplo, modificações, acréscimos e/ou exclusões. Porém, o relacionamento instituído entre Luís da Câmara Cascudo e José Américo de Almeida transpunha o compartilhamento nas correspondências e adentrava as residências dos amigos, abarrotando as estantes e gabinetes por meio da guarda de livros e periódicos no qual os companheiros exerciam a sua intelectualidade.

Assim, ao percorrer o arquivo da Fundação Casa de José Américo¹² nos deparamos com a conservação de artigos publicados pelo folclorista norte-rio-grandense em jornais como O *Trovador*, em homenagem ao primeiro aniversário do Clube de Trovadores Potiguares, fundado por Luís da Câmara Cascudo e, sobretudo, os vinculados na *Tribuna de Petrópolis*. Além da salvaguarda das edições que divulgam os escritos cascudianos, a exemplo da impressão, de fevereiro de 1950, do suplemento *Arte e Literatura* que tanto menciona a colaboração do folclorista na redação da obra *História da Literatura Brasileira* quanto realiza análise de *Os holandeses no Rio Grande do Norte* (1949) classificando-a como “[...] síntese primorosa de história nacional” (OS HOLANDESES, 1950, p.09).

As correspondências por configurarem espaços nos quais não há homogeneidade, sendo permeadas por formações discursivas distintas intensificam o fomento ao debate de ideias, a realização de pedidos e favores, o partilhamento de projetos e outros conteúdos que acabam por abarcar a trajetória intelectual de um sujeito, assim, entre o literato paraibano e Luís da Câmara Cascudo a prática missivista sobrepuja qualquer outra forma de comunicação. Nessa perspectiva, José Américo de Almeida corresponde-se, em 26 de agosto de 1971, com Luís da Câmara Cascudo mencionando a exploração de outro escrito, trata-se de *Sociologia do Açúcar*, publicado pelo folclorista em 1971, descrevendo-a como “obra séria e saborosa” (ALMEIDA, 1971), o político menciona a insatisfação de tê-la recebido tardiamente,¹³ visto que emprendia viagem pelo Curimataú paraibano¹⁴.

Os elogios tecidos ao autor mencionam o caráter evocativo da obra, visto a rememoração instaurada a partir da leitura, assim, sentencia a comoção despertada naquele que foi “[...] menino de engenho [...]” (ALMEIDA, 1971) e que pôde “[...] ver êsses quadros da infância reconstituídos e explicados com essa fidelidade e êsse sabor das coisas” (ALMEIDA, 1971).

Posteriormente, em 03 de abril de 1973, José Américo de Almeida redige missiva para Luís da Câmara Cascudo reportando-se ao encontro com a obra *História da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte* (1972), classificando-a como “[...] modelo para quem deseja oferecer ao seu Estado igual contribuição” (ALMEIDA, 1973). Ao atribuir ao seu produtor os “[...] dons de grande historiador [...]” (ALMEIDA, 1973), podemos interpretar a concepção de *História* vinculada à escrita cascudiana, visto que, o aspecto elogiado pelo literato paraibano remete a habilidade que o norte-rio-grandense

12 Sediada na casa de número 3.336 na Avenida Cabo Branco, a Fundação Casa de José Américo (FCJA) contempla documentos, distribuídos em correspondências, fotografias, periódicos, livros e outros materiais que entrelaçam a história da Paraíba de José Américo de Almeida.

13 As missivas promovem a construção de outro espaço que não é nem o presente nem o passado, mas o futuro - com projetos e planos - e nesse pósterio a distância será superada. O espaço temporal permite compreender o período de troca das correspondências, isto é, se há intervalos e os motivos de tê-los ocasionados - censura, viagens, doenças e outros - o que possibilita compreender que a carta se associa a vários contextos - político, histórico e outros

14 A região, nomeada devido a presença do Rio Curimataú, contempla municípios como Cuité, Nova Floresta, Picuí, Barra de Santa Rosa e outros, fazendo divisa com o Rio Grande do Norte, caracteriza-se pelo clima semiárido e a vegetação típica da caatinga.

ostenta ao traçar “[...] perfis que valorizam ainda mais alguns quadros nacionais dos mais representativos do Brasil” [grifo nosso] (ALMEIDA, 1973), isto é, os escritos historiográficos associam-se com a concepção de que nem todos os fatos devem ser memoráveis, e o que seria digno de ser eternizado corresponde aos “grandes homens” - como os eclesiásticos e estadistas.

Considerando isso, a funcionalidade do saber histórico coaduna com a noção de rememoração, assim, aos historiadores contemporâneos cabe a função de “[...] testemunhas e não juízes ou advogados” (CASCUDO, 1947), sendo responsabilidade do futuro dar sentença sobre o passado, a partir disso, Luís da Câmara Cascudo se coloca na posição do sujeito que escreve História, enquanto elo entre o presente e passado, para consertar o grande erro cometido por outros historiadores, a interpretação.

A construção de uma camaradagem ao longo das décadas de conversação possibilita que a troca de correspondências se torne meio propício para o nascimento e fortalecimento das relações de amizade, na medida em que possui uma eficácia afetiva, por isso podem ser lidas como meio de acesso as sociabilidades e aos relacionamentos, conseqüentemente, torna-se um processo importante para a compreensão das experiências de sociabilidade entre os sujeitos, possibilitando que o companheirismo presente nas linhas da missiva adentre outros espaços, como ocorre, em 12 de dezembro de 1964, quando José Américo de Almeida recebe convite, encaminhado por Enélio Lima Petrovich, então diretor do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, no qual, menciona-se a realização da Semana Câmara Cascudo em homenagem aquele que representaria “[...] a maior expressão cultural” (PETROVICH, 1964) do Rio Grande do Norte sugerindo que, “[...] como prova de sua amizade ao escritor Luiz da Câmara Cascudo” [grifo nosso] (PETROVICH, 1964), contribua redigindo uma mensagem que possa ser publicizada, honrando com espontaneidade e sinceridade, a imagem do folclorista potiguar.

Nessa perspectiva, o processo de construção de uma rede de sociabilidade entre Luís da Câmara Cascudo e outros sujeitos oportunizou o acúmulo de informações obtidas por meio das correspondências, caracterizando um grupo de intelectuais que na mesma medida que se comunicavam e debatiam ideias por meio da troca de cartas construía e/ou fortaleciam as personalidades, a exemplo do que fez com José Américo de Almeida.

FONTES

ALMEIDA, José Américo de. Carta para: Diógenes Cunha Lima. 30 mai. 1979. 01 fl. Localizado em: Fundação Casa de José Américo, João Pessoa.

_____. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 01 fev. 1971. 01 fl. Localizado em: Fundação Casa de José Américo, João Pessoa.

_____. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 26 ago. 1971. 01 fl. Localizado em: Fundação Casa de José Américo, João Pessoa.

_____. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 03 abr. 1973. 01 fl. Localizado em: Fundação Casa de José Américo, João Pessoa.

_____. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 25 mai. 1978. 01 fl. Localizado em: Fundação Casa de José Américo, João Pessoa.

CASCUDO, Luís da Câmara. Bilhete para: José Américo de Almeida. 24 nov. 1966. 01 fl. Localizado em: Fundação Casa de José Américo, João Pessoa.

_____. Bilhete para: José Américo de Almeida. 12 out. 1975. 02 fs. Localizado em: Fundação Casa de José Américo, João Pessoa.

_____. Bilhete para: José Américo de Almeida. 21 jan. 1976. 02 fs. Localizado em: Fundação Casa de José Américo, João Pessoa.

_____. Bilhete para: José Américo de Almeida. 29 ago. 1976. 02 fs. Localizado em: Fundação Casa de José Américo, João Pessoa.

_____. Bilhete para: José Américo de Almeida. 30 mar. 1978. 02 fs. Localizado em: Fundação Casa de José Américo, João Pessoa.

_____. Carta para: José Américo de Almeida. 05 abr. 1966. 01 fl. Localizado em: Fundação Casa de José Américo, João Pessoa.

_____. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 24 set. 1926. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

_____. História da Cidade de Natal. Natal: Edição da Prefeitura do Município do Natal, 1947.

_____. Vaqueiros e cantadores. São Paulo: Global, 2005.

OS HOLANDESES no Rio Grande do Norte. Tribuna de Petrópolis, Petrópolis, fev. 1950. Suplemento Arte e Literatura, p.09.

PETROVICH, Enélio Lima (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte) Carta para: José Américo de Almeida. 12 dez. 1964. 01 fl. Localizado em: Fundação Casa de José Américo, João Pessoa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013.

_____. A invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2009.

BAKHTIN, Mikhail *apud* RICKES, Simone Moschen. A escritura como cicatriz. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 27, n. 1, pp. 51-71. 2002.

CERTEAU, Michel. A cultura no plural. Campinas: Papirus Editora, 1995.

FOUCAULT, Michel *apud* KOHLRAUSCH, Regina. Gênero epistolar: a carta na literatura, a literatura na carta, rede de sociabilidade, escrita de si... Letrônica, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 148-155, jan.-jun. 2015.

GICO, Vânia de Vasconcelos. Câmara Cascudo: um Hermes Universal no Nordeste do Brasil. Disponível em <<http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/camaracascudo.pdf>> acesso em 25 de jan. de 2021.

GOMES, Ângela de Castro *apud* OLIVEIRA, G. P. L. Correspondências de Luís da Câmara Cascudo: arquivos da criação e redes de sociabilidade intelectual. 2016. 286f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

HAROCHE-BOUZINAC, G. Escritas Epistolares. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 2016.

LAJOLO, Marisa. Câmara Cascudo: correspondência, história e teoria literária. In: SILVA, Marcos. (Org.) Câmara Cascudo e os saberes. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

LIMA, Kleverton Teodoro de. Cartas, história e linguagem. Goiânia. Revista de Teoria da História Ano 1, Número 3, junho/ 2010. pp. 210-225.

NEVES, Margarida de Souza. Artes e Ofícios de um “Provinciano Incurável”. Revista Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em História e do Departamento de História da PUC-SP. No. 24 Artes da História & outras linguagens. São Paulo: PUC-SP, jun. de 2002. pp. 65 a 86.

OLIVEIRA, Gidson. Câmara Cascudo: um homem chamado Brasil. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.

SANTOS, Caroline Nayara Nascimento dos; FERREIRA, José Luiz; BATISTA, Ray Max de Medeiros. Cartas - registros de amizade e vida intelectual. Imburana – revista do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-Rio-Grandenses/UFRN. n. 12, jul./dez. 2015, pp. 10- 23.

VENANCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 28, 2001, pp. 23-48.

PAULO PONTES, PARAÍ-BÊ-A-BÁ E O SISTEMA CORINGA ENQUANTO ESTRATÉGIA: PARAÍBAS EM CENA

Lays Honório Teixeira¹

Augusto Boal, ao desenvolver o Sistema Coringa, explica que um sistema teatral não nasce sem um propósito. Nesse caso, o Coringa nasce a partir das características tanto da sociedade, no contexto das décadas de 1950/60, quanto da plateia, pois, segundo o autor, “sem plateia, os artistas não comem, por mais simbolistas que sejam” (BOAL, 1991, p. 186). A arte não está imune ao que ocorre em âmbito social, de modo que os problemas externos enfrentados pela sociedade refletiam no teatro seja no enredo da peça seja nos seus problemas financeiros, como a hiperinflação no período da ditadura civil-militar, que restringia quem poderia consumir arte.

O presente artigo tem como objetivo analisar a utilização do Sistema Coringa na peça Paraí-bê-a-bá, apresentada na Paraíba durante o primeiro semestre de 1968. A peça tem como tema principal a Paraíba e o paraibano, que são contados por diferentes narrativas reunidas no formato de texto teatral por Paulo Pontes.

Vicente de Paulo Holanda Pontes ou simplesmente Paulo Pontes como ficou conhecido, foi um radialista, colunista de jornal e educador² que nasceu em Campina Grande, em 8 de novembro de 1940 e faleceu em 27 de dezembro de 1976 no Rio de Janeiro. Transitou entre as áreas da comunicação e da educação além do teatro. Sua carreira teatral se consolida após um convite de Oduvaldo Vianna Filho, que se interessou pela narrativa construída por ele em seu programa de rádio na década de 1960, Rodízio, chamando-o ao Rio de Janeiro para trabalharem juntos. Chegando lá, Oduvaldo, Paulo Pontes e Armando Costa formaram o Grupo Opinião, considerado por muitos a primeira resposta cultural direta ao golpe civil militar de 1964. Com duração de 3 anos, o grupo se desfaz em 1967 e, em decorrência disso, Paulo Pontes volta à Paraíba e começa a trabalhar na criação e produção de Paraí-bê-a-bá.

O Teatro de Arena da Paraíba ao encenar Paraí-bê-a-bá, em 1968, estava incluso na dinâmica do Teatro de Arena de São Paulo, que propôs espetáculos com estilos diferenciados. Nossa hipótese, por conhecer a dinâmica do Arena fundado em 1953, é que o grupo estadual tenha sido o ideal para essa encenação por estar alinhado às diretrizes do nacional, sendo a escolha mais coerente para a proposta cênica de Paulo Pontes que era a de causar uma identificação do público paraibano com o espetáculo.

A peça foi produzida por Paulo Pontes em parceria com o padre Francisco Pereira, Altimar Pimentel, João Manuel de Carvalho e Jomar Souto, colaboradores em todas as áreas dessa produção, encenada pelo grupo Teatro de Arena da Paraíba e sob a direção de Elpídio Navarro e Rubens Teixeira. Quanto à autoria da mesma, há divergências recorrentes às questões de direitos autorais e a própria noção do que se entendia como teatrólogo na década de 1960, período em que o texto foi produzido. Por isso, Paulo Pontes, que foi o responsável por reunir e organizar o texto, é apresentado no prefácio da peça como coordenador geral.

Esse texto é parte da dissertação “A cara do povo do jeito que ela é”: o nacional-popular na peça Paraí-bê-a-bá, de Paulo Pontes, que foi apresentada ao Programa de Pós-graduação em Literatura e Interculturalidade em 2020.

1 Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande, mestra em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: layswhisper@gmail.com

2 Durante a iniciativa CEPLAR – Campanha de Educação Popular, Paulo Pontes assumiu a direção do Departamento de Arte e Divulgação utilizando peças teatrais como metodologia de ensino, o que contribuía para a alfabetização e aprendizado dos beneficiados por aquela iniciativa

De acordo com Lima (2016), quando da estreia de Parai-bê-a-bá, não havia peças paraibanas, com contrerrâneos envolvidos em todos os processos de criação e produção: todas haviam passado por interferência de pessoas de outros Estados, processo estético e produtivo bastante comum, enquanto diálogo inter-regional. Para suprir esta ausência de peças que se adequassem à proposta do Arena, de peças com estilos diferenciados, o realismo entrou em cena porquê, de acordo com Boal, seria mais fácil representar a realidade próxima do público do que os clássicos. Segundo o autor: “A interpretação seria tão melhor na medida em que os atores fossem eles mesmos e não atores” (BOAL, 1991, p. 189), fundando assim o Laboratório de Interpretação do Arena. Pensamento semelhante ao que Paulo Pontes expressa no prefácio da sua peça, quando diz “Se a cultura que eu tento recriar é a minha, eu a entendo melhor” (PONTES, 1968, p. 7), confirmando sua adesão ao teatro naturalista, como vinha sendo cultivado no Brasil desde os anos 1950.

O ano de 1958 começou com a estreia de “Eles não usam *black-tie*”, texto de Gianfrancesco Guarnieri, primeiro drama urbano e proletário brasileiro, que ficou em cartaz até o ano seguinte. Nos anos consecutivos, vários textos nacionais foram lançados, coincidindo com o contexto histórico de nacionalismo político, abertura de fábricas no Sudeste, construção de Brasília e uma euforia com o que era nacional, bastante refletida no palco, na música (com a Bossa Nova) e no cinema (com o Cinema Novo):

Eu adorava teatro, mas o sentia um instrumento muito longe de minha sensibilidade. Por isso, imediatamente fui para o rádio escrever programas de piadinhas. E de repente assisti Revolução na América do Sul, de Augusto Boal, feito pelo Teatro de Arena de São Paulo. Foi um deslumbramento para mim, porque pela primeira vez tive noção de que um instrumento estava próximo de mim. Teatro passou a ser uma coisa simples e ao meu alcance. Porque estava ali o homem brasileiro. E estava ali uma técnica ao meu alcance. (PONTES, *in* Ramos, 2002, p.20).

Essa fala de Paulo Pontes sobre sua primeira experiência, como plateia de um espetáculo do Arena, data de 1962, dois anos antes de ir para o Sudeste trabalhar como teatrólogo e é anterior à sua experiência no Show Opinião. Logo, seu primeiro contato com esse método de encenação se deu como público, o que possibilitou que ele entendesse as reações à peça para, só depois, colocar sua experiência em prática. Esse episódio evidencia também que o projeto proposto por Boal efetivamente alcançava os espectadores. Mostaço (1982, p. 79) comenta sobre a relação do público com o Show: “Se os intérpretes e criadores de Opinião não apenas se autodenominavam o povo, o que salta aos olhos é o reconhecimento do seu público: ele, também, vendo-se como povo”. Essa percepção crítica do autor sobre a recepção do público ao espetáculo demonstra que um dos objetivos da peça se concretiza: a identificação do povo com o tema apresentado no espetáculo. E prossegue:

Uma exotérica forma de comunicação fixou-se, a partir do modelo de Opinião, carreando para o teatro as expectativas e as fórmulas do protesto. Acoplando o ideário cepecista quanto a prática artística (arte do povo, arte popular e arte revolucionária) a estratégia ideológica do PCB, congelou-se o modelo estético conhecido por nacional-popular, conceito que engloba as duas fontes táticas citadas e por eles é engendrado, sem maiores explicações. (MOSTAÇO, 1982, p.79. [grifos do autor]).

Fundado em 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil - PCB e mudando de nome em 1961 para Partido Comunista Brasileiro, esta organização política surgiu com o objetivo de promover a revolução proletária no país e conquistar o poder político nacional para implementar a mudança do

sistema capitalista para o sistema socialista. É o partido mais antigo do país, porém, atuou a maior parte de sua existência na ilegalidade, sobrevivendo às alterações político-institucionais nacionais. Estavam inclusos em seus projetos, para a implementação do socialismo, as expressões artísticas como meio de alcançar o público. Ou seja, de alguma maneira, no Opinião, o projeto pecebista, que cristalizou o modelo estético nacional-popular, alcançou seu objetivo de identificação com o povo em um espetáculo de cunho político, expresso nas músicas (algumas já conhecidas do povo), nas falas e situações colocadas pelos autores no palco e mesmo com o tom de denúncia das falas e das músicas, muito do que aparece no texto é de modo simbólico.

Como representação das mudanças que o espetáculo teatral trazia, podemos falar da peça Arena Conta Zumbi, de 1965, que trouxe uma encenação que rompia com todas as convenções teatrais naturalistas. A música entrou no espetáculo como meio de “preparar ludicamente a plateia a receber as razões contadas” (BOAL, 1991, p. 196). Parai-bê-a-bá também foi encenada como musical, tendo a participação do coral da UFPB para as cenas com repertório musical e a música, do mesmo modo que em Zumbi, aparecia no intervalo entre cenas, na passagem de uma para outra. Primeira peça da série “Arena Conta...”, trouxe inúmeras modificações para a cena teatral brasileira, rompendo com “estilos imodificáveis ou *imodificados*”.

Essas mudanças se organizaram em um novo sistema apresentado em Tiradentes (1967), outra peça da mesma série. Esse novo sistema, criado a partir da desordem da peça anterior, utilizava quatro técnicas principais: desvinculação do ator-personagem, interpretação coletiva, ecletismo de gênero e estilo e música. Dentre essas, são a primeira e segunda técnica que nos auxiliam a entender a proposta de Paulo Pontes em Parai-bê-a-bá, ao não nomear os personagens. Boal introduz a técnica rememorando que, na Grécia antiga, essa prática de desvinculação do ator-personagem já era comum, pois dois ou três atores interpretavam todos os personagens, mudando a caracterização com a utilização de máscaras. No caso do Arena, a máscara utilizada pelos atores era figurativa, cada personagem apresentava características próprias, ações e reações que eram preservadas pelos atores durante a atuação. Assim, era possível que a plateia identificasse qual personagem estava em cena pelas ações e não pelos atores.

Neste caminho, Boal cita também exemplos do teatro moderno em que essa desvinculação foi utilizada, apresentando como ela ocorria em diferentes gêneros teatrais nos quais a narrativa não seguia uma cronologia histórica, ou um desenvolvimento linear do enredo, conforme propunha o aristotelismo.

Já em Zumbi – e isto não é qualidade nem defeito – cada momento da peça era interpretada “presentemente” e “*conflitualmente*”, ainda que a “montagem” do espetáculo não permitisse esquecer a presença do grupo narrador da história: alguns atores permaneciam no tempo e no espaço dos espectadores, enquanto outros viajavam a outros lugares e épocas. Resultava daí uma “colcha de retalhos” formada por pequenos fragmentos de muitas peças, documentos, discursos e canções (BOAL, 1991, p.200).

Para Boal, então, as vantagens desse modo de formar a dramaturgia e a encenação eram que, com todos os atores interpretando todos os personagens, conseguia-se uma única perspectiva de narradores, portanto se negava a identificação ator-personagem do teatro realista-naturalista. Em vez de o espetáculo ser apresentado sob o ponto de vista de cada personagem, ele passa a ser narrado por toda uma equipe, conseguindo assim, nos termos do autor, uma “interpretação coletiva”, concluindo o segundo objetivo técnico dessa experiência.

Rosenfeld (1982), ao analisar o sistema Coringa criado por Boal, o percebe como um sistema que se destina a “fundamentar um teatro que tenha eficácia para o público brasileiro” e, mais

especificamente, para o público do Teatro de Arena, entendendo como eficácia o acerto social desse teatro e da humanização do homem. Para ele, o objetivo era desenvolver um teatro capaz de interpretar a realidade nacional enquanto comunicava-se com o público e lhes causar empatia em relação a(o)s personagem(s) do espetáculo, de modo a apreender as experiências não só no campo racional.

Dentro desse sistema, o Coringa pode atuar interpretando todos os personagens do espetáculo (característica central do sistema) do mesmo modo que os demais atores, como também podem não interpretar nenhum, assumindo a função de narrador onisciente. Outra questão em relação à eficácia do Coringa, diz respeito à rápida troca de atores que representavam o mesmo personagem, o que, na crítica de Rosenfeld, confundia o público e fazia com que parte da atenção deles se voltasse apenas para a identificação do personagem. Por fim, reconhece a importância da aplicação do sistema Coringa pela riqueza de ideias e pela seriedade como representou os problemas do teatro brasileiro. Ainda reitera uma observação de Sábato Magaldi sobre o sistema quando também reconhece que o Coringa é “a mais inteligente formulação jamais elaborada por um encenador brasileiro”. (ROSENFELD, 1982, p. 19).

Introduzido o sistema coringa, veremos a seguir como ele aparece em *Parai-bê-a-bá*. Ao produzir o enredo da peça, Paulo Pontes objetivava trazer para o palco aspectos que fossem comuns ao público paraibano, alvo central da encenação. Deste modo, recorreu a diversas expressões artísticas do Estado elencadas adiante no texto.

Nesta direção, é possível afirmar que na peça há dois tipos de personagens: os que foram criados por Paulo Pontes e o que são recortes de outros textos. Os que foram criados pelo autor não apresentam nome próprio nem características físicas descritas em rubricas, são personagens que atuam em diferentes situações mas que não constituem uma trajetória no decorrer da narrativa; enquanto os personagens oriundos das colagens têm narrativas próprias, mantidas em coerência às obras originais, mas que ao serem deslocados para a peça, convergem para adensar o tema do texto teatral: o paraibano. Além desses personagens fictícios com inspirações reais, personalidade locais foram citadas ou tiveram seus discursos citados na peça, como os poetas Manoel José de Lima e José Limeira, o médico Oscar de Castro, diretor do Departamento de Assistência Social, o padre Francisco Pereira que colaborou na produção da peça, os políticos João Agripino e João Pessoa, José Joffily Bezerra, à época secretário da agricultura do estado e a mãe de Paulo Pontes, Dona Laís, que também é citada na peça quando ele fala da atividade local das enfermeiras, como o atendimento às crianças, nos sítios no interior.

São citados na peça *Os Sertões de Euclides da Cunha*, único não paraibano citado, *A Bagaceira* de José Américo de Almeida, livro mais citado na peça, *Menino de engenho* de José Lins do Rêgo, *Eu e outras poesias* de Augusto dos Anjos e o cordel de Leandro Gomes de Barros, *Cancão de Fogo*. Entre romances regionais e poemas, os textos desses livros estavam inseridos em diferentes contextos, mas que demonstravam uma faceta de resistência às adversidades climáticas e, conseqüentemente, financeiras enfrentadas pelo homem do campo que precisa de chuva para plantar e para colher e, quando não são favorecidos pela natureza, recorrem às espertezas.

Das características listadas pelo Sistema Coringa, o estilo diferenciado na estrutura e no gênero se aplicam à *Parai-bê-a-bá*, pois a peça não se enquadra perfeitamente em nenhum gênero teatral: há traços do realismo inseridos no texto através de dados estatísticos e econômicos da produção agrícola no Estado, da comédia de costumes, através da introdução de situações nas quais o humor é usado como sátira social e a utilização da técnica da colagem.

ATOR 2: Em 1950, o sisal, outro grande produto da Paraíba, custava NCr\$3,60. Em 1967 foi vendido a NCr\$0,23.

ATOR 1: Os compradores industrializados lançam-se, atualmente, à fabricação da fibra sintética, que substituirá, gradativamente, o sisal da Paraíba no mercado.

REVERSÃO PARA OUTRO ATOR

ATOR 3: A economia paraibana se baseia na produção agrícola para exportação. Por isso é uma economia permanentemente sujeita às oscilações do mercado externo. (PONTES, 1968, p.24)

Essa marcação dos atores, sinalizadas no texto como Ator 1, 2 e 3, é outra característica do coringa, denominada “interpretação coletiva”. De acordo com Boal (1991), nesse modo de encenar, todos os atores interpretavam o texto inteiro criando uma única perspectiva de narradores. Assim, não havia uma perspectiva individual para cada personagem, mas uma narrativa contada por toda a equipe, com critérios coletivos.

Diante da impossibilidade de fontes que descrevam a atuação dos atores em cena, não podemos afirmar se a interpretação em **Parai-bê-a-bá** funcionava da mesma maneira que no Arena, no qual havia um conjunto de características específicas que constituía um perfil para cada personagem, de modo que o público reconhecesse nessas características quem estava sendo interpretado. No trecho acima, os personagens não-nomeados são de criação de Paulo Pontes, mas seus discursos apresentam uma contextualização histórica e contextual, pois são inspirados em falas de pessoas reais, como é o caso do Ator 3, cuja fala é o início da reprodução de um discurso do José Joffly Bezerra, então secretário da agricultura do Estado sobre a importância da produção agrícola, o espaço alcançado no mercado e as dificuldades da produção monopolizada de alguns produtos. Como a peça utiliza-se do realismo, esse trecho refere-se a uma das principais características da Paraíba na década de 1960: a agricultura, que não aparece apenas nos personagens, mas no discurso de autoridades. Desse modo, Pontes acaba expondo duas visões sobre uma mesma situação e por uma ótica e perspectiva de classes sociais diferentes: a do lucro, por parte dos políticos e a noção do trabalho, através dos camponeses.

Parai-bê-a-bá nasce, entre outros desejos, como uma peça paraibana, da criação ao texto final. Utilizando o realismo ensejado pela vinculação à regionalidade enquanto expressão dos dados locais, foi possível a Pontes representar fatos, histórias, personalidades, lugares que são comuns aos paraibanos, espaços com os quais eles já estabeleceram memórias, figuras conhecidas ou que passaram a conhecer, trajetórias, experiências de vida – como é o caso dessa cena abaixo, decalcada do romance **A Bagaceira**, de José Américo de Almeida, forte símbolo e marco do regionalismo, com marcas de nascença bem paraibanas. Esse livro marcou o início do movimento regionalista que impulsionou a geração de 1930, sendo uma obra significativa para a literatura nacional e regional por abordar uma visão do nordeste em vias de modernização, entrando em contraste com o mandonismo político e dos senhores de engenho. Foi o livro base, utilizado por Paulo Pontes, para construção da peça. Soledade é a personagem central dos trechos retirados do livro, que acompanham sua trajetória enquanto mostra ao público diferentes situações da vida do sertanejo a despeito da seca bem como sua condição de mulher, que lhe coloca em algumas situações dentro de um espaço de mandonismo e patriarcalismo:

SOLEDADE: A UM CANTO, TÍMIDA. Se o senhor pudesse me arranjar um copo d'água (sic)... eu estou morrendo de sede...

DAGOBERTO: PARA. VOLTA-SE. FITA A MOÇA UM TEMPO. EXAMINA-A. Broca, manda dar água a essa gente. A SOLEDADE. Êstes (sic) dois homens que estão com você são seus irmãos?

SOLEDADE BAIXA A CABEÇA. O PAI RESPONDE ENVERGONHADO.

PAI: Não, senhor. Mas é como se fosse.

DAGOBERTO VOLTA-SE A FITAR A MOÇA UM TEMPO. VAI EM SUA DIREÇÃO. Quem é este homem?

SOLEDADE: Meu pai. (PONTES, 1968, p. 10).

O sertanejo, por excelência, é o personagem da peça: através das narrativas literárias, voltadas ao contexto da seca, da migração, da mendicância, da fé e da esperança, é dos discursos oficiais e dos dados estatísticos e de mercado, é das situações reproduzidas e encenadas que esse personagem-tipo, por diferentes óticas, é colocado no palco. Contudo, os personagens da peça nem sempre correspondem às características esperadas pelo público, no entanto, a identificação ocorre quando trejeitos, estigmas e semelhanças são evidenciados no palco, pela fala desses narradores, que estão presentificados no palco, pelo elenco em função coringa.

ATOR: A mulher da Paraíba ou é oito ou é oitenta, uma o marido sustenta com tapa no pé do ouvido, outra bate no marido de vassoura e espanador. Escolha bem, meu senhor, que sorte prefere agora; homem feme (sic.) sim senhora ou mulher macho sim senhor.

ATRIZ: A mulher da Paraíba não é o que o senhor diz. É simples, mas é feliz, falo assim por que já vi: uma noivou sete vezes, com sete homens viveu e o seu segredo de moça com ela permaneceu... (PONTES, 1968, p. 6).

Uma forma da poética popular da cultura regional, o repente, aparece no texto em algumas cenas, como a citada acima, que tem como tema central o paraibano e suas especificidades. É assim que o repente torna-se um dos elementos culturais de identificação do público, justamente por ser uma expressão da cultura local mais próxima do povo, que se manifesta nas ruas, nas feiras e que também toma por tema o cotidiano popular.

ATOR 3: O que é que dá na sua terra? Que lavoura ela dá melhor?

ATOR 4: Dá nada não senhor.

ATOR 3: Como não dá?

ATOR 4: A terra é muito ruim. Sol muito quente, semente mirrada, chove pouco, enxada cega, preço barato... dá nada não, senhor...

ATOR 3: Que história é essa, meu senhor. Ali naquela baicada, plantando feijão, por exemplo... o que é que o senhor acha?

ATOR 4: Ahhhh, plantando dá (PONTES, 1968, p. 26).

A sátira social, recurso utilizado por Paulo Pontes na maioria dos seus textos teatrais, é uma característica do autor desde quando era radialista. A presença de diálogos como esse, além de causar risos no público, evidencia a sabedoria do homem popular que entende que a terra, sem trabalho, não dá nada. Só através do esforço pessoal e da produção é que os frutos do homem do campo serão colhidos.

Dentre as músicas presentes na peça estão **Asa Branca**, **Faz força Zé pra melhorar** e **Siri jogando bola** de Luiz Gonzaga, **Como tem Zé na Paraíba** de Jackson do Pandeiro e **Fogo no Paraná** de João do Vale. As músicas são todas do mesmo estilo musical, o forró, já muito popular no Estado. Com exceção de Asa Branca, que, além de compor o enredo da peça, serve como indicativo de passagem de uma cena para outra ou quando há mudanças dentro da própria cena.

A utilização da música no espetáculo ocorre de duas maneiras: como recurso épico, através da utilização do coro, e como parte do enredo. Jackson do Pandeiro é um dos músicos paraibanos mais conhecidos, denominado “rei do ritmo” pelo modo como cantava e tocava o pandeiro.

Virgem como tem Zé
Zé de baixo, Zé de riba
T'esconjuro como tanto Zé
Como tem Zé lá na Paraíba

Num forró que eu fui em Cajazeiras
O cacete cantou e fez banzé
Pois um bebo no meio da bebedeira
Falou mal e xingou a mãe de um Zé
Houve logo tamanho rapá pé
Como tinha só Zé neste zum
Mãe de Zé era a mãe de cada um
No Sertão brigou tudo que era Zé (PONTES, 1968, p. 23).

A sátira também aparece no texto através da música, como é o caso de **Como tem Zé na Paraíba**, de Jackson do Pandeiro, na qual o autor ironiza a quantidade de paraibanos que atendem pelo nome de Zé, comum na nossa cultura popular. Essa música, através do humor, brinca com um dos apelidos mais comuns no Estado e com o estigma do homem nordestino, tido como aquele que não foge à briga.

Não tivemos acesso às leituras que Paulo Pontes fazia nem à sua biblioteca pessoal, mas diante da sua proximidade dos encenadores que atuavam no Sudeste, notadamente com Augusto Boal durante o **Opinião**, é sensato supor que suas experiências como dramaturgo ou espectador dessas peças fez com que adotasse esse estilo para a construção do nosso corpus de análise. A multiplicidade de datas, autores, estilos artísticos e literários, a escolha de grandes personalidades e de pessoas oriundas do povo corroboram que Paulo Pontes buscava abarcar amplamente uma identidade regional paraibana. Através da identificação pessoal sentida pelo público individualmente, este, ao se deparar com inúmeras reproduções de si e do outro através dos personagens, reflete sobre a sociedade na qual está inserido.

Parai-bê-a-bá se tornou um marco na história do teatro paraibano, sendo considerado por Lima (2016) o espetáculo que dá início à segunda modernidade teatral paraibana, tanto por sua relevância quanto pelas técnicas utilizadas. Como já dito, Paulo Pontes buscou representar, sob inúmeras óticas e facetas, o paraibano na década de 1960, e elegeu o homem do campo como personagem central para essa representação. Buscou, principalmente nas expressões culturais do Estado, as características que queria representar. Sendo assim, conseguiu, em um Estado onde o teatro ainda não é valorizado, colocar a Paraíba no palco e na plateia.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de 2001b. Partido Comunista Brasileiro (PCB). In: Abreu, Alzira Alves de et al. Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>.
- BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, 6ª. edição.
- COSTA, A.; PONTES, P.; VIANNA FILHO, O. Opinião: texto completo do “Show”. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965.
- LIMA, Duílio Pereira da Cunha. Em busca de uma historiografia do teatro paraibano. In: MACIEL, D. A. V. (Org.) Dramaturgia, teatro e diálogos (inter)culturais. – Campina Grande: EDUEPB, 2016.
- MACIEL, Diógenes André Vieira. Ensaio do nacional-popular no teatro brasileiro moderno. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004
- MAGALDI, Sábato. Panorama do teatro brasileiro – 3. ed. – São Paulo: Global, 1997.
- PONTES, Paulo. Parai-bê-a-bá. João Pessoa: [Propan], [ca. 1968].
- MOSTAÇO, Edécio. Teatro e política: Arena, Oficina e Opinião. (uma interpretação da Cultura de Esquerda). Proposta Editorial, 1ª. ed., 1982.
- PONTES, Paulo. Teatro de Paulo Pontes: volume 1/ apresentação de Paulo Albuquerque Melo. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 192p.
- RAMOS, Severino. Paulo Pontes – vida e paixão. João Pessoa: Ideia, 2002. 104p.
- ROSENFELD, Anatol. O mito e o herói no moderno teatro brasileiro. Coleção Debates. Editora Perspectiva. São Paulo, 1982.

LOURDES RAMALHO: A MEMÓRIA E A FABRICAÇÃO DA ESCRITA

Valtyana Kelly da Silva¹

Sou como as planta da terra – o cardeiro, o xique-xique... Elas é assim pra resistir à secura do sertão. Como podiam ser macia, delicada, se tem de viver num chão esturricado, sem água que amoleça o barro donde tiram seu sustento?²

Em uma tarde nublada, ando silenciosa, pelas ruas da cidade, indo ao encontro de um desafio. Finalmente surge-me o lugar desejado, um grande portão branco defronte a uma casa antiga. No seu âmagô: a residência de Lourdes Ramalho. A mobília antiga e as fotografias me apresentam um espaço de memória, os rastros e vestígios de uma época passada... Minutos depois, estou em sua biblioteca, abarrotada de livros, entrevistas, cartas e rascunhos, um Olimpo para os historiadores, com o intuito de realizar algumas investigações. A posteriori, avisto uma senhorinha, às margens do seu centenário, com a pele marcada pelo tempo. Seu olhar alcança o meu, ela me observa, e ao ter o conhecimento do meu interesse em estudar suas obras, lança-me um grande sorriso.

Senti no seu entusiasmo o desejo que sua obra permaneça viva, mesmo com o passar dos anos e o esquecimento nos circundando. Então, no trajeto de volta para casa pego-me pensativa, questionando-me: quais caminhos me trouxeram até aqui? Os percursos e percalços enfrentados pelo historiador, em sua trajetória, nos colocam entre passado, presente e futuro; nos retiram da comodidade, fazendo-nos participar do tempo e suas transformações; nos fazem trilhar entre a memória, diferenças, práticas e experiências. São caminhos sem origens definidas ou certezas, sem um roteiro fixo ou um destino certo alcançável; entre contradições e possibilidades, nós nos construímos, reinventamos e seguimos nossa jornada.

Nascida em 23 de agosto de 1920, no território sertanejo de Jardim do Seridó – RN, Maria de Lourdes Nunes Ramalho vem de uma família de artistas e educadores: bisavô violeiro e repentista, mãe professora e dramaturga, tios atores, cordelistas e violeiros. Ao mesmo tempo que crescia em termos da educação formal no sertão, garantida pela sua mãe, Ana Brito, “a menina Lourdes cresceu ouvindo cantorias de viola e as histórias contadas por vendedores de folhetos, aprendendo assim, desde cedo, a amar sua terra e a cultura do seu povo” (ANDRADE e MACIEL, 2011, p. 10). Escreveu suas primeiras peças na adolescência e participou de várias montagens teatrais no seio familiar, incentivada pela mãe e tios.

Lourdes Ramalho, tal como o Nordeste, são filhos da década de vinte (SILVA, 2005, p. 36). Neste período, a maioria dos intelectuais nordestinos iam estudar no Recife, como o fizeram José Lins do Rego, Gilberto Freyre, Ariano Suassuna, e outros. Lourdes Ramalho fez licenciatura em Letras em João Pessoa, entretanto estudou em colégios de Recife e Natal, “berço da invenção do Nordeste, lugar onde os intelectuais nordestinos pensaram, discutiram e idealizaram um Nordeste rural, folclórico e popular” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 23). A “menina Lourdes”, oriunda de um lócus privilegiado,

1 Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Sociedade da Universidade Federal de Campina Grande. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8047812355787300>

2 Fala da protagonista Mariana em *As Velhas*. RAMALHO, Maria de Lourdes Nunes. *Teatro Nordestino: cinco textos para montar ou simplesmente ler*. Campina Grande: RG, 1981.

crece, e suas peças iriam ganhando novos contornos, em diálogos constantes com o tempo e espaço, misturando passado e presente, o regional e o nacional.

Falando no tempo, sendo este intrigante, misterioso, às vezes cruel, outras benevolente, é importante destacar que é preciso ter cuidado ao analisá-lo. Segundo Hartog (2014, p.26), o tempo tornou-se “a tal ponto habitual para o historiador que ele o naturalizou ou o instrumentalizou. O tempo é impensado, não porque seria impensável, mas porque não o pensamos ou, mais simplesmente, não pensamos nele.” Devemos, portanto, investigar nossas fontes inseridas no tempo a partir do prisma da historicidade, como produto de práticas sociais, culturais e políticas diversas e ambíguas.

As veredas dramáticas de Lourdes Ramalho atravessaram diversas fronteiras. Durante sua vida artística – longa, a propósito, abrangendo desde a década de 1960 até meados de 2019, ano de sua morte –, enamorou-se de várias temáticas, como a seca, o êxodo rural, os abusos do poder político local, vinganças familiares; contrastes do mundo rural e urbano, do privilegiado e discriminado, do opressor e oprimido, contradições da própria vida. “Viver a vida sem conta-la é um silêncio vazio, nossa morte. Por isso as narrativas são importantes e decisivas (REZENDE, 2006, p. 45). Destarte, não podemos excluir a multiplicidade, as transgressões, os inúmeros debates e as possibilidades que são intermináveis na sua escrita, que fornecem questões de cada época.

Para além do legado artístico familiar, embevecida do Teatro Épico, Teatro de Arena, dos Centros Populares de Cultura, do Teatro de Estudante da Paraíba, do Movimento Armorial, etc., Lourdes Ramalho une essa bagagem e propõe recriar nos palcos o universo nordestino, valorizando sua herança cultural. É ela “quem inicia na cidade uma maneira de dizer o teatro campinense, o teatro nordestino. Em um contexto onde o fazer teatral é um dos lugares de produção de subjetividade, de amizades (...)” (SILVA, 2005, p. 110). Assim seu teatro acaba sendo visto como um teatro “vanguardista” em Campina Grande, porque, do mesmo modo que Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho, é defensora de um teatro nordestino e popular.

Em Lourdes Ramalho é possível reconhecer a condição do intelectual que opta por não se distanciar da prática dos mais simples, seus ditos e saberes. [...] Ao se colocar como observadora dos costumes dos homens simples, ela se distancia, e ao mesmo tempo se aproxima deste povo. Descreve fatos vistos, observados na sua vivência e em lugares comuns. Acontecimentos testemunhados, e também aqueles de que ouviu falar ou ouviu ser contado por seus parentes. (SOUZA, 2011, p. 98).

Portanto, a relevância do teatro de Lourdes Ramalho, e o seu estudo, se fortalece a medida que a enxergamos como uma dramaturga que une diversos lugares em si: originária de uma família de cantadores e poetas populares; que traz para si a responsabilidade de escrever sobre o meio em que nasceu e viveu; que acompanha as transformações da arte teatral brasileira e das categorias sociais; e que, por fim, faz do teatro uma crítica à conjuntura política de Campina Grande, da Paraíba, dialogando com os problemas do Brasil.

As décadas de 1960 e 1970, período de ascensão dramática de Lourdes Ramalho, foram fecundas para as artes brasileiras. “[...] marcam o amadurecimento da dramaturgia e da encenação, a afirmação de uma geração que assume o teatro como atividade socialmente responsável, lançando-se na investigação dos temas mais urgentes do processo sócio-político nacional” (PEIXOTO, 1986, p. 121) Censura, tortura, exílio, prisão: tornaram-se palavras comuns no vocabulário daqueles que praticavam este ofício. O cenário elaborado por Lourdes Ramalho não remete à censura – mesmo a autora tendo

obras cerceadas –, ao exílio ou prisões comuns a outras peças do período, e sim aos exílios, torturas e prisões que a seca e políticas públicas subjugavam às populações sertanejas.

Esta mesma seca que “provoca necessariamente uma sensação de perigo ou de ameaça à sociedade, tanto como descontrole social provocado pelas movimentações da multidão – invadindo, saqueando, exigindo proteção – quanto como desagregação social pela fome e pelas migrações continuadas” (NEVES, 1996, p. 26). Igualmente protagonista, a seca não tem falas, mas paira, como uma sombra, em várias obras de Lourdes Ramalho; seja no âmbito rural ou urbano, ela está à espreita, provocando atritos, conflitos e sensibilidades. A seca, portanto, é investigada em sua historicidade, “em sua multiplicidade de tempos e de imagens, como produto da articulação e da sedimentação de camadas de sentidos, de afetos e de percepções.” (ALBUQUERQUE JR., 2017, p. 227).

Pensar a seca no contexto de escrita de Lourdes Ramalho é desnaturalizar o objeto, colocando-a no centro da interpretação de práticas humanas que carecem de significação. É analisar todos os enfrentamentos das forças sociais, as movimentações, influências, continuidades e descontinuidades existentes no processo de fabricação de saberes, textos e subjetividades. Sofrimento, solidão, perda, raiva, vingança e medo são sensibilidades carregadas pelas suas protagonistas – como demonstrado na epígrafe. Mariana, protagonista de **As Velhas**, nivelando-se à seca, é como um cacto, solitária, com espinhos cravejados, suportando o peso da sobrevivência à míngua.

Tendo tudo isto em mente, este artigo objetiva problematizar a escrita *ramalhiana*, como um lugar histórico e social, relacionando-a à memória e as práticas de escrita. Através da sua obra **As Velhas** (1975) ambientada no cenário da seca, analisaremos: como Lourdes Ramalho fabrica seu texto? Como conversa com suas memórias e com os movimentos teatrais regionais que experencia? Considerando estes questionamentos, acreditamos, em consonância com Silva (2005, p. 36), que isto é ir “contra o essencialismo que constrói a autora, é querer entender sua obra como um discurso histórico, atravessado por outros discursos, por relações de poder e que almejando a singularidade e racionalidade, consegue se naturalizar, tornar-se a – histórico.”

I ato: a memória

Acreditamos que continua sendo tarefa singular dos historiadores e uma das suas responsabilidades com seus contemporâneos “a leitura das diferentes temporalidades que faz com que o presente seja o que é, herança e ruptura, invenção e inércia ao mesmo tempo”. (CHARTIER, 2002, p. 62). À vista disso, atentamos que a composição artística de Lourdes Ramalho, devido a amplitude, dialoga diretamente com distintas épocas e formas de dizer e fazer o teatro. Inclusive, sua produção não é percebida como em um percurso para a ascensão ou queda, ao contrário, é tratada dentro das teias e relações complexas que se constrói.

Lourdes Ramalho, em sua escrita e no seu falar, observando entrevistas, acreditava “estar imortalizando algo da cultura do passado, dos ditos, falares, práticas e crenças que estariam se dissipando no tempo.” (SOUZA, 2011, p. 49) – inclusive se dissipando com o advento da modernidade, assemelhando-se ao pensamento elaborado pelo Teatro do Estudante de Pernambuco, e posteriormente ao Movimento Armorial, ambos orientados por Hermilo Borba Filho e Ariano Suassuna. Quando ela coloca suas narrativas neste lugar de resgate do passado, ela coloca seu texto como memória. Principalmente memórias suas, da infância interiorana. E nessa vontade de memória, ela fabrica sua escrita.

Se para a dramaturga, a sua obra é herança e memória de sua infância e de toda sua trajetória; para a história, além disto, sua obra é rupturas, esquecimentos, paradoxos, repetições, circunstâncias, e tudo aquilo que a faz transcender o próprio texto. História e memória, longe de sinônimos, elas se opõem. Dado que, segundo Nora (1993, p. 9), a memória é sempre suspeita para a História, haja vista o saber histórico ser oriundo de uma operação que demanda análise e discurso crítico. Além disto, a memória não é algo consumado, como uma lembrança viva das pessoas e grupos, ela é um ativo processo de criação de sentido.

Por isto, ao lidar com **As velhas** de Lourdes Ramalho, precisamos nos ater a ideia de memória, no qual nenhum passado passa, todo passado é presente. O essencial é compreender como a memória se insere nas práticas cotidianas e como se inscreve nas diferentes maneiras de pensar, fabricar, sentir e agir no presente.

Em lugar de se tomar o conceito de memória como algo acabado e avaliar que esta se aproxima ou se distancia daquilo que é considerado verdadeiro, ou seja, ser uma lembrança viva de pessoas e grupos, propõe-se estudá-la nas diversas formas que adquire em situações sociais e históricas específicas. Ou seja: estudar o significado social que as lembranças adquirem em função de temas e questões colocadas pelo presente, bem como avaliar a dimensão de experiências individuais e coletivas que colocam a memória em constante movimento a partir dos desafios sociais, políticos e culturais (MONTENEGRO, 2006, p. 115).

Neste aspecto, não há uma imortalização do passado, por que a memória é presente, tal como o próprio passado. Lourdes Ramalho ao escrever sobre suas memórias de infância, de sua mãe dramaturga e família de cancioneiros ou do sertão, escreve igualmente alicerçada nas memórias de quando era estudante no Recife e teve contato com o Teatro do Estudante de Pernambuco; escreve influenciada pelo Teatro do Estudante do Brasil de Paschoal Carlos Magno; escreve através da sua própria lente de como deve ser o teatro. Portanto, sua escrita, sendo memória, é um combinado de experiências, vivências, distanciamentos e aproximações.

Sua composição artística dialoga diretamente com as transformações ocorridas na dramaturgia do Brasil. Ela absorveu o clima de modernização do teatro brasileiro, iniciado pelo Teatro Brasileiro de Comédia nos anos 1940, e do Teatro de Arena em meados da década de 1950. Ambas as contribuições despontariam em uma teatrologia preocupada, por exemplo, em mostrar a “cara” do país. Próximo à década de 1970, “a partir da decretação do AI-5, em 1968, com a retração desse teatro político e, na sequência, com a entrada em cena da nova dramaturgia, o que se percebe é o eclodir de uma produção caracterizada por apresentar em comum o traço da sinceridade, da autenticidade [...]” (ANDRADE, 2011, p. 9).

O cenário político e social brasileiro que era de embate contra o poder governamental ditatorial vigente, faz com que, a partir do teatro, os dramaturgos busquem alternativas para uma conscientização ou crítica da realidade dos indivíduos envolvidos neste enredo. Por isto, o uso da linguagem popular e das palavras buscava a reaproximação do teatro brasileiro com o povo brasileiro. As práticas culturais assumem um dever para com a sociedade, e travam uma luta com unhas e dentes. Lourdes Ramalho traz esse enfrentamento para si quando escreve acerca da seca em *As velhas* no universo das Indústrias da Seca.

Ademais, a dramaturgia de autoria feminina das décadas de 1960 – 1980 se revela como uma dramaturgia de cunho político, embora diferenciado daquele “teatro político” proposto pelo Arena e Opinião, por exemplo. Lourdes Ramalho trilha, igualmente, de acordo com o Teatro Popular do Nordeste, surgido em torno de 1959. No qual os dramaturgos propunham um teatro redemocratizado e que tivesse como destinatário o povo, com o qual dialogariam através da escolha de temas que “deveriam ser buscados nos assuntos do povo, nas histórias da literatura popular em versos, poesia épica, trágica, cômica, passional, que o povo gosta de ouvir cantada pelos cegos nas feiras e por outros cantadores” (AYALA, 2002, p. 35).

Em Campina Grande, Lourdes Ramalho também escreve nessa perspectiva, pensando a identidade ibérica da região a partir dos costumes e valores sertanejos. E a partir do sertão que a autora inscreve a identidade da sua região, da sua cultura, nesse momento em que a identidade do Brasil está sendo (re)inventada a partir da ideia de popular. E ao mesmo tempo em que cria esse discurso sobre a cultura da região, simultaneamente institui o seu teatro como o lugar de resgate da mesma. (SILVA, 2009, p. 23).

Deste modo, Lourdes Ramalho em sua produção mantém uma atitude de reflexão sobre determinadas experiências de vida, e ao se inscrever em um estilo “regional” e “popular” provoca reações, discussões e contradições. Seu propósito artístico, segundo Souza (2011, p. 99), é o de provocar o espanto de um público que além de se identificar com as ambiguidades de suas personagens, aprende a espantar-se e pensar a própria realidade. A este respeito, a seca, como dito anteriormente, mostra-se protagonista em suas obras.

No tocante à fabricação da escrita relacionada à memória, outro aspecto que devemos problematizar é o caráter seletivo da memória. Visto que, quando nos referimos ao passado há “um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História” (PERROT, 2005, p.9). Lourdes Ramalho, em *As Velhas*, escreve um sumário no qual aponta que é uma “Peça regional nordestina”; ao colocar a sua obra no universo da cultura e do teatro nordestino, ela faz escolhas, ela seleciona aspectos e características que sua peça possuiria.

No período de escrita de Lourdes Ramalho,urgia um teatro, como supracitado, que “fosse voltado para o povo, que pudesse lhe despertar o interesse, que falasse em sua língua dos assuntos que lhe diziam respeito: seus problemas, seus desejos; um teatro, enfim, que fosse à praça pública, às escolas, as feiras, aos ambientes tidos como populares” (TEIXEIRA, SOARES e ALBERNAZ, 2007, p. 76); em consonância com a ideia de levar o teatro ao povo ao invés de trazer o povo para o teatro como reproduzido em diversos meios artísticos e de comunicação.

Logo, ao buscar nesse povo e nas suas memórias o enredo para a produção da sua escrita em *As Velhas*, Lourdes Ramalho dialoga com anseios e desejos de movimentos culturais do presente. Escreve tendo como objetivo um teatro comprometido, que comunga com as causas e aspirações dos desafortunados e esquecidos. Isso corrobora o pensamento de que a memória é a comunhão de diversas temporalidades, haja vista ela fabrica o seu texto sobre um passado através da ótica do presente. *As Velhas* e as suas personagens estão circunscritas em um emaranhado de acontecimentos, ideologias, movimentos e confrontos que unem diferentes épocas.

Inclusive o surgimento do Festival de Inverno de Campina Grande (1975), palco da consolidação de Lourdes Ramalho como dramaturga, é fruto desta época, deste “sentido popular” que o espetáculo deveria incorporar. Para além da escrita, alça-se uma nova forma de se exprimir teatralmente, com novas

técnicas de montagem e novas abordagens. Dramaturgos buscaram uma espécie de renovação pela tradição. Dentro dessa perspectiva, analisar a fabricação de escrita de Lourdes Ramalho, é:

acompanhar como, a cada momento, foram se estruturando e impondo determinadas formas de conceber e reconhecer a legitimidade dos fatos artístico-culturais. Pensando a conectada às relações sociais e arranjos de poder correlatos a fôrmas as complexas e multifacetadas experiências de criação cultural, tal como foram vivenciadas e experimentadas pelas pessoas em suas específicas circunstâncias históricas. (TEIXEIRA, SOARES e ALBERNAZ, 2007, p. 71).

Por fim, Lourdes Ramalho se coloca e é colocada neste lugar memória, mas ela, tal como a própria memória, dialoga com os três tempos: presente, passado e futuro. Eles se misturam nas tentativas de construir suas narrativas. Isso nos mostra que não há um tempo linear, mas um diálogo entre os diversos tempos. A memória fortalece a relação entre as experiências e vivências que fabricam o texto. Acredito, como diz Antônio Paulo Rezende, que a memória dá significado ao que nos cerca, enraíza sentimentos.

II ato: a seca

Ao adentrarmos no universo de Lourdes Ramalho empreendemos uma análise dos lugares de escrita. A dramaturga ao escrever *As Velhas*, como supramencionado, não se desassocia do meio que cresceu, das leituras que realizou ou dos movimentos culturais que participou. Portanto, produz a partir de um espaço de vivência: o sertão nordestino; de um círculo social: oriunda de uma família de poetas cantadores e desenvolvedores da literatura de cordel –aspecto exposto na sua assimilação da poesia popular em sua escrita; e dos acontecimentos e movimentos de sua época. Neste artigo buscamos, então:

(...) entender e explicar como os homens de uma outra época davam sentido ao mundo, como se relacionavam com os seus semelhantes e como pensavam a si próprios; descobrir as razões e os sentimentos que mobilizaram um outro tempo e que foram responsáveis por suas práticas sociais; compor tramas, surpreender enredos, supor desfechos de situações outras, distantes no tempo, e, por vezes, aparentemente incompreensíveis... Não serão essas, a rigor, as metas de todo aquele que busca tornar-se um historiador? (PESAVENTO, 2008, p. 11).

A partir do momento que o teatro se serve de todo esse contexto social e cultural, consoma-se enquanto instituição construtora de representações que são dadas a serem lidas e analisadas. A dimensão política do teatro não é ignorada, como escreveu Boal (1991, p. 13), “[...] todo teatro é necessariamente político, porque políticas são todas as atividades do homem, e o teatro é uma delas”. Logo, no palco há histórias e enredos que demarcam o espetáculo. Portanto, ao lidar com o teatro precisamos ter em mente que “não existe forma ideal de fazer teatro, o ponto de partida e o ponto de chegada é a realidade social na qual o espetáculo nasce, vive, existe e morre. Somente um estudo profundo e crítico do real pode fornecer os caminhos de ação”(PEIXOTO, 1986, p.62).

Nutridos da problematização no ato anterior acerca do tempo, memória e escrita, no estudo da fabricação da escrita de Lourdes Ramalho, e de *As Velhas*, é imprescindível investigar a seca, pois ela é protagonista. Como mencionado, a dramaturga dialoga com suas memórias de infância e com todo o período de experiência com diversos movimentos teatrais, sobretudo o Teatro Nordestino. A análise do

texto teatral pode ser uma fonte inesgotável quando não o observamos como uma categoria fechada, e sim uma relação, o centro de inúmeras relações. Neste aspecto, Lourdes Ramalho ao assumir um tom de cunho denunciativo em *As Velhas*, de denúncias sobre a seca, faz da sua peça uma ação política.

No sumário, antecessor do início das falas das personagens, Lourdes Ramalho pontua que seu texto é uma peça regional nordestina e que tem como foco “as fontes de trabalho de emergência, formada pelo governo, por ocasião das secas. Denúncia de roubos efetuados pelos políticos, quando vendem, nos barracões, as magras rações de mantimentos destinadas gratuitamente aos flagelados” (RAMALHO, 1981, p. 51). Este artigo não tem como finalidade discutir acerca da questão política que envolve todo o contexto da seca na Paraíba, mas pontuar como a experiência no cenário da seca, em diálogo com os movimentos teatrais regionais, contribuíram no processo de fabricação da escrita da peça *As Velhas* de Lourdes Ramalho em 1975.

Inicialmente, faz-se oportuno demonstrar que o debate regional está entrelaçado a ideia de Nordeste, “uma criação cultural que recorta não apenas diferenciações espaciais, mas especialmente marca um território de poder e de saber.” (NEVES, 1996, p. 19). O próprio Nordeste e nordestinos, o sertão, são invenções destas relações de poder e saber. “A região se liga diretamente às relações de poder e sua espacialização, ela remete a uma visão estratégica do espaço, ao seu *enquadrinhamento*, ao seu recorte e à sua análise, que produz saber.” (ALBUQUERQUE JR., 1994, p. 7). Portanto, para analisar como Lourdes Ramalho insere o contexto da seca nas suas obras, para além de uma memória de infância no interior da Paraíba, é importante destacar a discussão que envolve sertão e Nordeste.

As obras literárias, bem como as teatrais, tiveram uma forte participação na invenção do Nordeste, haja vista suas conexões a tudo aquilo que as circundam, que lhes dão não só o corpo, mas também constituem uma parte da sua alma. Lourdes Ramalho, para além das experiências de repressão militar brasileira, do movimento cultural e teatral que vivenciava o Brasil, a Paraíba e a cidade de Campina Grande (sobretudo com o advento do Festival de Inverno), incorpora em *As Velhas*, o debate acerca do popular e regional, ressaltando o fluxo de cunho regionalista, influenciado pela literatura do Romance de 30, que em meados do século XX foi incorporado na literatura dramática do Nordeste, abordando as diferentes condições sociais, políticas e culturais dessa região. (DANTAS FILHO, 2017, p. 16).

Nestas narrativas o Nordeste é comumente associado ao sertão, em *As Velhas* não é diferente. “O sertão, antigamente / era paisagem bonita / veio a seca e queimou tudo / hoje a quentura maldita / mata a semente de vida / de quem se atreve a ficar / A gente, disiludida / parte da terra querida / sempre pensando em voltar...” (RAMALHO, 1981, p. 80). Este mesmo sertão pegajoso, que está na alma, na fala, no corpo, na escrita. “O sertão é uma escrita, o sertão é uma escritura, o sertão está nas Escrituras. O sertão segue colado ao pé da alma daquele que o abandona e foge para a cidade” (ALBUQUERQUE JR., 2019, p. 134). Essas narrativas sobre o Nordeste o inventam e demarcam uma seleção de memória e escrita.

O medo de não ter espaços numa nova ordem, de perder a memória individual e coletiva, de verem seu mundo se esvaír, é que leva a ênfase na tradição, na construção deste Nordeste. Ele é fruto de uma sensibilidade reativa à história, entendida como processo destrutivo das experiências cristalizadas. Essa tradição procura ser uma baliza que oriente a atuação desses homens numa sociedade em transformação e impeça o máximo possível a descontinuidade histórica. (ALBUQUERQUE JR., 1994, p. 122).

Não estamos defendendo uma verdade sobre Nordeste, ou uma “verdadeira” representação do Nordeste. Buscamos compreender como aconteceu e acontece a produção, a invenção do Nordeste, como ela funciona, dentro ou fora das fronteiras; em diferentes temporalidades, nas memórias, nas diferentes formas de dizer, dizer-se e escrever. Almejamos entender como Lourdes Ramalho, submetida a todas as suas memórias e experiências de dramaturga, fabricou o seu texto, *As Velhas*, inserido neste universo da seca, do sertão, do Nordeste; logo, como ela, enquanto dramaturga, inventa o seu próprio Nordeste.

No que concerne à seca, desde que “foi descoberta em 1977, como um tema que mobilizava, que emocionava, que podia servir de argumento para se exigir recursos financeiros, construção de obras, cargos no Estado, etc. O discurso da seca e sua “indústria” passam a ser a “atividade” mais constante e lucrativa [...]” (ALBUQUERQUE JR., 1994, p. 101). Desta forma, o tema da seca foi um dos mais importantes na origem da própria ideia de Nordeste, tanto que outras zonas climáticas e outros espaços não possuem tanto foco nas narrativas que fabricam a imagem do Nordeste.

“Da quentura a labareda/ vem do chão – desce do ar / cadê o atalho ou vereda / que nos leve a um bom lugar / Bate o pé comendo estrada / na esperança de chegar...” (RAMALHO, 1981, p. 52), cantam as personagens. A seca é internalizada por Mariana que se compara ao cacto, a Branca que diz não ter esperanças, a Chicó que “pode chover canivete” pois ele é forte demais devido à seca, Vina é amargurada. As personagens possuem sensibilidades articuladas com as vivências em meio à seca. Portanto, Lourdes Ramalho, em *As Velhas*, pontua esse sertão do Piancó, quente, seco, assolador, como eixo central da sua narrativa.

Portanto, Lourdes Ramalho dá sentido e constrói o mundo que é dela na fabricação de sua escrita. Não há uma dissociação da realidade e da representação, ambas ganham vidas no palco, haja vista serem frutos de uma visão de mundo, dos acontecimentos históricos, do presente de quem escreve. (CHARTIER, 1989). As personagens são oriundas do seu íntimo, são os seus anseios e realidade, são os poderes e circunstâncias, ali representados. Como o texto não existe em si, separado de toda materialidade, a sua escrita carrega consigo todas as dores, complexidades e ambiguidades da autora, do contexto social e político que vivia, das suas escolhas e percepções, de um universo que ultrapassa o texto.

Epílogo

Pensar em memória e em história induz-nos a referirmo-nos ao sujeito que evoca e ao sujeito que escreve, agente desse ato de presentificar uma ausência. “Falemos, pois, de indivíduos, de subjetividades, de trajetórias pessoais, de histórias de vida. Esse é, para todos os efeitos, um viés muito importante, resgatado pelos estudos da cultura”. (PESAVENTO, 2008. p. 15).

Lourdes viveu o Nordeste, viveu os traços de ruralidade e festas populares que circundaram suas experiências; além de sua tendência intelectual e artística, havia um desejo de memória da infância e juventude; das sensibilidades que carregava consigo e ganhou vozes através de suas personagens; dos seus contrastes com as novas formas de ver o mundo. Sua contribuição para o teatro de Campina paraibano é imensa.

Dentre inúmeros dramaturgos, Lourdes Ramalho chamou-me a atenção por possuir uma linha tênue entre ela e sua escrita, entre ela e suas protagonistas; por concentrar suas experiências no escrever, sendo árida, crua, cética, contraditória e crítica; por mover-se entre diferentes cenários. Uma mulher

heterogênea que transportou a diferença e diversidade para suas personagens, nos concedendo enredos, de fato, ímpares e com fortes aspectos sociais e culturais.

Destarte, discutir o lugar do teatro de Lourdes Ramalho é aliviar em grande medida o silêncio que ainda paira sobre a cultura e a dramaturgia campinense na década de 1970. Pensando, em consonância com Albuquerque Jr. (1993, p. 89), que “o tecido cultural é um território que está permanentemente sendo redesenhado, se inovando, sofrendo terremotos, fissuras, por onde afloram novos elementos, que lhe dá mais forma”, pensar o teatro de Lourdes Ramalho, é pensar todas essas fissuras, redesenhos, experiências e ambiguidades.

Este artigo repousa, então, sobre uma primeira ideia: que toda a escrita parte de princípios diversos, contraditórios, que almejam a construção de um mundo social. Os escritores escrevem sobre outros e, no fim, escrevem mais sobre si mesmo; suas redes complexas, multifacetadas, que nos mostram como o mundo é plural, diverso, e como a escrita é rica.

FONTE

RAMALHO, Maria de Lourdes Nunes. Teatro Nordestino: cinco textos para montar ou simplesmente ler. Campina Grande: RG, 1981.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, D. M. Um emaranhado pegajoso de emblemas e culpas: o sertão na literatura e no pensamento de Raimundo Carrero. ARTCULTURA (UFU), v. 21, p. 133-148, 2019.

_____. As imagens retirantes: A constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e do início do século XX. Varia História, Belo Horizonte, vol. 33, n. 61m, jan/abr 2017.

_____. A história em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, jan./dez. 2004.

_____. O Engenho anti-moderno: a invenção do nordeste e outras artes. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas: UNICAMP, 1994.

_____. Vidas Por um Fio, Vidas Entrelaçadas - Rasgando o Pano da Cultura e Descobrimo o Rendilhado das Trajetórias Culturais In: História e Perspectivas, Uberlândia, 87-95. jan./jun. 1993.

ANDRADE, Valéria. MACIEL, Diógenes. A. V. Veredas da Dramaturgia de Lourdes Ramalho. In. RAMALHO, Lourdes. Teatro [quase completo] de Lourdes Ramalho. V. 1: Teatro em Cordel. Maceió: EDUFAL, 2011.

ANDRADE, Valeria et al. O Teatro Feminino-Feminista-Libertário de Lourdes Ramalho. In. RAMALHO, Maria de Lourdes Nunes. Teatro [quase completo] de Lourdes Ramalho. Organização, fixação dos textos, estudo introdutório e notas de Valéria Andrade e Diógenes Maciel. Volume I: Mulheres. Maceió: EDUFAL, 2011.

AYALA, Maria Ignez Novais. Trilhas e percursos da cultura popular na dramaturgia de Ariano Suassuna. In: MACIEL, Diógenes André Vieira; ANDRADE, Valéria (orgs.) Por uma militância teatral: estudos da dramaturgia brasileira do século XX. Campina Grande: Bagagem/João Pessoa: Ideia, 2005. p 35-53.

BRANDÃO, Tania. Artes cênicas: por uma metodologia da pesquisa histórica. In: CARREIRA, A. [et. al.]. Metodologia de pesquisa em artes cênicas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 105-119.

BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

CHARTIER, R. O mundo como representação. Annales. Paris, nº 6, p. 1505 – 1520, nov/dez, 1989.

DANTAS FILHO, João. As velhas de Lourdes Ramalho: dramaturgia e encenação. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena

Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ciência, História e Memória: questões metodológicas. In. ERTZOGUE, M. H. & PARENTE, T. G (org.). História e Sensibilidade. Brasília: Paralelo 15, 2006.

NEVES, Frederico de Castro. Imagens do Nordeste. In: NEVES, Frederico de Castro. Nordeste: identidade, imagens e literatura. Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Antônio Siqueira. Francisco José Alves. Fortaleza: UFC/NUDOC, 1996.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In. Projeto História. Tradução Yara AunKhoury. São Paulo, PUC, nº 10, dez. 1993,

PEIXOTO, Fernando. O que é teatro? São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1986.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios. Trad Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

PESAVENTO, S. J.; SANTOS, Nádia Maria. W.; ROSSINI, Miriam de S. (orgs.) Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008.

PESAVENTO, Sandra. J. História cultural: caminhos de um desafio contemporâneo In. PESAVENTO, S. J.; SANTOS, Nádia. Maria. W.; ROSSINI, Miriam de S. (orgs.) Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008.

REZENDE, Antônio Paulo. As seduções do efêmero e a construção da história: as múltiplas estações da solidão e os círculos do tempo. In. ERTZOGUE, M. H. & PARENTE, T. G (org.). História e Sensibilidade. Brasília: Paralelo 15, 2006.

SILVA, Vanuza S. O teatro de Lourdes Ramalho e a invenção da autoria nordestina. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande 2005.

SOUZA, Karlla Christine Araújo. O popular massivo: da mediação simbólica a trajetória do herói. João Pessoa, 2011. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba.

TEIXEIRA, F. W.; SOARES, P. M. F. ; ALBERNAZ, L. S. F. . Classificações culturais e identidade: itinerários de debates intelectuais e artísticos em Recife (1950-70). Saeculum (UFPB), v. 16, p. 69-82, 2007.

EU TE REZO E TE CURO: A VIVÊNCIA DAS REZADEIRAS JUNCOENSES E A RITUALIZAÇÃO DE SUA PRÁTICA “MARGINAL”

Franciel dos Santos Rodrigues¹

Imaginário é aquilo que pertence ao domínio da imaginação. É a reunião de elementos pertencentes ou característicos do folclore e da vida, seja de um grupo de pessoas, um povo ou uma nação. Imaginário, portanto, pode ser entendido por “imagens” que povoam as ideias ou a mente de pessoas ou grupos. (Pereira, José, 2011. p.19).

Nos inspirando nessa breve colocação, iremos olhar para o imaginário popular e a construção de sua imagem no cenário religioso, mas não apenas a contextualização e reflexão histórica no que cerca as tradições religiosas hegemônicas. Pretendemos nesse breve texto, observar as miudezas e ao mesmo tempo a profundidade e complexidade de práticas populares marginais, em especial, os rituais de cura das rezadeiras da cidade de Junco do Seridó, do sertão paraibano, buscando entender a construção da ritualização dessa tradição no imaginário cultural da cidade.

A presente discussão é fruto de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida desde a graduação, perpassando para uma futura dissertação de mestrado. Nesse sentido, o objeto de estudo aqui apresentado é consequência de uma curiosidade no âmbito histórico, fazendo-o se voltar para um estudo da História Cultural a partir da prática popular de reza, tentando compreender as relações sociais e culturais desse ofício no âmbito urbano e rural, analisando seus rituais, símbolos e observando suas experiências no decorrer da atuação desses oficiais de reza.

Doravante a isso, convido o caro leitor para se debruçar um pouco sobre essa história e despertar um olhar curioso sobre um universo cercado de simbolismo e misticismo. As casas, os oratórios nas salas, os ramos, as imagens sacralizadas do catolicismo e as senhoras com semblante cansado e ao mesmo tempo com um olhar caridoso são nesse momento atores sociais de uma das práticas mais antigas do universo erudito no Brasil que é a figura da rezadeira e seu ritual de cura.

Nossa discussão perpassa dentro do sertão paraibano, geograficamente situado no Vale do Sabugi, numa localidade às margens da BR 230, que liga todo o estado, uma cidade emacipadamente nova, fundada em 1961, com pouco mais de 10 mil habitantes, marcada por sua mineração e cultivo da Castanha e Caju e com uma tradição religiosa enraizada no catolicismo, não apenas o catolicismo oficial, tradicionalmente organizado e ritualizado mediante ao espaço sagrado posto nos aspectos romano da Igreja, mas também na tradição profana, erudita ou marginal² como coloca Pereira (2011) em que define práticas de devoções que não são ritualizadas oficialmente pelo clero católico e sim pelo povo, práticas essas que são cultuadas em diversos espaços, rurais e urbanos através de rituais não oficiais, e que ao mesmo tempo circula³ entre o espaço oficial.

1 Graduação em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Pós Graduação em História e Cultura Afro-brasileira pela Faculdade Dom Alberto (FAVENI) e Mestrando em História pelo Programa de pós graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG), ligado a linha de pesquisa II: Cultura, poder e identidades. E-mail: franciel.histo@gmail.com

2 Termo de Devoção marginal colocado por Pereira (2011) para definir práticas populares.

3 Conceito de circularidade Cultural introduzido por Ginzburg em sua obra *Andarilhos do Bem* (2010) a partir de sua leitura de Bakhtin, no qual analisa as tradições culturais do espaço popular como práticas capazes de circular os espaços de tradições mais hegemônicas.

Festas de Santos, simpatias, promessas e práticas de rezas são algumas das diversas tradições da religiosidade popular brasileira, que estão intrinsecamente ligadas ao catolicismo, mas que possuem rituais próprios. Segundo Teixeira (1997), o catolicismo popular é uma prática não oficial que se faz presente no universo religioso e que nem sempre é reconhecido no espaço mais hegemônico do catolicismo, ou seja, é uma prática desenvolvida por pessoas comuns que vivem no espaço rural e urbano, mas que propagam práticas, ritos se fundamentando em suas crenças.

Não distante, as rezadeiras também fazem parte desse espaço, doravante que segundo Quintana (1996) são figuras de mulheres ou homens religiosos que mediante a um ritual de iniciação ou por algum dom divino, possuem a habilidade de gerar a cura sobre uma enfermidade do corpo ou do espírito através de um ritual de reza, ritual esse que se debruça dentro do catolicismo e dialoga ao mesmo tempo com outras tradições religiosas de forma híbrida, como as religiões Afro e indígenas.

Pensando esse aspecto, as rezadeiras de Junco do Seridó, Nazaré, Lourdes e Ivete através de seus depoimentos que desabrocham através da sua memória, darão vozes para entendermos a dimensão desse ritual, uma tradição católica, popular e especialmente sertaneja, que rodeia o imaginário religioso dessa localidade, atuando até nessa contemporaneidade, mas que ao mesmo tempo possui heranças históricas e a habilidade de perpassar uma prática de forma intergeracional. As rezadeiras aqui apresentadas, nos expressam como esse ritual possui características e singularidades enquanto cultura popular, pensando a cultura enquanto um aspecto diverso com várias possibilidades. Dito isso, olharemos para as experiências de vida dessas senhoras, para entender seus saberes e viveres na cidade.

Relatos entre rezadeiras nas teias de suas memórias

Cotidianamente, em diversas localidades há a presença de algum rezador, benzedor, curador ou rezadeira, figuras como foi colocado anteriormente que agem enquanto detentores de saberes populares no que remete a prática de cura para aqueles que os procuram. Porém, poucos se interessam em compreender a dimensão do que é ser rezador e de como se organiza um ofício que se propaga desde os tempos medievais entre os espaços sociais públicos e privados.

É refletindo sobre esses questionamentos que nos debruçamos sobre as leituras de Cascudo (2000), no qual coloca:

Indivíduo com poder de proteger as pessoas contra as doenças e outros males pela reza. Usa água benta, galinhos de certas plantas, acende velas enquanto vai rezando, às vezes com expressões ou versos incompreensíveis. Muitas vezes, o rezador é benzedor e curandeiro, recomendando o uso de bebida, emplastos, purgantes e chás. (CASCUDO, 2000, p. 588).

Doravante a essa questão, é importante observar que alguns pesquisadores definem que existem diferenças entre o rezador e o benzedor, todavia, partindo de Cascudo (2000), bem como Quintana (1996), utilizaremos ambos os termos para pensar esse ritual a partir das senhoras rezadeiras que nos falarão nesse texto. Para além disso, é importante observar que a rezadeira é vista enquanto um oficial da prática de cura, ou seja, seus rituais possuem como função proteger e curar as pessoas que as procuram, elas agem enquanto intermediária entre a representação sagrada e a enfermidade do paciente.

Segundo Souza (1986), historicamente desde antes do século XVI existe a presença dessas pessoas que se consideram cristãs católicas e que realizam rituais de cura a partir de uma fundamentação entre os símbolos sagrados do catolicismo e sua utilização no espaço profano para proceder a prática de cura, pessoas essas, postas como feiticeiras, curandeiras, benzedores e rezadores, presentes especialmente em locais de difícil acesso de líderes religiosos como no sertão brasileiro, a partir da ausência de párocos

e médicos, possibilitando assim, a ritualização entre pessoas comuns de práticas e devoções, rituais de colheita e o próprio ritual de cura afim de agregar socialmente e atender essas localidades.

Para além dessa experiência no tempo, conseguimos observar que ainda nessa contemporaneidade é visível a presença de rezadores e rezadeiras em diversas localidades, principalmente no espaço sertanejo, local no qual essa prática se fortificou no imaginário religioso desse espaço tornando-se uma tradição cultural que perpassa o tempo e se ressignifica, como também a necessidade dos homens em possuírem uma representação sagrada no qual pudessem resolver suas aflições em momentos de necessidade.

Em casos de aflição extrema, quando tudo foi tentado em vão, e, sobretudo em casos de desastres provenientes do Céu – seca, tempestade, epidemia –, os homens voltam-se para o ser supremo e imploram-lhe. Esta atitude não é exclusiva das populações primitivas. Todas as vezes que os antigos hebreus viviam uma época de paz e prosperidade econômica relativas, afastavam-se de Jeová e tornavam a aproximar-se dos Baals e das Astartes dos seus vizinhos. Só as catástrofes históricas forçavam-nos a voltarem se para Jeová. (ELIADE, p 63, 1992).

Eliade (1992) nos convida a observar nossa própria construção social e perceber como historicamente o homem sente a necessidade de uma representação sagrada, não apenas em populações nativas ou povos antigos, mas na modernidade os espaços sagrados são fortemente locais de refúgio para o acolhimento dos indivíduos em diversos espaços religiosos, oficiais ou marginais, estamos constantemente nos voltando para construções de rituais e se organizando através deles socialmente como defende Thompson (2010). A rezadeira é uma das diversas representações desse universo popular, é nas suas casas humildes, nos ramos e no acolhimento dos benzedores que aqueles que creem se voltam, são para elas que as mães levam seus filhos, que homens e mulheres se voltam em busca de curar um mal que segundo eles nem a ciência cura.

Enveredando essa discussão, tomamos enquanto fonte oral, os relatos das rezadeiras, Nazaré, Lourdes e Ivete, ambas rezadeiras do Junco do Seridó, no qual através de sua narrativa poderemos compreender ainda mais sobre espaço de cura, afinal, é através de suas experiências de vida e de suas memórias afloradas através da oralidade, que iremos nos saborear sobre esse misticismo. De um lado uma senhora de 66 anos no qual atua desde seus 10 anos de idade ao despertar seu dom, do outro uma senhora de 77 anos que aprendeu com seu pai através de seus ensinamentos e por fim, uma senhora em que utiliza da escrita para iniciar-se enquanto rezadeira.

Será a partir dessas três senhoras e de seus relatos que observaremos o processo de ritualização da prática cura, partindo desde seu processo de iniciação até sua atuação propriamente dita, para assim pensarmos sobre como que elas iniciaram enquanto rezadeira e como se organiza seu ritual. Dito isso, apresentamos Maria Nazaré dos Santos, de 66 anos, ou melhor, Dona Nazaré, como é popularmente conhecida na cidade, rezadeira e cristã católica ferrenha como ela mesmo coloca, é considerada uma das grandes rezadeiras da comunidade, porém ela ressalva que não se tornou benzedeira, mas nasceu com esse dom. Ao ser questionada sobre como ela percebeu que era uma rezadeira, Nazaré coloca:

Eu sou média de nascença, eu comecei a rezar eu tinha dez anos de idade, hoje estou com sessenta e seis anos. Mas minha reza é diferente, eu rezo de olhado, de sol na cabeça, eu rezo de ventre caído na criança, de força de dente, de aranha. Pois é, minha reza é diferente, todo mundo diz, o povo tem muita fé na minha reza, e quem cura a gente é a reza. (Depoimento concedido por Maria Nazaré dos Santos no dia 24 de maio de 2019).

É na simplicidade de sua narrativa em meio ao depoimento recolhido, que conseguimos descrever o ritual de reza, em especial, Nazaré nos revela que é média de nascença, ou seja, desde seu nascimento que ela possui o dom de propagar o ritual de cura, iniciando sua vida a partir dos dez anos de idade. Quintana (1996) coloca que a iniciação de um rezador ou uma rezadeira dar-se ou a partir do despertar do seu dom ou através de um processo de aprendizagem. O dom aqui é pensado enquanto um poder místico que os benzedores possuem, que é a capacidade de ritualizar e trazer a cura sobre as enfermidades. Porém, chamamos atenção também para outra colocação de Nazaré, em que a mesma ressalva que quem cura não é ela, mas a reza, pensando assim, a rezadeira enquanto mediadora e não como detentora de poder, ela age enquanto canal entre o sagrado e a figura enferma.

Não diferente da benzedora Nazaré, a senhora Lourdes também ressalva seu processo de aprendizagem, todavia, não despertando o dom de imediato, mas observando seu pai que era um velho rezador da cidade.

Eu comecei assim, com uns quinze anos, por que assim, o meu pai rezava e eu ouvia e fui aprendendo, e fui rezando e ele me ensinando, aí eu aprendi muitas e muitas orações, e outras aprendi depois que meu filho morreu. Depois que meu menino morreu, eu sonhei com ele vinte e cinco vezes e todas as vinte e cinco vezes ele me dizia coisas que só posso dizer a Deus. (Depoimento concedido por Maria de Lourdes dos Santos no dia 30 de maio de 2019).

Maria de Lourdes, de 77 anos, conhecida como Lurdes de Zé Soares, não diferente de Nazaré, também expressa como iniciou-se enquanto rezadeira, dessa vez, despertando seu dom ao observar seu pai e partir disso foi aprendendo. O dom nesse momento é pensado segundo Eliade (1992) enquanto uma tradição espiritual em diversos segmentos religiosos, em especial no catolicismo. Lourdes diferentemente de Nazaré, não nasceu com esse dom, mas despertou durante sua vida, aprendendo com seu pai.

“Os gestos e rezas das rezadeiras, teoricamente, nunca são ensinados, mas “revelados pelo divino”. As rezadeiras, “escolhidas por Deus”, alcançam grande nível de credibilidade e confiança em meio às pessoas em que vivem, sendo também alçadas muitas vezes ao cargo de conselheira” (Salles, p. 268,2007). Partindo dessa arguição, podemos nos atentar para ambos os relatos em que as rezadeiras aqui citadas expõem em seus depoimentos que são escolhidas pelo divino, independente da forma em que se iniciam enquanto rezadeira.

Lourdes também nos chama atenção ao colocar que aprendeu orações a partir da morte do seu filho, em que ele através de sonhos ensinava a ela. Os sonhos da senhora Lourdes são bem comuns no imaginário do catolicismo popular, é que o segundo Teixeira (1997) coloca como Sonho Visão, que são avisos, premonições ou até diálogos entre entidades espirituais e figuras religiosas, com pessoas intrinsecamente interligadas com essas representações espirituais, com relação a Lourdes, observamos que no decorrer do sonho visão mesma é reforçado a sua atuação enquanto rezadeira.

Entrelaçando as memórias dessas senhoras e compreendendo que a uma coletividade sobre seus relatos no processo de iniciação, percebemos que por mais que haja distinção entre suas experiências, elas mantêm um mesmo ideal, possuir o dom de rezar, o que se torna mais evidente a partir do depoimento de Ivete, no qual ela nos fala:

Eu já tava com uns quarenta anos quando comecei a rezar, foi o velho de Taperoá José Antônio que tinha essa missão num sabe? Ai a filha dele morava aqui, um dia ele veio aqui e disse: olhe Dona Ivete a senhora vai ficar com essa missão enquanto a senhora puder e viver, vai viver com ela, que foi certo na minha mente de deixar uma criatura no meu lugar. Ai assim eu peguei um caderno e copiei todas

as orações que eu rezo nas pessoas e até hoje. Eu tô com 74 anos e ainda rezo nas pessoas, o povo tem fé viu se não tivesse não me procurava. (Depoimento concedido por Ivete Simplício no dia 10 de julho de 2019).

O ritual de passagem para uma rezadeira é uma experiência única, aqui percebemos que não existe uma idade específica, ou uma iniciação padronizada, mas que existem diversas experiências a partir da vivência pessoal e religiosa de cada uma, que se interliga com a fé que o enfermo possui, porém, sempre se voltando para o eixo primordial, o despertar do dom. Com a senhora Ivete, no qual recebeu a missão dada por um rezador de continuar seus serviços, percebemos mais uma vez a relação mística e espiritual em que elas possuem. Ivete também nos relata que aprendeu suas rezas escrevendo num caderno e praticando, o que reflete que os benzedores não se voltam unicamente para a oralidade, mas utilizam de táticas culturais⁴ para desenvolver suas atividades, não apenas a escrita, mas segundo Sales (2007), a própria musicalidade em meios as rezas como veremos, são formas de facilitar a memorização desse ritual tão complexo.

Hibridismo religioso nos ritos de reza

Como percebemos, a vivência religiosa é uma experiência repleta de misticismo e magia, as narrativas das rezadeiras aqui citadas nos mostram como as primeiras relações entre esse misticismo são postas em seu ritual ainda no início de sua atuação. Outra grande questão no qual é perceptível, são as suas relações híbridas, ou seja, as relações com os rituais de outras tradições culturais, sociais e até religiosas como defende Canclini (1997), encontramos esse aspecto dentro do próprio ritual de reza, que acontecem inconscientemente nas práticas de benzimento⁵. A presença e o diálogo com elementos de outras crenças fazem com que vislumbremos a dimensão de saberes propagados por essas senhoras.

“O pluralismo religioso ainda que tenha conhecido tensões favoreceu novos ciclos de troca com assimilação de novas crenças e ritos, ampliando o processo de sincretização” (ANDRADE, p. 109, 2009). Não apenas no aspecto híbrido, mas devemos olhar também para o pluralismo religioso e o movimento sincrético que as rezadeiras promovem, no qual agregam diversas tradições religiosas em meio ao seu ritual. O que reforça essa concepção é quando indagamos dona Nazaré sobre o que ela se considera, a mesma nos responde:

Sim, eu sou da Igreja sim! Eu sou católica, assisto muito pelo rádio, mas a mulher da igreja vem rezar aqui e eu rezo mais elas, as senhoras vêm e fazem as novenas. A gente reza com fé em Deus, e os Guia de Luz, eu recomendo a Deus a sua vida, temos que se pegar com Deus. Sou devota do Divino Espírito Santo, Iemanjá e São Francisco das Chagas.

Eu sei as rezas mesmo sem saber ler, meus guias ensinou, aí eu não posso ensinar a mulher não, mas a homem eu posso, você diz assim: sonho em Nossa Senhora, um grande pranto nasceu, cravado de oliveira, onde Jesus Cristo encostou, acorda São Gabriel, ponha a mão no premo, vigia essa virgem Maria, se dorme, se vive, se vigia. Oh meu amado filho, eu nem durmo, nem vivo, nem me vigio, só assim eu sonhei. Eu vi um revorosso sonho, vi o lindo cravo rebater, a corda arrochar, a lua gemer, sol suspirar, quem essa oração rezar, e o ano continuar, desse mundo serci

4 Ver CERTAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 3º Ed. Petrópolis: Vozes, 1998 e a utilização do conceito de táticas a partir de sua discussão.

5 Os termos “reza” e “benzimento” serão utilizados recorrentemente para abordar as práticas das rezadeiras/benedeiras.

rei, e outro recruado, que eu vi, quem não aprender, de juízo a de se arrepender, quem souber e não ensinar, dia do juízo se arrependerá. Teu dom é Jesus da vida, é o pai do teu coração, acusai teus pecados e sabeis de onde eles são, com trinta arrependimentos, sentindo dor no coração, pela vossa morte paixão, amém! (Depoimento concedido por Maria Nazaré dos Santos no dia 24 de maio de 2019).

Mais uma vez somos convidados pelo discurso de Nazaré a analisar um verdadeiro reflexo de hibridismo religioso e pluralismo que está presente nas tradições populares, em especial, no ritual de reza, uma verdadeira representação de devoção marginal em sua fala, no primeiro momento por ser católica e frequentar os cultos cristões, refletindo que as oficiais de reza conseguem circular espaços hegemônicos de outras culturas, e posteriormente por abraçar outras tradições dentro de seu ritual, refletindo também a circularidade presente nos seus traços culturais, e que ao mesmo tempo possibilita a mesma ganhar reconhecimento de sua prática, haja vista, que segundo Quintana (1996), aqueles que procuram as rezadeiras, são na sua maioria cristãos católicos. Nesse sentido, sua aproximação com o catolicismo favorece sua prática, em que aqueles que as procuram reconhecem enquanto uma tradição genuinamente católica.

“É evidente a circularidade de elementos oficiais do catolicismo nas vivências religiosas das comunidades rurais e esse movimento estende-se para as práticas de reza; sendo possível, destacar nesse conjunto, elementos como o uso das orações oficiais e a devoção aos santos” (Theotônio, 2010. p,203). Percebe-se a partir dessa citação e do relato acima a presença dessa circularidade, seja por Nazaré se considerar católica, como por ser devoto de Santos como o Divino Espírito Santo e São Francisco das Chagas. Porém, ao mesmo tempo em que ela é devota desses santos, a mesma ressalva que reza com os Guias de Luz, que segundo Quintana (1996) são representações pertencentes ao espiritismo e as religiões Afro, bem como sua devoção por Iemanjá, que também está dentro das representações das religiões afro-brasileiras. Percebe-se que a unificação entre tradições de diversos segmentos religiosos na prática de reza reflete um passado histórico no Brasil, especialmente ao nos voltarmos para o período colonial e o diálogo que se desenvolvia entre colonos, índios, negros e cristão novos, ambos com tradições distintas, mas com o impulsionamento de uma catequização cristã, ao mesmo tempo, práticas antigas dialogaram com as novas nos espaços mais subalternos, como exemplo, Mott (1997) cita os negros que adaptaram seus ritos religiosos africanos com os católicos, em que suas divindades muitas vezes se misturam com sagrado cristão.

Não apenas o aspecto místico, mas algumas restrições são evidenciadas em sua prática, como a impossibilidade de ensinar a outra mulher, haja vista, que segundo ela, a partir do momento em que ensina a outra mulher, ela perde suas forças. Tal observação é destacada também na fala de Ivete e Lourdes, no qual se restringe a transmissão do ritual apenas para o sexo oposto. Nazaré continua, e nos mostra um ritual de iniciação através de uma oração para aquele que se tornara um futuro rezador, uma espécie de ritual de proteção, e nele percebemos a musicalidade em seu ritual, as palavras são cuidadosamente escolhidas, reforçando as rimas e ao mesmo tempo expressando a espiritualidade e crença nessa representação religiosa, expressando em meio a sua narrativa sobre a necessidade de ser caridosa, de perpassar seus ensinamentos e ao mesmo tempo estar sempre disponível.

A ritualização da prática de cura para Sales (2007) se torna um verdadeiro espetáculo, as rezas, o simbolismo, o espaço e a musicalidade formam um conjunto específico que visa trazer a cura de diversas enfermidades e cada uma delas com um rito específico, as enfermidades são diversas o que torna as rezas diversas, existem a de mau olhado, de quebrante, força de dente, ventre caído entre as mais outras enfermidades que estão em consonância com nosso cotidiano. Ivete em seu depoimento nos apresenta algumas, onde a mesma proclama:

eu rezo de olhado, de *triadura*, num sabe. *Triadura* é quando a gente quebra um braço ou uma perna e fica triado, ou qualquer coisa que machuque aí a gente reza. A de *triadura* a gente diz assim: o que é que eu *cuço*? Nervo torto, carne criada e osso desconjuntado, tudo isso eu *cuço* com os poder de Deus pai e a virgem Maria, aí reza um pai nosso e uma ave Maria três vezes num sabe, vai *cuçando* com a agulha o pano como se tivesse *cuçando* onde tá quebrada, por três dias fazendo isso a pessoa fica bonzinho de qualquer *triadura*. (Depoimento concedido por Ivete Simplício no dia 10 de julho de 2019).

Não apenas com relação as enfermidades, mas existem também as que organizam e harmonizam a natureza em momentos de pequenos eventos.

De apagar fogo a gente diz assim: *valhe-me* Jesus, a flor em que nasceu a hóstia consagrada, a cruz em que morreu, Jesus andou a nado, a nado andou Jesus, socorrei-me pelo aborto, *valhei-me* senhor Jesus, faz correr toda água desse mar para esse fogo apagar, assim como correu leite do peito de vossa mãe Maria Santíssima, ara a boca do senhor, amém! (Depoimento concedido por Maria de Lourdes dos Santos no dia 30 de maio de 2019).

Seja com o cuidado sobre a doenças ou na reorganização de pequenas causas naturais, o ritual de reza possui um único objetivo, fazer o bem. É nesse olhar bondoso que as benzedeadas cumprem seu papel e com sua entrega para devolver seus rituais possibilita a sociedade abraçar essas senhoras. Observe, Quintana (1996) coloca que a doença é uma mazela social, que desorganiza um determinado espaço e impede aquele indivíduo enfermo a desenvolver suas atividades diárias, que por sua vez pode trazer desordem para seu meio. Doravante a isso, as benzedeadas e seus rituais agem enquanto ordenador social, elas cumprem um papel de extrema importância em sua comunidade, pensada como uma verdadeira missão cristã como nos fala a rezadeira Ivete, possibilitando enxergar não apenas o lado místico, mas o social que está em sua volta.

Pensar o hibridismo religioso e seu pluralismo na prática de benzimento é compreender que a rezadeira, além de mediadora entre o sagrado e o enfermo, ela também media ritos que se organizam a partir de concepções religiosas fortes em meio as devoções marginais. No primeiro momento, observamos para o relato de Ivete, em que expressa um ritual de reza para o tratamento da *triadura*, ou melhor, o tratamento de uma fatura, em seu ritual, conseguimos nos atentar para além da reza, e perceber os símbolos que ela utiliza, a linha e agulha. A partir do momento em que ela proclama sua reza, ela vai encenando que está costurando o local faturado como se estivesse costurando o próprio ferimento por três vezes.

O número três aqui não foi colocado de forma inocente, mas o número três segundo Eliade (1992) está presente em diversas tradições religiosas, no cristianismo por exemplo, se faz presente na santíssima Trindade. Theotonio (2010) ressalva que o ritual de cura age exclusivamente se o enfermo possuir fé no ato de benzer e não na rezadeira, afinal, quem cura o enfermo é a reza. No mesmo sentido, ao tratar de questões da natureza é necessário que haja fé na reza e no sagrado, como é o caso de Lourdes, em que a partir de seu depoimento coloca que a reza possui o poder de tratar de causas naturais, como mordida de cobra, pedir através da reza o apaziguar de ventanias fortes, ou até controlar o fogo, ritos esses, que ao observarmos com cuidado percebemos que se interligam com práticas xamânicas que se voltam para as devoções da natureza.

Lourdes descreve cuidadosamente o ritual sobre o ato de apagar o fogo, além da oração a mesma ressalva que enquanto proclama a reza ela rodeia o fogo descalça, geralmente é uma prática que

segundo ela era recorrente nos períodos de secas na zona rural, onde as plantações queimavam. Todavia, ela nos revela a beleza da reza, em que é narrado atentamente passagens bíblicas do livro de Mateus⁶, citando o momento que Jesus Cristo andou sobre as águas e invoca aquele momento para apagar o fogo, bem como o leite materno de sua mãe que o amamentava enquanto criança, ambos elementos sagrados do cristianismo se tornando através do ritual de reza de Lourdes, uma ferramenta de harmonia para um espaço em desordem.

A simbologia com o uso da água utilizada para purificar locais impuros não é apenas utilizada no ritual de Lourdes, mas Ivete também desenvolve outro ritual com a água, onde ela nos fala: “Tem também a de ferida de boca, que a gente reza com sal bento e água benta, passando o sal na boca da criança, e molhando com água e jogando fora. O sal e a água benta vão sarando a boca da criança fazem isso por três dias também”. (Depoimento concedido por Ivete Simplício no dia 10 de julho de 2019). A utilização da água enquanto símbolo sagrado na ritualização da reza é inspirada nesse ritual a partir do benzimento dela na própria igreja católica, em que através desse ato, ela passa pela capacidade purificar, e o ato da purificação possui a capacidade de eliminar s enfermidade de algumas doenças como é o caso da ferida de boca citada por Ivete, ritualizada mais uma vez por três vezes, dessa vez, com o sal, outro símbolo da prática de cura, que segundo Quintana (1996) simboliza a pureza.

O ritual de reza, nesse aspecto torna-se aquilo que Pereira (2011) coloca enquanto uma tradição marginal, repleta de mistérios, misticismo, magia e crença, a rezadeira no emergir de seu ritual nos conduz ao esplendor de uma prática de extremo saber e de uma característica única. Nazaré, Lourdes e Ivete são exemplos fortes dessa prática, através de suas vozes, conseguimos nos atentar para a ritualização de sua prática, suas crenças, ações e simbolismos, dialogando com diversos segmentos religiosos e ao mesmo tempo, se considerando católicas. Três rezadeiras, com experiências diversas, mas com suas narrativas que foram cabíveis de diálogo entre suas práticas, expondo as relações que fazem parte do universo popular e religioso do sertanejo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História não é apenas os momentos recortados em espaço ou tempo, registrados em documentos palpáveis, na escrita ou até mesmo nas fotografias e folhetos de jornais. A História também está nas vozes, nas memórias, no cotidiano social e no imaginário cultural dos homens. Foram para essas memórias e vozes que esse breve texto se voltou, pensando os rituais culturais de senhoras que residem o espaço sertanejo, especificamente a cidade de Junco do Seridó.

Nesse sentido, realçamos em nossa discussão a ritualização de uma prática marginal, a de reza, e passamos a compreender a partir dessa problemática a multiplicidade do conhecimento dessas senhoras, entras as rezas de curas, natureza e de saberes medicinais populares, compreendendo que o imaginário cultural e religioso continua intrinsicamente ligado com a contemporaneidade, se organizando e ao mesmo se reestruturando diante do seu tempo.

6 Ver Bíblia, A. Mateus. In Bíblia. **Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamento**. Tradução Luiz José Dietrich, Brasília, 2013. P 1187-1223.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maristela O. A Religiosidade Brasileira: o pluralismo religioso, a diversidade de crenças e o processo sincrético. João Pessoa, CAOS, 2009.
- ALBERTI, Verena. Manual de história Oral, 3 ed.- Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.
- BÍBLIA, A. Mateus. In BÍBLIA. Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamento. Tradução Luiz José Dietrich, Brasília, 2013. P 1187-1223.
- BÓISIS, Eclea. Memória e Sociedade, Lembranças de velhos, São Paulo, Companhia das letras, 15 ed. 1994.
- BURKER, Peter. História cultural na idade moderna. 1988.
- CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CERTAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 3º Ed. Petrópolis: Vozes.1998.
- COSTA Joalison de S. As velhas benzedeadas/rezadeiras cacimbenses. TCC Graduação em História, UEPB, 2018.
- DICIONÁRIO do Folclore Brasileiro. Cascudo, Luis da Câmara. 9ª Ed. São Paulo: Global, 2000.
- ELIADE, Mircea,1907 1986. O sagrado e o profano/ São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Tópicos).
- GINZBURG, Carlos Os Andarilhos de bem, São Paulo, Companhia das Letras 2010.
- MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. História da vida privada v.1: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p.155-220.
- PEREIRA, José Carlos. Interfaces do sagrado: catolicismo popular o imaginário religioso nas devoções marginais-Aparecida, SP: Editora Santuário,2011.
- QUINTANA, Alberto Manuel. A ciência da benzedura: mau-olhado, simpatias e uma pitada de psicanálise. 2º Ed. Bauru, SP. EDUSC, 1999.
- SALES, Cristiane Maria Pimentel. Rezadeiras—uma fé popular. Ceará, OPSIS. 2007.
- SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- THEOTHONIO Andrea C. Rodrigues. Entre ramos de poder: rezadeiras e práticas mágicas na zona rural de Areia- PB. Dissertação Pós Graduação em História, UFCG, 2010.
- TEIXEIRA, Douglas. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997.
- THOMPSON, Edward. Costumes em comuns/ E. Thompson revisão técnica, Antônio Negro, Cristina Meneguelo, Paulo Fontes- São Paulo. Companhia das letras 1998.

SEGUNDA PARTE

**MOVIMENTOS SOCIAIS E
CULTURA POLÍTICA**

“A CASSAÇÃO DE SEU MANDATO FOI UM TERRÍVEL EQUÍVOCO”: AS REAÇÕES NO DIÁRIO DA BORBOREMA DIANTE DA CASSAÇÃO DO PREFEITO NEWTON RIQUE

Glauber Paiva da Silva¹

O golpe civil-militar que ocorreu no Brasil em 1964 trouxe mudanças profundas para a sociedade, sobretudo quando pensamos na perspectiva política. Para além da presidência da república que ficou nas mãos dos militares por diversos mandatos seguidos, as políticas locais também sofreram com várias alterações, visto que, muitos prefeitos que foram eleitos tiveram seus mandatos e seus direitos políticos cassados em suas cidades.

Em Campina Grande, durante todo o período em que os militares ficaram no poder, constata-se a cassação de dois prefeitos, sendo o primeiro deles o empresário Newton Rique ainda no ano de 1964, e o outro que ficou inelegível por 10 anos, Ronaldo Cunha Lima em 1969. Em nossa reflexão, iremos nos dedicar ao primeiro prefeito cassado, pois, queremos observar por meio das páginas do jornal Diário da Borborema a dualidade divergente que cerca essa perda de mandato, levando em conta que “Para o Diário da Borborema, o golpe civil-militar foi a defesa da lei e da ordem, bem como representou a salvação do Brasil diante do perigo comunista” (AGUIAR, 2014, p.459).

O Diário da Borborema era um dos principais periódicos da Paraíba, fazendo parte do grupo Diários Associados de Assis Chateaubriand, que se consolidou como principal meio de comunicação de Campina Grande no período, até por ter ao seu lado a TV Borborema. De acordo com Nobrega (1994), os diários e emissora do grupo Associados, fizeram uma combativa cruzada golpista por motivações que envolviam a negação de João Goulart em zerar o déficit do grupo Associados junto ao Banco do Brasil e outras instituições federais. Assim, durante os momentos que antecedem e, durante a ascensão do golpe ocorrido no Brasil, é possível observar muitas matérias apoiando a dita “revolução gloriosa” que estava acontecendo no país, com a justificativa de espantar o fantasma do comunismo. O engajamento do Diário da Borborema não estava apenas nas manchetes e reportagens, mas é possível encontrar caricaturas² que debochavam do presidente João Goulart e também a invocação da população para a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”³, que tinha como premissa demonstrar apoio ao golpe civil-militar.

No entanto, após acontecer de fato a escalada dos militares ao poder, temos uma série de matérias e reportagens que tratam especificamente do prefeito Newton Rique. Tal pauta é reproduzida diversas vezes nas páginas do jornal campinense, pois, mesmo com o apoio da manobra que retiraria o presidente João Goulart de seu cargo, muitos colonistas e apoiadores não esperavam que esta ação respingaria no território da política local. De modo que, quando cassaram o mandato do prefeito Newton Rique, houve grande comoção por parte da população e da elite letrada que não aceitou a descaída do prefeito eleito.

Desse modo, tentaremos descobrir um pouco mais sobre quem foi o prefeito deposto, Newton Rique, quais as supostas justificativas para a sua cassação da prefeitura de Campina Grande e como os letrados do Diário da Borborema reagiram a esta cassação, haja vista que apoiavam o manejo que ocorreu na política do país. Nos debruçaremos por meio das fontes do jornal Diário da Borborema para observarmos tais dualidades.

1 Doutorando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e, Mestre pela mesma instituição. Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão de História da Paraíba (NUPEHP) e Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: glauber.historia55@gmail.com.

2 Diário da Borborema, 03 de junho de 1964.

3 Diário da Borborema, 11 de abril de 1964.

NEWTON RIQUE: DA ELEIÇÃO A CASSAÇÃO

Newton Rique era filho do banqueiro e industrial João Rique Ferreira, tendo seus primeiros passos na política campinense quando foi por um pequeno período de tempo titular da Secretária de Governo da Prefeitura de Campina Grande na gestão do prefeito Plínio Lemos (1952-1955). Já no ano de 1959, se lançou pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) a candidatura de prefeito da cidade contra o então deputado Severino Cabral do Partido Social Democrático (PSD). Enquanto Severino Cabral tinha um projeto político e um plano de governo mais voltado aos interesses de desenvolvimento rural, Newton Rique fazia o caminho inverso com seu plano de governo intitulado “Revolução da Prosperidade” que contemplava os processos de industrialização e o projeto desenvolvimentista da cidade. Os dois candidatos fizeram uma campanha eleitoral forte, mas ao final, Severino Cabral logrou-se vitorioso (MONTENEGRO,2003).

Era dito que Rique se aproximaria mais das elites campinenses, e Cabral dos pobres nesta primeira eleição que disputou. Apesar disso, Newton Rique retornaria as eleições de 1963, com o mesmo projeto da eleição anterior, modificando apenas o título, para “Plano de Ação”, com a meta de que a industrialização campinense ganhasse destaque em seu mandato (FERNANDES, 2011).

Newton Rique tinha o apoio de grandes líderes políticos como Argemiro de Figueiredo, por exemplo, além de ser considerado um dos mais promissores políticos do Partido Trabalhista Brasileiro do Nordeste. Ele atuou como diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE, atual BNDES), tendo papel de destaque no cargo, o que lhe rendeu ares de bom administrador. Tendo vencido as eleições de 1963, algumas metas empreendidas por Newton Rique em seu Plano de Ação e que foram de fato realizadas seriam:

- 1) Atrair para Campina Grande investimentos industriais de maior porte; 2) Amparar e ajudar a pequena indústria e artesanato; e 3) Fortalecer a estrutura econômica do Município. Durante a sua gestão, vários objetivos de fortalecer a industrialização foram concretizados, como a criação da Secretaria de Indústria e Comércio, que visava fornecer infraestrutura adequada para novas indústrias [...] E como forma de incentivo à industrialização, Newton Rique criou a Fumingra e a Cingra, além de ter se articulado com o Estado para concretizar a instalação do Distrito Industrial em Campina Grande. (FERNANDES, 2011, p.67)

Rique venceu as eleições municipais com a maior diferença de votos já vista na cidade de Campina Grande, com uma apuração de 70,6% dos votos válidos e adquiriu grande popularidade. Mas, apesar de ser um empresário de sucesso, começou a ser taxado de comunista quando o golpe começou a entrar em curso, e, “é nesse cenário de possibilidades de crescimento econômico da cidade que os campinenses assistem, desesperados, a mudança no seu projeto de industrialização em decorrência da política econômica implementada [...] após o golpe militar de 1964”. (OLIVEIRA, 2005, p.64)

Mas, quais os motivos que contribuíram para a queda de Newton Rique da prefeitura de Campina Grande? A maior parte dos cassados do primeiro momento foram do Partido Trabalhista Brasileiro, do qual o presidente João Goulart fazia parte, e que aos poucos Newton Rique despontava, já que ele era presidente do diretório municipal do PTB. Rique era a favor das reformas de base propostas pelo presidente, visto o telegrama de apoio a Jango pelo comício das reformas. Também foi cotado para ser ministro da fazenda de João Goulart. Mesmo após a manobra empreendida para a retirada de Jango do poder, o prefeito campinense prestou publicamente sua solidariedade a Goulart e a Brizola, pois possuía laços de amizade com eles. Além disso, Newton Rique teria sido apoiado pelos “esquerdistas” do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na eleição de 1963, e teria um vice-prefeito, Williams Arruda, saído das

fileiras da Frente Popular Campinense, que seria uma organização de esquerda. O prefeito ainda teria sido acusado de adquirir armas que estavam escondidas no seu gabinete na prefeitura municipal para formar uma resistência contra a revolução que estava acontecendo. Houveram algumas tentativas de fazer com que o prefeito não fosse cassado, mas todas foram em vão, já que seu nome saiu na lista do dia 14 de junho (AGUIAR, 2014).

Já no dia 15 de junho 1964, Newton Rique faz um discurso nos microfones da Rádio Borborema se despedindo da população:

Campinenses amigos, ontem, às 22:30 horas [...] fui surpreendido com telefonemas de amigos que informavam acabarem de ouvir a inclusão do meu nome na lista de cassação de mandatos e direitos políticos, criada pelo ato institucional. [...] Sim, campinenses, os meus inimigos, que são, sinceramente, os vossos inimigos, conseguiram, afinal, um resultado para as suas maquinações, as suas tramas, as suas intrigas, as suas traições [...]⁴

Após a surpresa e posterior culpabilização dos inimigos que lhe arrancaram o mandato, Newton Rique se despede. E, se despediu legitimamente, pois, após a cassação, Newton Rique se afasta da vida política e também de Campina Grande. Passou a empregar suas atenções apenas para a vida empresarial, fundando inclusive a rede de shoppings Iguatemi.

É justamente após o golpe sofrido pela dita “revolução gloriosa” que tanto estampou as manchetes do jornal, que o Diário da Borborema notícia as reações ocasionadas pela derrocada de Newton Rique. A maior parte se refere ao fato como injusta ou errada. Que ironia é a bufonaria de apoiar um movimento que retirou alguém que tanto se apoiou! Reiteramos isso, pois Newton Rique tinha ligações com os Diários Associados, uma vez que, ele teve envolvimento com a fundação da TV Borborema, que funcionava no mesmo prédio onde funcionava o banco de Rique, que cedeu espaço para o exercício do local.

Também temos que mencionar a severa campanha que o Diário da Borborema fez em apoio a Newton Rique na eleição de 1959 em que Severino Cabral sagrou-se vencedor. Com matérias como “Ou Campina acaba com o “Severinismo” ou o “Severinismo” acaba com Campina”⁵, “Newton Rique – o melhor candidato ao governo de Campina Grande”⁶, “Quanto custa aos cofres públicos a família Cabral”⁷ e “Newton Rique o melhor candidato”⁸, temos um panorama claro do apoio do periódico ao prefeito. Ironicamente, após tantas campanhas ao representante do progresso por meio da industrialização, o Diário da Borborema é pego de “calças curtas”, já que seu apoio ao golpe de 64 retirou do mandato aquele que eles apoiaram desde a eleição de 1959 para prefeito de Campina Grande.

AS REAÇÕES

Já no dia 16 de junho de 1964, no caso, apenas dois dias após o listão de cassados sair para extinguir os mandatos, podemos observar as lamentações que questionavam e tristemente gemiam pela derrocada de Newton Rique. Na crônica *O que importa*, temos claramente a noção da dualidade encontrada nas páginas do Diário da Borborema, que ora apoiam as ações da dita revolução, ora se lastima pela saída do prefeito:

4 Diário da Borborema, 16 de junho de 1964.

5 Diário da Borborema, 01 de junho de 1959.

6 Diário da Borborema, 30 de julho de 1959.

7 Diário da Borborema, 01 de agosto de 1959.

8 Diário da Borborema, 21 de setembro de 1959.

Ontem à noite aconteceu um prurido, de angustias em muitos, de desabafo noutros, de meditação e apreensão ainda noutros. As emissoras de rádio anunciavam a publicação de novas listas de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos de cidadãos cuja atuação na vida pública do país fora considerada inconveniente pelo governo revolucionário. Recheadas listas, numa das quais figura o nome do bacharel Newton Vieira Rique, Prefeito de Campina Grande. Não nos compete, à nós que julgamos ter ajudado na queda do Governo desintegrado do Ex-Presidente João Goulart, fazer observações sobre os atos deste governo revolucionário, na “operação limpeza”, sem a qual a revolução não passaria de uma quartelada. Documentos certamente foram estudados pelo Conselho de Segurança Nacional para a execução das duras medidas que levam o Presidente da República a expor-se, com coragem e frieza, à impopularidade, com coragem e firmeza, diremos melhor. Mas não temos dúvida de que o Ex-Prefeito Newton Rique tinha para Campina Grande um programa de administração arrojado e, com toda a pujança de sua mocidade e de sua comprovada capacidade de trabalho começava a colorir o esboço [...]”⁹

Enquanto, o colunista morde a cassação do prefeito Newton Rique, ao mesmo tempo, assopra as atitudes dos golpistas, pois se coloca também como um deles. Afinal, não caberia julgamento para as atitudes do “governo revolucionário” que estava fazendo uma operação de limpeza, pois o periódico teria “ajudado na queda do Governo desintegrado do Ex-Presidente João Goulart”. Se eles julgassem, estariam julgando a si mesmos. Se utilizando de uma prerrogativa de documentos estudados pelo Conselho de Segurança Nacional e da coragem e frieza do militar presidente, haveria alguma motivação para que o prefeito que segundo ele, estava fazendo uma ótima administração tivesse sido cassado? A justificativa não convence e a sensação de desabafo e apreensão é notória em suas palavras.

No mesmo dia na coluna *Rosa dos Ventos* de Stênio Lopes, temos mais um registro da bifurcação existente, entre apoiar a “revolução” e ser contra a cassação do prefeito Newton Rique:

TALVEZ queiram saber se ainda compreendo a revolução de abril; se a aceito; se a justifico; se a apoio; se acredito nela. Sim. Admito-a, aceito-a e a justifico, mesmo depois da cassação do mandato de Newton Rique, mesmo sem a cassação de outros mandatos que ficaram incólumes. Foi um erro, sim, um grave erro da revolução o castigo imposto a Newton. Em Campina Grande, a revolução ficou comprometida. Seus ideais, negados. Seus objetivos, frustrados. Suas esperanças, fenecidas. Mas Campina Grande não é o Brasil. E o Brasil necessitava da revolução. Sem ela caminharíamos para a derrocada da democracia. Sem ela marcharíamos para um regime incongruente, que não se podia advinhar ou supor se um regime comunista, se uma ditadura pelego-sindicalista, se um revivido Estado Novo. Sem a revolução, a corrupção administrativa continuaria como norma de governo, afundando o País e gangrenando a Nação. Mas a revolução foi uma obra humana. É uma obra humana. Portanto, obra imperfeita, sujeita aos erros, aos equívocos, às injustiças. Ela não está sendo manipulada por anjos, mas por pessoas humanas. Injusta a punição a que submeteram Newton. A cassação de seu mandato foi um terrível equívoco. Um equívoco talvez irreparável. O afastamento de Newton do poder foi muito mais do que um episódio triste da revolução. Foi um golpe contra ela. Fizeram-na cometer um engano mortal.¹⁰

Como estamos salientando, houve profundo apoio dos colunistas do Diário da Borborema ao golpe de 1964. Neste caso, temos um grande nome das letras e do ensino, como Stênio Lopes também demonstrando que aceita, que acha ser justificável e que apoia o golpe ocorrido, mesmo com a cassação de Newton Rique. Para Stênio Lopes, a perda de mandato teria sido um grave erro da

9 Diário da Borborema, 16 de junho de 1964.

10 Diário da Borborema, 16 de junho de 1964.

“revolução”, sobretudo pois, na cidade de Campina Grande os ideais, objetivos e esperanças com tal manobra ocorrida teria subjogado as ações dos militares. Talvez o que Stênio Lopes queria dizer é que a “revolução” com a cassação de Newton Rique, evocara a falta de apoio por parte da população. O que poderia resultar em consequências, como as primeiras antipatias e rugas da “revolução” na cidade.

No entanto, apesar disso, Stênio Lopes acreditava que por mais que houvesse ocorrido um equívoco, tais medidas eram justificáveis, pois a cidade não era o Brasil, e era o país que importava. Ele escreve que sem a “revolução” o país caminharia para a falta de democracia – mas esquece que o próprio ato realizado pelos golpistas era uma ação antidemocrática – na verdade, ele acreditava que o país seguiria para um regime incongruente que resultaria em um regime comunistas, uma ditadura pelego-sindicalista ou a ascensão de um Estado Novo, tal como Getúlio Vargas fez no início de século XX. Mal sabia ele que outro regime, desta feita, o regime militar seria implantado no país e vigoraria por muito tempo. Ao final, sua resposta para o equívoco ocorrido com o prefeito Newton Rique era apenas um: eles não eram anjos. Ou seja, o fato deles serem humanos os fazem passíveis de erros, afinal, os militares não seria figuras celestiais e poderiam errar. Seria essa uma justificativa plausível? Stênio Lopes continuou a sua celeuma sobre a queda de Newton Rique:

Terá sido fácil ao Presidente Castelo Branco passar os olhos por sobre os nomes de uma lista que lhe apresentaram para serem punidos com a cassação do mandato e suspensão dos direitos políticos por dez anos. “E este aqui, quem és – poderá ter perguntado o Presidente. “Esse aí é um PREFEITO BRIZOLISTA da Paraíba – ter-lhe-ão respondido. E poderão ter acrescentado: “há documentos contra êle, mandados da Paraíba. Mas o Presidente se terá esquecido de perguntar se esses documentos passaram pelo General Justino Alves Bastos, do IV Exército do Recife, ou do Coronel Otávio Queiroz, da guarnição militar de Campina Grande. E assinou a lista. Assinando-a era o erro, era a injustiça, o terrível engano que se cometia. [...] Campina Grande que havia pulsado com a alegria de Newton ao voltar sexta-feira do Recife, e ter ouvido do Comandante do IV Exército que nada havia contra êle, Campina Grande encolheu-se toda no arrepio do inacreditável. Não! Ninguém acreditava, como ninguém acredita ainda que a cassação tenha sido imposta. Os fatos precipitaram-se [...] Já pela tarde, cobria a cidade um sudário de dor. Uma dor que era, ao mesmo tempo, uma estupefação. O comércio da Rua João Pessoa semi-cerrou as suas portas. Não era um gesto de protesto ou de revolta. Era apenas o luto. Morrera alguém, muito querido [...] morrera por dez anos. Vi a mocidade acorrer a Newton com a tristeza amargurando lhe as fisionomias. Mulheres chorando. Homens chorando também. Um grande silêncio pousou sobre as ruas. Nem mesmo os adversários políticos de Newton puderam alegrar-se. No íntimo de suas consciências, sentiram a perda imensa que para nós, seus amigos e colaboradores, é sobretudo uma saudade. Com a morte cívica de Newton morreram esperanças em Campina Grande. Ah! Mas se fôsse possível o milagre da ressurreição: Se fôsse possível a revisão na lista! Parece um sonho. E é um pesadelo. Precisamos acordar. É preciso que a revolução nos acorde do letargo em que estamos mergulhados, porque muitos de nós, eu inclusive, ainda acreditamos na revolução.

Nesta segunda parte, ele continua tentando encontrar meios de justificar, ou confabular motivos que tivessem ocorrido para a queda de Newton Rique. Neste caso, ele inicia falando como seria fácil para o presidente Castelo Branco, observar o nome do prefeito de Campina Grande envolto a influências que falaram que ele era “Brizolista” e que tinham documentos contra Newton Rique. Essas influências é que teriam sido o peso da ordenação do presidente para se colocar favorável à sua cassação. Mas, as influências e os documentos, para Stênio Lopes, muito provavelmente não teriam passado pela avaliação dos comandantes do Exército de Recife e de Campina Grande. Em sua narrativa ele também enfoca

sobre a chegada de Newton Rique em Campina Grande após manter contato em Recife com o General Justino Alves do IV Exército.

Esse episódio arrola as várias tentativas de livrar o prefeito Newton Rique da cassação e da perda dos seus direitos políticos. A primeira delas foi a da sugestão de que a cassação fosse conduzida pela câmara dos vereadores, pois desse modo, mesmo cassado Newton Rique poderia continuar no cenário político, haja vista que a cassação militar lhe afastaria do jogo político por 10 anos. Ao final a proposta foi recusada. A segunda tentativa de resguardar seu mandato veio justamente quando Newton Rique foi com seu pai, João Rique, ao Recife, conversar com o General Justino Alves acerca da manutenção do seu poder em Campina Grande e embargar o desenrolar da trama política que lhe atingiria. É por conta desse acontecimento que Stênio Lopes cita a volta de Newton Rique de Recife e a felicidade por o General do IV Exército nada ter contra ele. É também por tal circunstância que ele acredita que os documentos enviados ao presidente Castelo Branco e suas influências, não obtiveram acesso ao depoimento do General Justino Alves, o que ocasionou na perda de mandato.

A narrativa continua com a melancolia e tristeza na atmosfera da cidade de Campina Grande, após a lista confirmar a cassação do prefeito. Segundo ele, o sentimento de luto permeava até os adversários políticos, o que é cabível de questionamento, afinal, é possível perceber as pressões empreendidas por seus opositores, como as de Vital do Rêgo. O que é certo, é que, de fato, houve comoção na cidade. O Lions Clube, por exemplo, fechou suas portas em consideração e solidariedade¹¹ ao que houvera com o prefeito, e a coluna *Vozes da Cidade*¹² também repercutiu o marasmo e abatimento que correu nas principais ruas de Campina Grande. A narrativa da coluna *Vozes da Cidade* relata o choro de grande multidão na rua lhe comparando com o assassinato de Félix Araújo em 1953, tamanho teria sido o impacto emocional da população com a perda do mandato. A reconsideração do ato de cassação também é pontuada¹³, tal como declara em suas esperanças Stênio Lopes.

Com o título “Revisão Para Newton” em 17 de junho, a coluna *Rosa dos Ventos* de Stênio Lopes, continuava sua campanha para reaver o mandato perdido do prefeito Newton Rique. Desta feita, ele tentou analisar a quem interessava o afastamento do prefeito de Campina Grande, afinal, a “revolução”, como ele bem pontuou, não teria a culpa total disso, já que, sofrera influências para tomar tal decisão. Desse modo, Stênio Lopes disserta sobre como para Campina Grande não haveria esse interesse, em razão do prefeito está atuando bem à frente da prefeitura e privilegiando a fiscalização do dinheiro público, o trabalho inteligente no serviço público, a preocupação com os problemas coletivos, principalmente com os pobres, o desenvolvimento industrial e o espírito cristão.

Desse modo, para Campina Grande não haveria o interesse de seu afastamento. Stênio Lopes se questiona se para a “revolução” havia esse interesse, e para isso, ele elenca os objetivos da dita revolução, que seria: salvar a democracia brasileira acabando com os focos comunistas, moralizar a administração pública, afastando os corruptos e realizar as reformas estruturais necessárias reclamadas pelo progresso e bem-estar do povo brasileiro¹⁴. Para ele, a revolução não teria interesse em afastar Newton Rique, já que, ele não era comunista, era um homem rico e trabalhava com os mais rígidos padrões de moralidade administrativa. Então, a quem interessava? Para Stênio Lopes, os culpados do afastamento de Newton Rique não eram os militares, mas o grupo de opositores do prefeito de Campina Grande, sobretudo

11 Diário da Borborema, 16 de junho de 1964.

12 Diário da Borborema, 16 de junho de 1964.

13 O pedido de reconsideração feito na coluna *Vozes da Cidade* surtiu efeito na população campinense. Apelos por meio de telegramas foram feitos por líderes de classes para o marechal Castelo Branco, demonstrando surpresa ao ato punitivo e a consternação da população. Algumas entidades que enviaram telegramas foram: a Federação das Indústrias, a Associação Comercial, o Rotary Clube, a Sociedade Médica Campestre, o Treze Futebol Clube, entre outras instituições e personalidades. Diário da Borborema, 18 de junho de 1964.

14 Aparentemente é o mesmo discurso que contribuiu para a ascensão da direita na eleição de 2018 no Brasil.

os que estavam no Governo do estado da Paraíba: “O Governo revolucionário deixou se enganar por políticos com acesso fácil às esferas revolucionárias do Rio. E cometeu êsse equívoco terrível contra Newton, a menos que venham provas que não conhecemos.”¹⁵

Após apontar os culpados pela cassação, com a desoneração de culpa dos militares, Stênio Lopes novamente se questiona se existe alguma possibilidade para Newton Rique reaver seu mandato como prefeito de Campina Grande: “Será possível uma reparação? Uma revisão? Uma ressurreição para a morte política a quem condenaram Newton?”¹⁶. Seria possível haver a esperança de uma ressurreição dos cassados pela “revolução gloriosa” que tanto se orgulhavam os colunistas do Diário da Borborema? Essa revisão nunca ocorreu, e Newton Rique continuou morto para a vida política.

Outro que eximiu a culpa dos militares pela cassação foi Epitácio Soares na coluna *Instantâneos*, que descreveu o acontecimento como estúpido e inesperado. Para ele, Newton nunca foi um agente da subversão nem era corruptor. Mas, muitos outros agentes da corrupção foram poupados e escarneceram do que ocorreu. Segundo Epitácio Soares, o principal motivo para a condenação de Newton Rique foi a sua amizade com João Goulart, mas o que ocorrera com ele foi um equívoco involuntário:

Não condeno absolutamente os princípios moralizantes e democráticos da revolução. Este país estava necessitando, há muitos anos, de uma limpeza geral nos seus quadros políticos e administrativos, transformados em esgoto por onde corria a purolência do roubo e da subversão [...] o marechal Castelo Branco, acredito que involuntariamente, porque sem conhecer a vida progressa de Newton Rique, cassou os seus direitos políticos, comprometendo a revolução em nosso município.¹⁷

Apesar de acreditar que a “revolução” foi comprometida em Campina Grande, tal como Stênio Soares também acreditava, Epitácio Soares, entendia que o golpe era necessário para moralizar a administração do país, e acreditava que involuntariamente – ou seja, sem querer – Castelo Branco, teria acabado com a vida política de Newton Rique. Sendo um pouco mais enfático em sua posição, mas ainda assim apoiando as ações do golpe militar e eximindo parcialmente os militares, Lopes de Andrade, da coluna *Homens e Fatos*, também comentou sobre a cassação de Rique:

[...] o redator dessa coluna foi contra e continua sendo contra a cassação do mandato e dos direitos políticos do Prefeito de Campina Grande, sr. Newton Rique, do mesmo modo que foi contra e continua contra a cassação do mandato e dos direitos políticos do senador de Goiás, sr. Juscelino Kubitschek. No auge da Revolução de Março-Abril, quando acabavam de triunfar as forças que depuseram o sr. João Goulart, todas as cassações me pareceram naturais, indiscutíveis, consumadas. [...] mas, passados os momentos culminantes, durante os quais praticamente nenhuma resistência se levantou de uma ponta a outra do País, ao redator desta coluna lhe parece que nada mais justifica o procedimento de exceção, o puro arbítrio em questões tão sagradas – para o corpo e a alma da verdadeira Democracia – como é o caso da liberdade humana. [...] a penosa impressão que, em C. Grande como em toda parte do Brasil, muitos a esta hora estão tendo é que forças estranhas, à própria Revolução interferiram, partidariamente na perda dos mandatos e direitos políticos do prefeito Rique e do senador Kubitschek, determinando a sua degola¹⁸.

As primeiras cassações ocorridas, para Lopes de Andrade, foram naturais algo que realmente deveria acontecer para o triunfo das mudanças realizadas pela “revolução”. Entretanto, quando a “revolução” atingiu o prefeito de Campina Grande, as atitudes dos militares teriam sido erradas e com

15 Diário da Borborema, 17 de junho de 1964.

16 Diário da Borborema, 17 de junho de 1964.

17 Diário da Borborema, 18 de junho de 1964.

18 Diário da Borborema, 18 de junho de 1964.

puro arbítrio, pois atingiria a liberdade da população brasileira. No entanto, os culpados por isso, não seriam os militares e o autoritarismo impostos por eles, mas, na verdade, “forças estranhas” que estavam interferindo na “revolução”, muito provavelmente de forma partidária para que esses mandatos fossem cassados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lamentações continuariam. Nos dias seguintes observaríamos no Diário da Borborema, várias ações em prol da revisão da ação que cassou o mandato do prefeito – até aquele período – mais votado da cidade de Campina Grande. Os vereadores se solidarizariam com o prefeito Newton Rique¹⁹ elogiando sua administração, como também na tribuna da Assembleia Legislativa, Ronaldo Cunha Lima, também demonstraria seus sentimentos e companheirismo²⁰. A coluna *Homens & Fatos* retomou as lamúrias da degola do prefeito de Campina Grande²¹ e também do seu vice-prefeito, Williams Arruda, que também foi cassado em seguida. Stênio Lopes na coluna *Rosa dos Ventos*, continuaria reivindicando uma revisão da pena imposta a Newton Rique, como por exemplo, com a organização de uma comissão campinense²² constituída de líderes de entidades de classes para conversar com o presidente Castelo Branco em uma festa que ele iria participar na cidade do Crato²³. Também teríamos um bloco enorme dedicado a Janete Rique²⁴, esposa de Newton Rique, que rompeu o silêncio e analisou os acontecimentos políticos que abalaram a cidade, algo que ela nunca tinha feito diante dos meios de comunicação²⁵. Outros jornalistas também se prontificaram a apoiar Newton Rique e rechaçar a decisão dos golpistas, como Danton Jobin do Diário Carioca, que declarou que Rique foi injustiçado²⁶.

As campanhas em favor do ex-prefeito reivindicando a revisão de sua cassação tomaram vulto até fora da Paraíba²⁷. As matérias, crônicas e lamentos continuaram no Diário da Borborema durante todo o mês de junho, mas essencialmente não conseguiram efetuar sua principal pauta que era a retomada do prefeito deposto. A dificuldade de culpabilizar o golpe e os militares eram preponderantes nas narrativas, então a busca por culpados que não fossem os golpistas era constante para justificar o que houve com Newton Rique. No entanto, mal sabiam eles que os artifícios contra a democracia brasileira só estavam começando, pois, a “revolução” logo mais instituiria o Ato Institucional nº5.

19 Diário da Borborema, 18 de junho de 1964.

20 Diário da Borborema, 21 de junho de 1964.

21 Diário da Borborema, 19 de junho de 1964.

22 Neste caso a comissão realmente foi criada e partiu para o Ceará com mais de 30 pessoas, tendo conversado com o Presidente Castelo Branco na cidade de Fortaleza. Na ocasião, os representantes entregaram um memorial firmado por seis mil mulheres campinenses solicitando a revisão da cassação. Recebido os campinenses, Castelo Branco afirmou que iria examinar o assunto com urgência o que encheu os campinenses de esperança. Mas, o resultado final para isso, como sabemos, foi negativo. Diário da Borborema, 26 de junho de 1964.

23 Diário da Borborema, 19 de junho de 1964.

24 Diário da Borborema, 20 de junho de 1964.

25 No dia 24 de junho é escrito uma crônica com título “Bom dia para você, Janete Rique” em resposta ao pronunciamento da primeira dama. Na crônica é possível perceber o apoio e o reconhecimento da força de Janete Rique e do prefeito Newton Rique.

26 Diário da Borborema, 21 de junho de 1964.

27 Diário da Borborema, 23 de junho de 1964.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Joabe Barbosa. **“Cassar e Caçar”**: O Golpe Civil-Militar em Campina Grande (1964). Anais Eletrônicos do XVI Encontro Estadual de História - ANPUH –PB. Campina grande, 2014.

FERNANDES, Silvana Torquato. **Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2011.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. **História e Imaginário nos Anos 50, em Campina Grande**. Anais Eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História da ANPUH. João Pessoa, 2003.

NÓBREGA, Evandro. Algo do que a Imprensa viu [não viu!] entre o pré-golpe de 64 e o ano de 68. In: MELLO, José Octávio de Arruda; GUEDES, Nonato; BARBOSA, Sebastião; OLIVEIRA, Carla Mary S. NÓBREGA, Evandro. **O jogo da Verdade: revolução de 64 - 30 anos depois**. Editora: A União, 1994.

OLIVEIRA, Maria José Silva. **Do discurso dos planos ao plano discurso: Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande 1970/1976**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005.

AROEIRAS – A HISTÓRIA ELEGIDA EM 1981 POR PEDRO DE ANDRADE – UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

Laiza da Rocha Araújo¹

A história para os leitores é diferente daquilo que quem escreve, ou para quem tem um olhar mais aguçado para a historiografia, entende e percebe. Aquilo que o leitor está recebendo é diferente dos ideais envolvidos por trás de sua escrita. Todo o processo envolvido nesta escrita é demorado, marcado por atribuições pessoais ou de uma conjuntura de envolvidos que desejam essa escrita, ou seja, a carga atribuída a determinado assunto torna-se tendencial, vai de acordo com quem escreve, vai de acordo com quem encomenda essa escrita.

A escrita que se analisa aqui é a de Pedro Paulo de Andrade em uma de suas obras, intitulada: Aroeiras - sua história. Apenas pelo título escolhido já podemos identificar a abordagem que a obra precisa fazer, contar a história, até então não registrada da cidade de Aroeiras², com todas as nuances envolvidas desde o seu povoamento até sua emancipação, ou passando pelo período que denominamos de modernização, com a chegada de signos que tratem disso, já que a obra de Paulo de Andrade foi publicada apenas em 1981, por todo esse percurso, durante vários anos, a história que quer se narrar se estende por muitos âmbitos, são muitos os acontecimentos encenados neste palco.

Então como essa narrativa de Paulo de Andrade foi montada? Qual a versão da história de Aroeiras será encaixada em seu recorte que com propriedade denomina-se: Aroeiras – Sua História. Toda a história esteve nela abordada? Todos os personagens citados são a representação de identidade aroeirense? Quem ficou dentro e fora de sua narrativa? Todas essas perguntas são necessárias, para entendermos o fazer histórico que foi perpetuado neste contexto interiorano de uma narrativa interior.

Para isso usaremos primordialmente como fonte a obra de Pedro Paulo de Andrade (sobre Aroeiras ele escrevera três livros) Aroeiras Sua História, ainda utilizaremos a obra de outro memorialista Aroeiras, 2003 para entender como Pedro de Andrade será visto nessa escrita póstuma. Teoricamente usaremos os conceitos de Identidade através de Stuart Hall (2006) e ainda o conceito de Memória através de Pesavento (2008).

Pedro Paulo De Andrade: um ilustre cidadão abastado

Nascido em 24 de abril de 1898 como nos mostra sua própria obra, que em partes dedica-se a sua vida, nas primeiras sete páginas do livro já percebemos esse destaque para Pedro de Andrade (que são escritas por personagens diferentes de seu convívio, que exaltaram e aplaudiram sua escrita pioneira) dedicou-se em primeiro plano ao comércio, após sua chegada a cidade de Aroeiras, posteriormente assumiu outros cargos públicos de confiança e de prestígio popular.

E assim vai tomando pé
nos riachos da memória
e se formando a história
desse povo soberano.
E as pedras vão se juntando
criando estabilidade.
e o grande Pedro de Andrade

1 Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestranda em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

2 A cidade de Aroeiras localiza-se na região metropolitana de Campina Grande, possui 374,674 km² de território, além da população já vista. Esses são dados do último censo de 2019 feito pelo IBGE.

junto a mais outros talentos
vão se tornando cimentos
na construção da cidade...
(Aroeiras, 2003, p. 35).

Poucos são os registros escritos sobre Aroeiras e assim estende-se a Pedro Paulo de Andrade, mas isso não nos impossibilita de analisar esse personagem que compõe e forma este lugar, pois ele estará presente em lugares de destaque, como enfatizará outro memorialista da cidade, dando-nos o entendimento de que ele foi ativo no cenário político e comercial aroeirense, e com isso para a sua época precisaria ser de família abastada, já que a elite da cidade era composta em suma por comerciantes.



Autor da obra (ANDRADE, 1981 p. 03).

Pedro Paulo de Andrade, junto com sua narrativa, perpetuou-se na história da cidade, pois como político ativo da primeira eleição que em Aroeiras ocorreu “eleito pelo partido da UDN em 1955”, (Aroeiras, 2003 p. 69), atuou como presidente da Câmara dos Vereados que recebe o seu nome (Casa Pedro Paulo de Andrade) enfatizando assim seu respeito popular, conforme ocorriam essas eleições em cidades interioranas e recém emancipadas. *“Começa a veracidade do conflito eleitoral a Câmara Municipal primeira em nossa cidade... Preside Pedro de Andrade com os seus vereadores. (Aroeiras, 2003, p. 69)”*.

Tendo em vista estes apontamentos sobre o papel social de Pedro Paulo, entendemos seu interesse pela cidade, como cidadão de destaque e conhecido entre os considerados maiores, a maneira de sua narrativa para Aroeiras demonstra-nos seu lugar de fala, ele destacou-se como político e para isso precisava ter poder aquisitivo para lançar-se ao pleito e assim “lutar por Aroeiras”. Sua escrita voltada para os grandes nomes e personagens, fugindo da cultura e cotidiano, recortou a história conforme a suas perspectivas e escolhas de elite e para uma elite, permitindo que seu nome ficasse marcado

nessa história por ele criada e dita como história de Aroeiras “Foi o primeiro Aroeirense a pensar seriamente na história dessa terra e este será mais um motivo para que seja lembrado para sempre por seus conterrâneos.”. (ANDRADE, 1981, p. 07).

Entende-se aqui que o livro Aroeiras Sua História narra fatos da cidade de forma sucinta, assim o título que é abrangente em suas três palavras, resume-se a poucos levantamentos da cidade (levantamentos importantes como registro escrito que se precisa ter) a crítica poderia se desfazer aqui, caso esse fosse o grande ponto, mas a questão de abordagem do autor é o nosso foco, pois Pedro Paulo ao escrever, grava o seu nome como pedra fundamental dessa cidade, destacando-se juntamente com poucas figuras, em suma masculinas, que passam pelas terras aroeirenses e muitas vezes não se demoram. Portanto precisamos notar essa escrita como uma escolha, que foi seleta em público, personagem e eventos, feita para agradar poucos, mas ainda mais feita para registrar o nome de um ilustre cidadão abastado: nosso autor Pedro de Andrade.

Escolhendo o adubo para Aroeiras crescer

A obra de Pedro Paulo de Andrade possui 54 páginas, contendo poucas figuras, com prefácio e comentários que foram redigidos por pessoas do convívio de nosso autor, sendo assim, essas páginas ainda serão reduzidas, restando menos de 50 para todo o assunto da História de Aroeiras que se quer abordar. Fazendo uma análise das datas comentadas, poderemos notar que o recorte temporal do autor se estende por várias fases (tendo em vista toda uma conjuntura nacional e até a nível mundial), a primeira data abordada será a do “descobrimento de Aroeiras” (que ainda não recebe essa nomenclatura) que se deu em 1815 e a data de publicação da obra é de 1981, teríamos então uma extensão de 166 anos de surgimento, povoamento, construção e fatos que aconteceram neste território.

Assim como na escrita de nossa história nacional primeira, essa primeira escrita sobre Aroeiras precisava tratar dos fatos mais maciços que por aqui ocorreram, desse modo (e tendo noção da disponibilidade escassa de fontes escritas sobre a cidade) o primeiro capítulo da obra, que vai das páginas 11 a 15, trata de uma descrição geral do que Aroeiras dispõe, assim a abordagem fala da fauna e flora, orografia, agricultura, açudes, vilas e escolas, tecendo comentários acerca das qualidades/quantidades/localização dos itens elencados, tratando-se de dados simples, mas que agregam notória importância como fonte escrita que a cidade emergencialmente precisa.

A cerca da colonização o autor deixou no segundo capítulo (páginas 16-18) o espaço de nosso desbravador português (vindo de Recife) Laurentino de Moura Varejão (como costuma ser romanticamente mencionado) que foi o primeiro herói corajoso a requerer por sesmarias as terras do que viria a se tornar Aroeiras, isso em 1815, onde lhes foi concedido por D. Pedro I. Laurentino de Varejão acaba sendo assassinado em 1825, nenhum registro é encontrado sobre este período após sua morte, sendo esses primeiros 10 anos o início de uma história que será seguida por uma lacuna “Depois da morte de Laurentino, pouco se sabe da história de Aroeiras [...]. É um período verdadeiramente obscuro, uma vez que até o presente nenhum documento foi descoberto que falasse e desse continuidade ao processo natural de evolução.”. (ANDRADE, 1981, p. 18).

Eis que surgiram outros personagens para dar continuidade a este povoamento, que só se validou após 1831 (personagens estes que se perdem em sua própria história/memória). Chegamos assim ao capítulo III (páginas 19-25) que elenca nomes que contribuíram para o povoamento de Aroeiras, Pedro de Andrade citará a família Barbosa, Gonçalves, Andrade como pioneiras desse povoamento paulatino, que acontecia primeiramente nas localidades conhecidas por Massaranduba (ou Serra do Uruçu) e Manoelas, local próspero que já contava com uma feira, incentivando a chegada de novos personagens.

João Barbosa Monteiro, João de Souza Barbosa e seu irmão José de Souza Barbosa, deixaram Souza e chegaram à localidade de “Panela do Miranda”, no Estado de Pernambuco, quando havia rebelião por conta da abdicação de Pedro Primeiro e formava-se a Regência, em 17 de junho de 1831. Eles eram contra esta nova forma de governo, juntaram-se a soldados rebelados e, em confronto com forças legalistas, foram rechaçados. (ANDRADE, 1981, p. 19).

Nada mais satisfatório que ter o povoamento da cidade de Aroeiras relacionado as batalhas pelo governo de nossa querida metrópole Portugal, nada seria mais ilustre, se já pudéssemos falar de nacionalismo/patriotismo, essa narração se encaixaria bem, com os mesmos desejos de nosso escritor pioneiro no IHGB. Então entre “grandes” acontecimentos e pulando de sobrenome em sobrenome, veremos a narrativa percorrer entre os Barbosas Monteiro, Gonçalves, Andrades, Souzas.

O cenário mudara com a chegada de Antônio Gonçalves de Andrade que vai morar próximo ao Olho D’Água (Aricuru) que nosso primeiro desbravador (Laurentino Varejão) interessou-se, e que passou a promover momentos de lazer a vizinhança, tornou-se assim conhecido, passando a receber cada vez mais pessoas em sua residência e esses simples eventos alteram os rumos dos fluxos populacionais que Aroeiras recebia, assim Manoelas vai caindo no esquecimento como lugar próspero e a primeira das famigeradas feiras desse novo espaço foi pensada entre a família Monteiro e Andrade ocorrendo em 20 de novembro de 1881 em baixo de uma grande palhoça, recebendo várias denominações e ficando conhecida por todas elas: “Feira do Catolé dos Souza”, “Feira do Olho D’água das Aroeiras” até que chegamos a “Aroeiras” (ANDRADE, 1981).

O progresso econômico como é natural motivou a evolução cultural e social bem como política. Desta forma surgiram as personalidades e entre outras destacaram-se: O capitão de campo José Severino da Silveira Calafange que, inclusive, participou da Guerra do Paraguai; tenente coronel José Resende de Melo, da Guerra Nacional; seu irmão Emiliano Francisco Resende Filho (Ioiô Resende); João Jerônimo Coutinho, que foi sub delegado de polícia e também mesário em sessões eleitorais, faleceu em 1903; João Georgino do Egito (secretário de secções eleitorais de 1886 a 1898), depois foi prefeito de Umbuzeiro; João Barbosa Neto, seu pai João Barbosa Monteiro Júnior; Ezequiel Francisco de Paulo (presidiu a primeira secção eleitoral, realizada no dia 1º de março de 1894) e Zeferino Constancio Pereira, foi eleito presidente da secção eleitoral no pleito preparatório do dia 2 de julho de 1905. (ANDRADE, 1981, p. 24).

Se de fato esses nomes que o autor nos cita tiveram algum ato de relevância na constituição/construção de Aroeiras, os fatos não são citados por nosso autor, apenas nomes com algum cargo de relevância que por aqui passaram, assim como tantos outros tropeiros que por Aroeiras seguiram caminho, dormiram e até constituíram família, mas que não receberam este espaço na escrita de Pedro de Andrade que tinha suas intenções para essa narrativa, de mostrar Aroeiras como berço de personagens importantes no cenário local/nacional.

Dois outros personagens ainda tiveram relevância nesta escrita, ficando a eles os capítulos quatro e cinco (p. 26-31) suas histórias ganharam mais espaço neste livro, espaço maior que os próprios fatos sociopolíticos. São eles José Resende de Mello e o Capitão José Barbosa Monteiro, o primeiro apenas residiu no que hoje conhecemos por ser participante da zona rural da cidade (Maçaranduba), já o segundo é aroeirense de berço e sua vida, romanticamente abordada, é toda dedicada ao serviço militar, sendo admirado após sua morte por jornais como **A Gazeta, A União, O Jornal**, sua morte ocorrerá em 1922.

[...]. Para mim há ainda uma coisa que amo e coloco acima de tudo – é a minha Pátria. Acho que a ideia ou a criação da Pátria é a concepção mais pura e cristalina, mais elevada e mais perfeita de que é capaz o espírito humano. E, portanto, visando a felicidade e a grandeza de minha Pátria que dedicar-lhe-ei, por menor que seja, qualquer parcela de minha atividade e do meu esforço. A minha Pátria sofrendo, eu sofro e será este o maior martírio que concebo. (ANDRADE, 1981, p. 28).

Tendo em vista esse discurso de nosso personagem abordado como herói, local e nacional, enfatiza-se assim a escrita que Pedro Paulo queria perpetuar, junto com uma identidade aroeirense, de pertencimento a este movimento de símbolos e vultos, que ligados a luta por uma defesa da nação exaltaria também a pequena Aroeiras, pois mesmo no período de vida e morte do Capitão José Barbosa Monteiro (1882-1922) o território ser denominado como Vila pertencente a Umbuzeiro, ele já carregava consigo o gentílico aroeirense, dando embasamento a esta narrativa e a criação de uma identidade que orgulhosamente poderia ser enraizada, exposta e apresentada para as futuras gerações.

Nos capítulos VI e VII (32-38) teremos informações interessantes sobre problemas que a cidade passou acerca das definições de seu território, em um primeiro momento com Campina Grande em 1949, sendo resolvido e tendo Aroeiras como “vitoriosa” nessa “confusão” de delimitação. Em 1961 com a mudança do governo de Campina Grande (de Elpídio de Almeida para Severino Cabral) os fiscais passam a cobrar impostos novamente no território de Aroeiras, em ambos os casos, Pedro Paulo de Andrade (autor de nossa obra), assumindo seus deveres quanto vereador, “Ocupava a presidência daquele Legislativo, o senhor Pedro Paulo de Andrade que de imediato iniciou a sua luta para que os limites do município de Aroeiras fossem respeitados.” (ANDRADE, 1981, p. 32) fez o alerta aos representantes populares de Aroeiras, para que assim resolvessem o conflito.

Tendo sido tudo resolvido com Campina Grande, chega a vez de Queimadas, após sua emancipação política, agir novamente em terras aroeirenses, após 1961 (a emancipação de Queimadas se deu em 14 de dezembro de 1961) iniciaram-se novas lutas judiciais que perduraram, tendo Pedro Paulo feito registros de que, até 1973, Queimadas ainda tentava requerer terras de Aroeiras, que por sua vez sempre saiu vitoriosa.

Na luta em defesa de seus territórios, Aroeiras sempre foi reconhecida como vitoriosa nas suas reclamações pois sempre o que fez foi solicitar que fosse cumprido o texto da Lei que rege a matéria, válida para todo o Estado. Nunca quis, o que não era seu, fato este reconhecido pelas autoridades a quem os reclamos foram feitos [...]. (ANDRADE, 1981, p. 37).

É notável o intuito de nosso autor (e indivíduo político) que participou de todo esse processo entre as lutas de terras, em representar Aroeiras como benevolente em todo este trajeto, que estava apenas mostrando que as terras faziam parte de seu território por Lei. Encontramos assim mais um signo de nossa identidade criada, como boa, onde deve ser exposta e abordada e representada.

O capítulo VIII (páginas 39-44) traz uma listagem denominada: As Datas Notáveis – indo do “descobrimento”, passando pela construção de prédios e instituições, fatos políticos ou curiosos, destacando três datas que fazem referência a chegada de signos do moderno em Aroeiras: “28 de dezembro de 1918, foi inaugurado o telegrafo nacional; 1919 a povoação recebe o primeiro veículo motorizado; 16 de julho de 1936 inauguração do serviço de luz elétrica.” (ANDRADE, 1981, p. 40-41). Veremos que algumas dessas datas em destaque serão voltadas para Pedro de Andrade dando ênfase a sugestões que ele fez, lutas que ele travou, ou fazendo menção a sua vitória eleitoral, quando passa a presidir a Casa Municipal que leva o seu nome.

Assim nosso autor encerra sua obra, restando-nos nas páginas seguintes algumas imagens da cidade e uma ‘Carta Aberta ao Autor do livro’ escrita por Olivia Barbosa, que se define como sobrinha do autor, das páginas 45 a 50, a carta merece e melhor abordada no tópico seguinte de nossa conversa, pois ela nos passa informações de uma memória, não podemos assegurar a classe social destas memórias, mas são mais descritivas do que as próprias palavras de nosso autor sobre o que era Aroeiras.

Identidade: o aforismo através de um memorialista

Em uma primeira aproximação, parece ser fácil definir “identidade”. A identidade é simplesmente aquilo que se é: “sou brasileiro”, “sou negro”, “sou homossexual”, “sou jovem”, “sou homem”. A identidade assim concebida parece ser uma positividade (“aquilo que sou”), uma característica independente, um “fato” autônomo. (SILVA, 2000, p. 74).

Assim entendemos o conceito simples do que seria uma identidade. Mas esse conceito não para por aí, pois as identidades vão além, elas serão produzidas, e essa produção precisa de uma base, uma base no sentido de ir contra algo, pois não basta apenas definir com o que nos identificamos, pois ao fazermos essa alegação, automaticamente criamos o diferente, aquilo que não somos, ou seja, aquilo que é o outro e é do outro.

[...] na verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Nós só sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “*inglesidade*” (Englishness) veio a ser representada - como um conjunto de significados - pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos - um sistema de representação cultural. (HALL, 2006, p. 48-49).

Já sabemos que a identidade é criada e isso implica em deixar de fora uma rede de diferenças, que são ditadas por um grupo social, cultural e político, que escolhem a qual identidade querem pertencer e assim originam novos padrões e símbolos, ou seja, uma identidade nada mais é do que uma produção social e cultural num determinado espaço de tempo e/ou ainda num espaço territorial, tendo este apontamento em vista, uma identidade criada poderá perder o seu sentido ao passar das mudanças temporais e culturais, podendo tornar-se anacrônica ou insuficiente “A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.”. (HALL, 2006, p. 13).

Assim sendo, ainda precisamos tocar em outro ponto que forma a identidade, na verdade o ponto central que cria e dá vida a identidade: o seu autor. O poder de quem dita uma identidade é inerente a todo esse processo, pois todo esse artifício de suscitar uma identidade (que automaticamente cria uma diferença e vice-versa) é um processo de inclusão e exclusão, de segregação social, uma forma de ordenar e dar significado ou que o autor tem em seu campo de visão e ao que ele pretende enquadrar no seu processo de identificação (seu e de uma classe/contexto social).

E é uma identidade que Pedro de Andrade quis imprimir para a Aroeiras em sua obra, a partir do momento que escreve essa primeira narrativa vemos sua intenção em elencar personagens importantes no cenário local/nacional, datas em que celebrem a chegada do moderno ao município, ele não se prenderá a práticas comuns/cotidianas da corriqueira rotina que poderíamos ter na época em que passou pelo seu lugar de estudo, pois o seu campo de visão e o seu lugar social impõe essa escrita voltada para “grandiosidades” que poderiam se fixar numa memória aroieirense, memória essa que não vem, não fica, pois sua obra limita-se a um público pequeno.

Assim como os criadores da história são escolhidos, dentro das possibilidades de uma elite, eles por sua vez, ou a conjuntura por trás dele, também ditarão a escrita dessa história, quais os temas que merecem a luz da escrita, e quais temas deverão ficar de fora. Quando falamos em um tema que não é narrado, falamos de toda uma organização social que também ficará de fora, personagens e indivíduos que não terão representatividade alguma, ficam à margem dessas narrativas, fora da história, da criação de uma identidade, onde todo esse conjunto ficará restrito a um grupo particular.

Encontraremos essa abordagem na obra de Pedro Paulo de Andrade, que tem em seu título uma ideia de abrangência de assuntos, de personagens, de fatos históricos, mas que na realidade podemos tratá-la como um apanhado organizado de suas ideias acerca daquilo que ele chama de história da cidade, elencando datas as quais ele elege como “notáveis” (ANDRADE, 1981, p. 39) que vão desde o surgimento do povoado, passa por acontecimentos políticos, outras informam sobre a chegada de signos do moderno a cidade, tratando ainda da inauguração de prédios e acontecimentos religiosos. Esses fatos registrados não deixam de ser de grande valia enquanto fonte para estudos, mas seria essa toda a história de Aroeiras? Todos os heróis que participam desses acontecimentos são tidos como figura de representação para todas as outras figuras que jamais serão citadas dentro desses acontecimentos? Até os heróis abordados serão poucos, sendo assim, podemos começar com essa consideração: o título de nossa obra de análise é superestimado.

Olivia Barbosa: outra representação da identidade aroeirense

A obra abre espaço para uma carta aberta ao autor, que merece aqui outro espaço, assim como no livro, uma análise voltada ao seu conteúdo, que difere do que foi abordado por Pedro Paulo de Andrade, já que sua escrita segue as linhas da história tradicional, imersa em vultos, grandes heróis, datações, recortes e construções.

“*Agora, saindo do sério, vamos nos divertir dentro mesmo da história.*”. (ANDRADE, 1981, p. 45). O que encontramos neste espaço menor é uma imensidão de memórias de uma aroeirense, que cresceu e narrou seu cenário, os fatos culturais que aqui se sucediam, e fez este comentário sem se dar conta do trabalho que estava gerando, saudosas memórias de uma identidade genuinamente aroeirense, que difere da identidade que Pedro Paulo de Andrade narra e nos é apresentada.

Então? Pode abrir-me a passagem, por favor? Vou entrando com alguns assuntos sobre o que eu tanto gostava de ver... ou ouvir contar pelos mais antigos... Hoje é minha vez de relembra essas cousas. Vamos, então rever ou revistar juntos, cabeças baixas, olhos voltados para as páginas deste livro. (ANDRADE, 1981, p. 45).

Nesta abertura da carta já podemos notar que quem escreve fala de suas memórias, do que gostava de ver e ouvir, se estes conteúdos já estivessem relatados na parte principal da obra, como conteúdo da história real de Aroeiras, o rumo que essa carta aberta poderia seguir, talvez fosse diferente. “*Agora vamos lembrar, mesmo, mesmo (!) o que foi coisa própria da nossa Aroeiras.*”. (ANDRADE, 1981, p. 46), a ideia de pertencimento e de uma propriedade cultural pode ser vista nessa fala, já que todo o conteúdo de sua carta aberta estará voltado para eventos culturais, festivos e de recreação popular, assim como lendas que se difundem por toda cultura popular regional.

Os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história. História e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade escoada. São representações que dão a ver um

“acontecido” que, a rigor, não é mais verificável ou sujeito à repetição. Mas o tempo passado não é irrecuperável, uma vez que, através do imaginário, se faz presente no espírito, dando-se a ler e ver através de discursos e imagens. Uma cidade é, pois, detentora de história e memória, assim como também o é desta comunidade simbólica de sentido a que se dá o nome de identidade. (PESAVENTO, 2008, p. 4).

É este lugar de memória de Olivia Barbosa, na obra de Pedro Paulo, que conseguimos enxergar de fato quem era Aroeiras, o que ali acontecia, a interação social, como se moldavam esses espaços de vivências, quais os personagens que faziam esse lugar, eram aquela listagem de nomes que a obra nos apresenta? Tratava-se de pessoas “normais”, que sem títulos grandiosos, sem participarem de batalhas nacionais/internacionais, estavam constituindo essa cidade, e as memórias de seus moradores, essa seria a identidade real, simples, que se apresenta na fala de Olivia, uma identidade sociocultural, desprendendo-se mais da que foi gerada, política/elitizada/heroicizada.

Você se lembra dos primeiros divertimentos da criança que era Aroeiras? Olhe aí: cavalo marinho, bumba meu boi, côco, pastoril... Isso durava a noite inteira mas não para nós; eu era gente “mirim” e seu Antônio Cosmo não gostava dos finais desses folguedos pois saía sempre cachaça, piadas, gracinhas sem graça, etc. (ANDRADE, 1981, p. 45).

Ao narrar essas memórias Olivia Barbosa coloca-se como participante desses divertimentos comuns ao cotidiano de Aroeiras, sendo ela sobrinha de Pedro de Andrade subentende-se que eles possuem uma relação de consumo da cidade parecida, dividindo os mesmo espaços sociais, mas as escritas de Aroeiras Sua História divergem, entendendo-se assim mais uma vez o que Pedro de Andrade buscava para sua primeira escrita: registrar os fatos que eram considerados importantes e grandiosos ao seu olhar, tendo em vista seu lugar de fala como elite, ele falava de si e do outro, mas esse outro precisava equiparar-se ao seu status, pois só assim terá espaço em sua fala.

Com essa carta aberta fechamos ainda mais nossa análise da obra, pois todos os apontamentos que fazemos sobre o autor, seu lugar social e quando dizemos que sua narrativa é seletiva e fechada a uma classe mais abastada ou a indivíduos que apenas passaram em Aroeiras (mas que se destacaram em algum outro lugar) são claramente afirmados por essa memória de uma “popular” independente da classe, que sente a mesma falta que sentimos, de uma narrativa da cidade voltada para as práticas e personagens do cotidiano, vividos/conhecidos por uma grande maioria de cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentemente de uma abordagem historiográfica o que Pedro Paulo traça como Aroeiras Sua História prende-se apenas a nomes de pessoas que possuíam prestígio perante a pacata cidade, os mesmos nomes em sua maioria não estão marcados na cidade, como ocorrerá com o nome do próprio Pedro de Andrade que está à frente da câmara municipal visualizado assim que chegamos em Aroeiras. Assim o destaque que ele se dá em sua obra é mais válido do que as várias pessoas mencionadas, que não vão ter essa mesma receptividade como figura pública como ele terá.

Outras perspectivas caberiam a sua obra, mas seriam outras, não seria a sua, não seria direcionada de seu papel de elite, como comerciante/político sempre esteve em uma posição abastada das demais, pois para a sua época ocupar tais lugares e ser indicado para outros não estava disposto para cidadãos comuns. Assim sua análise é pertinente ao seu lugar de fala, aos personagens de seu convívio, então a partir disso entendemos o que ele queria criar como identidade aroeirense, uma identidade de indivíduos

que alcançaram sempre patamares mais elevados, pois para as gerações futuras ou para “estrangeiros” que tivessem acesso a sua obra logo notariam a eminente importância desse lugar: Aroeiras mãe de grandes personagens.

Talvez o intuito de narrar pioneiramente essa história aroeirense fosse mais pessoal, enfatizando que ele é comentado em sua obra por outras pessoas e por ele mesmo, se colocando na luta pelos direitos de Aroeiras e assim pelo bem comum, talvez essa análise seja perspicaz ao ponto de achar que Pedro de Andrade teve o escopo de escrever essa identidade, mas evidentemente essa é mais uma releitura do memorialista que ele acabou se tornando, independentemente dos fatos escolhidos para narrar, ele fez isso. Esse foi o seu papel desbravador para Aroeiras.

Desse modo, Pedro de Andrade entrará e se colocará na história de onde viveu e trabalhou, quando decide contar a história de Aroeiras faz isso através do que resolveu coletar de dados/fontes, e seu nome está imposto por toda a obra e isso faz com que a imagem benevolente e grandiosa da cidade que se passa a narrar destine-se ainda mais a sua figura enquanto cidadão, podendo isso ser encontrado em outras obras (primordialmente em sua obra - Aroeiras Sua História) tornando esse livro parte de uma produção de memorialistas que foi feita nacionalmente: imposição de nomes, datas, símbolos que muitas vezes essa famigerada grandiosidade pode ser resumida a poucas páginas e passam a integrar o esquecimento coletivo, como também fizeram quando decidem narrar, deixando demasiadas questões de fora.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Pedro Paulo de. Aroeiras Sua História. Campina Grande: Editora e Gráfica Santa Fé LTDA, 1981.

AROEIRAS, Dudé das. Pedras de Riachos/Dudé das Aroeiras. – João Pessoa: Ideia, 2003. p. 183.

GOMES, Iordan Queiroz. Sensibilidades e representações na construção do espaço urbano aroeirense entre sonhos, desejos e práticas (1920-1960). - Campina Grande, 2012.

Hall, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Memória e Centralidade Urbana. Ver. Mosaico, v.1, p. 3-12, jan./Jun., 2008.

_____. A cor da alma: ambivalências e ambiguidades da identidade nacional. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.20, n.1, p. 123-133, 1999.

_____. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. Rev. Bras. De Hist. São Paulo. V.15, nº 29, p. 9-27, 1995.

_____. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Ricoeur, Paul, 1913. A memória, a história, o esquecimento / Paul Ricoeur – tradução: Alain François [et al.]. – Campinas, SP. Editora Unicamp, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais / Tomaz Tadeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. – Petrópolis, RJ: Vozes.

EXPERIÊNCIAS SINDICAIS E LUTAS DE MULHERES NAS REGIÕES DO SERIDÓ E CURIMATAÚ PARAIBANO

Priscila Dantas¹



Imagem - Retrato do “Encontro de Mulher”, ocorrido no Centro de Educação Popular (CENEP), com o apoio da Escola Estadual de 1º Grau Antônio Coelho Dantas, na cidade de Nova Palmeira-PB, em 10 de março de 1991 (FONTE: Acervo fotográfico do CENEP).

A fotografia² acima bem poderia representar um mero momento de lazer e de descontração vivenciado por um grupo de mulheres qualquer, em algumas de suas muitas corriqueiras atividades de lazer e/ou datas comemorativas. Mas do que nos fala esse olhar da mulher que toca o seu instrumento? Quem é ela? Quem são elas? Que histórias se entrelaçam nesta imagem?

Se não fosse pelo cartaz ao fundo, no qual aparece o slogan “Mulher, te organiza e vai à luta”, talvez essa fotografia não tivesse nenhuma importância para a História, posto que não se trata de grandes líderes feministas no cenário nacional; a fotografia também poderia não ter nenhuma importância para esta historiadora, se não trouxesse à cena um fragmento de outras histórias, que tratam de iniciativas

1 Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente Secretária Municipal de Educação de Nova Palmeira-PB. Contato: Rua: Almisa Rosa, 191, Centro, CEP: 58184-000, Nova Palmeira-PB, Brasil. Email: pri_msd@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0187-8486>.

2 Segundo Eduardo Paiva (2006), a fonte iconográfica contribui no sentido de melhorar nossa compreensão sobre o objeto estudado. São imagens construídas e por isso podem ser manipuladas, mas associadas a outros registros de um determinado momento nos servem de certidões visuais. São plenas de representações do vivido no tempo e no espaço. Ao utilizarmos esta fonte, precisamos reinterpretá-la, criticá-la sem tomá-la como verdade, pois é lacunar, silenciosa e impregnada de intencionalidades.

e ações aguerridas de um grupo de mulheres que vivenciaram experiências singulares numa pequena cidade do interior da Paraíba e que não se conformando com suas precárias condições sociais, de suas famílias e de suas comunidades, se lançaram pelos áridos caminhos da política.

É com um olhar mais curioso e entendendo que esta imagem apenas captura o instante, o fragmento congelado de uma história que ainda está por ser contada, que tento pensar sobre este e outros registros analisados³, neste trabalho. Registros que se tornam emblemáticos no sentido de demarcar intenções de “luta”, de “organização” e de “ação” por parte das mulheres envolvidas; são registros vistos aqui como reveladores de um enredo oculto, à espera de um olhar em forma de problemática histórica, pronto para ser investigado e tornado público, alargando e se agregando a uma historiografia ainda frágil de narrativas peculiares e de sujeitos (in)comuns.

A mulher que toca é a funcionária pública Fátima de Lé (como era conhecida), apenas uma das muitas participantes que fazem parte das atividades comemorativas do Dia da Mulher, apoiados pela ONG Centro de Educação Popular (CENEP), em 1991⁴. Era a partir de eventos como estes que o grupo de mulheres estruturado a partir da ONG, estabelecia relações de proximidade com a comunidade. Estrategicamente tratava de questões mais amplas ligadas à condição feminina no município de maneira geral. Desta forma, outra indagação surge: como as reivindicações de um pequeno grupo de mulheres acabaram por possibilitar mudanças na estrutura sindical e social do município de Nova Palmeira, se reverberando posteriormente por outras regiões da Paraíba?

A historiografia paraibana sobre movimentos sociais que inscrevem as mulheres como protagonistas estão, ainda, permeadas por enredos particulares, análises e discursos individualizados centrados em figuras como Elisabeth Teixeira, Margarida Maria Alves, Maria da Penha Silva. Apesar da importância dessas histórias, no sentido de apontar para um enorme avanço na historiografia⁵ acerca da participação feminina no cenário paraibano e nacional, ainda percebe-se uma carência de narrativas comuns, de práticas peculiares e mobilizações de cunho esquerdistas que se estenderam a outros territórios na Paraíba.

Dessa forma, este trabalho apresenta as ações lideradas por mulheres em um espaço interiorano onde a figura masculina era predominante nos espaços públicos, nas organizações sindicais, nos partidos políticos. Dentro de uma estrutura cercada pela força do campo, um grupo de mulheres (rurais e urbanas) surge garantindo a luta pela igualdade de direitos e participação política, como podemos verificar na fala de Nega Lourdes⁶:

Foi um desfile de 7 de setembro. A gente saiu de última hora, saímos escondidas. Montamos um pelotão no dia 7 e saímos com as painéis vazias, com faixas. Foi na época do Grito dos Excluídos. A gente se escondeu. De última hora saímos com as

3 Além da fotografia, analisamos produções artísticas paródias, versos escritos por mulheres, bem como relatórios de atividades do Centro de Educação Popular (CENEP), bem como documentos pessoais, tais como anotações, poesias, livros. Esse conjunto de material somado as entrevistas (fonte oral) realizadas, constituem nossos objetos de verificação.

4 As informações foram extraídas do Relatório de Atividades do CENEP (Nova Palmeira-PB, 10 de março de 1991), bem como das poesias e cantos produzidos para o evento.

5 “Medo da morte: esperança de vida: A história das Ligas Camponesas a Paraíba”, dissertação de Maria do Socorro Rangel (2000), sobre as Ligas Camponesas na Paraíba, trazendo enquanto sujeitos de análise a participação de Elisabeth Teixeira e Margarida Maria Alves nos movimentos. A tese de Ana Paula Romão, “Paraíba, mulher-macho: (dessa) fios da história (Paraíba, século XX)”, (2010), sobre a construção da imagem feminina na Paraíba, que nos proporcionando refletir sobre os espaços e discursos tecidos sobre a mulher no Estado paraibano.

6 Maria de Lourdes Gomes de Lima (Nega Lourdes). Professora aposentada e coordenadora geral do Centro de Educação Popular. Entrevista concedida à autora, em 20 de maio de 2014.

faixas e batendo panelas vazias dizendo: “Estamos com fome!”. Porque o prefeito não dava aumento a ninguém, era um prefeito desastrado na época. Então a gente fez isso.

Grito dos Excluídos⁷. Enquanto as autoridades na cidade de Nova Palmeira⁸ preparavam as comemorações da Semana da Pátria, a população foi surpreendida por uma passeata composta por mulheres reivindicando melhorias salariais e maior participação popular nos espaços públicos. A mobilização aconteceu em 7 de setembro de 1995.

Mapeando rapidamente as ações tecidas para reivindicar posicionamentos assumidos pelos dirigentes da cidade, a fala da entrevistada, resquícios de memória, demonstra a influência do cenário sociopolítico que vivia o Brasil no final da década de 1980 e início dos anos 90, quando chegou auge os movimentos conhecidos por “**O Grito dos Excluídos**”, que tiveram grande repercussão nesse momento da história. Além disso, percebe-se um determinado grau de unidade entre os grupos se comparado ao contexto os quais as mobilizações foram promovidas, já que se realizava o desfile municipal em comemoração à data de independência do Brasil.

Por meio do uso de panelas e faixas, a ideia de fazer às escondidas e surpreender a população, remete-nos à ideia de um grupo articulado, que já possuía uma maturidade de reivindicação, de luta e mobilização social, que compartilhava e acatava ideias coletivas, capazes de enfrentar as autoridades.

Ainda sobre o depoimento, quando a entrevistada cita que a decisão foi tomada de última hora, percebe-se um determinado cuidado na articulação do movimento, uma vez que se tratava de mulheres se mobilizando para denunciar relações de poder e situação econômica do município, que tanto excluía boa parte da população, como pagava míseros salários aos trabalhadores que, em geral, passavam anos sem receber aumento, durante um desfile de caráter e tradição nacional, patriótico.

O uso da expressão “Estamos com fome!” nos cartazes e falas proferidas demarca, reivindicações básicas da sociedade, indo desde problemas relacionados à pobreza que assolava a população, pessoas que literalmente passavam fome e sede sem receber nenhuma assistência pública, às questões como aumento salarial, garantia de direitos, investimento em educação, saúde, cultura e infraestrutura. A “fome” citada refere-se à falta de atenção básica do poder público com as mínimas necessidades da população.

A partir dos documentos e entrevistas coletados, percebemos que nas regiões do Seridó e Curimataú⁹ paraibanos se configurou uma rede de mobilizações civis em torno dessas e de várias outras questões, bem como interesses que compõem o universo sociopolítico. Além disso, verifica-se um forte compartilhamento de insatisfações sociais, no qual grupos, majoritariamente formados por mulheres, organizaram-se para atuar em benefício dos mais necessitados, decorrentes de uma cultura política¹⁰ que

7 A partir de meados da década de 1990 surge no Brasil o chamado “O Grito dos Excluídos”, um conjunto de manifestações populares que aconteciam durante as festividades da semana da pátria, com o objetivo de dar visibilidade às insatisfações sociais demandadas das camadas excluídas, denunciando as injustiças sociais vivenciadas pela maioria da população, propondo caminhos para uma sociedade mais justa e igualitária. Essas mobilizações foram iniciadas pela Igreja Católica, ganhando adeptos ao longo do tempo não só Brasil, como na América Latina de forma geral. Muitos grupos adentraram aos movimentos que aconteciam em cada região, levantando suas bandeiras de luta contra as diferentes formas de exclusão e a garantia de participação na sociedade, existindo até hoje no Brasil. Nessa perspectiva e conexão com o contexto social, a passeata das mulheres de Nova Palmeira também tinha por objetivo denunciar os problemas ali existentes.

8 A cidade de Nova Palmeira fica localizada na microrregião do Seridó paraibano. Sua população é de aproximadamente 5.000 hab., distribuída em uma área de 310,352 km².

9 Microrregiões localizadas entre as mesorregiões da Borborema e Agreste paraibano.

10 De acordo com Motta (2009), cultura política seria um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do

tanto excluía boa parte da população, como mantinha práticas oligarquias e patriarcais.

Sendo assim, este trabalho¹¹ consiste em problematizar as experiências e lutas de mulheres nas regiões do Seridó e Curimataú paraibano, durante os anos de 1985 a 1995, visando analisar suas práticas e as mudanças que se gestaram ao longo do processo, uma vez que deparamos, no final da década de 80, com movimentos rurais liderados por mulheres e tidos como pioneiros.

Nomes como os de Nega Lourdes, Dona Mocinha, Marisinha, Tedinha, Cícera, Irmã Conceição, Irmã Consuelo, Rosinha, Aparecida (Cida), são constantes nos depoimentos dados e nos documentos coletados, enquanto mulheres ativas no protagonismo de lutas e experiências sociais. Além de outras professoras, agentes pastorais, agricultoras, funcionárias públicas, estudantes, sindicalistas que dão norte e continuidade às perspectivas de mudança, visando à melhoria social por meio de uma boa educação, saúde, moradia, cultura, infraestrutura e participação política.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a discussão se desenvolveu no campo da Nova História Política em diálogo com a História Cultural. Nesse aspecto, é importante apontar que, de acordo com Falcon (1997), a política é uma dimensão da história que apareceu com a história política tradicional. Centrada no poder, essa categoria da narrativa histórica vem se fazendo sob temas do mundo econômico, jurídico, eclesiástico, administrativo, social. Por isso, o que se pretende com essa nova forma de fazer e pensar a história política é estabelecer diferentes maneiras de construir questões sobre a sociedade e suas diversas esferas de atuação, mecanismos que visualizam as pluralidades do objeto estudado, suas variações e simbologias que mudam de lugar e tempo, abrindo, inclusive, portas para análise de novos personagens, sujeitos sociais que ficaram à margem da história por muito tempo, denominada de “história vista de baixo”, ou seja, de pessoas e massas anônimas (BARROS, 2012, p. 26).

Com a abordagem interdisciplinar dessa história política, muitas problemáticas começaram a surgir. Olhares interessados nas instituições sociais e políticas, tais como sindicatos, partidos, igrejas, eleições, começam a serem focos de estudo, ampliando o leque de objetos de pesquisa. Diante disso, novas reflexões, teóricas e metodológicas, começaram a se desenhar. Era preciso construir outros caminhos para compreender a prática social (RÉMOND, 2003). Dessa forma, o objetivo é trazer a figura feminina como protagonista, um gênero por muito tempo esquecido e omitido pela historiografia até o século XIX, além de problematizar como se tornou possível a formação de uma rede de sociabilidades entre mulheres, nas quais se reuniam práticas e ideologias semelhantes.

O fio condutor deste estudo parte da análise dos movimentos e experiências do cotidiano, vividos e pensados nas comunidades de base, com grupos de ideologias populares, onde o desejo de melhoria de vida se mesclava às reivindicações sociais, partindo da ideia do direito cidadão e seu reconhecimento por parte do todo (poder público e da própria sociedade civil), pelas experiências vividas e compartilhadas, e não meramente por opressão de uns ou miséria de outros.

passado” (p. 21). A importância dessa concepção se deu pela dinamização da forma de se pensar questões que envolvem cultura, poder e sociedade, possibilitando a construção de novas pesquisas e produções historiográficas, a exemplo dessa dissertação.

11 A ideia para o projeto, aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba em 2014, surgiu a partir de pesquisas iniciadas no final de 2013 para o trabalho de conclusão de curso, que tinha por intenção estudar a atuação social feminina na cidade de Nova Palmeira-PB. O trabalho intitulado *(Re)construindo sujeitos, (re)telhando espaços: experiências e práticas de mulheres na cidade de Nova Palmeira-PB (1985-1995)* foi defendido e aprovado em 30 de julho de 2014. Dele extraímos o tema e ampliamos as discussões que nortearam a narrativa dessa dissertação.

A atuação de mulheres na formação de oposições sindicais

O cenário social do final da década de 1980 e os primeiros anos da década de 1990 é marcado por um forte processo de desgaste político e econômico vivido pós ditadura civil-militar, seguida pelo período de redemocratização do país, ambos marcados por baixos salários, desemprego e péssima qualidade de vida de maneira geral¹², fatores que fizeram com que diferentes grupos passassem a atuar em sociedade buscando melhorias.

No que tange Seridó e Curimataú paraibanos, durante as décadas de 1970 e 1980, são os grupos ligados à Igreja Católica, organizados, em sua maioria, de acordo com a documentação pesquisada¹³, por mães, donas de casa, agricultores, estudantes, professoras, que dão norte à organização de uma mentalidade voltada para a ação popular, em vista de um cenário marcado por líderes políticos indiferentes às problemáticas sociais. Havia os Clubes de Mães para ensinar a educar e cuidar dos filhos, os Clubes de Jovens para formar uma consciência crítica, política e cidadã, além da formação religiosa e moral.

Por isso, põe-se como fundamental nesse momento a importância da formação crítica advinda com a Teologia da Libertação, através de grupos de animadores, clubes de mães, mulheres e jovens, CEBs e de outros espaços que também germinavam ideais de luta, de consciência cidadã. Com isso, verificamos que a maciça participação feminina dentro do território religioso tem impacto direto na atuação social nessas regiões. O dever de rezar, culturalmente atrelado ao mundo feminino, permitiu a formação de grupos de mulheres não atrelados apenas ao mundo do privado, do lar, mas também de pessoas capazes de agir e enfrentar poderes locais e lutar por melhorias e igualdade social.

Ele [presidente do Sindicato] não fazia carteira pra mulheres. (...) Aí quando a gente viu a situação foi aparecendo a história que mulher ia se aposentar, e ele dizia: “Não, mulher não se aposenta não, quem vai se aposentar é o homem.” Aí eu sempre saía pra reuniões mais comadre Tedinha, mais Nega Lourdes pra Barra de Santa Rosa, Cubati. Quando havia eleição de sindicato eu ia mais elas. E lá eu comecei a ver que as mulheres tinham direito de se sindicalizar¹⁴.

A fala de dona Mocinha, moradora do sítio Porteirias, faz referência ao enfrentamento com o presidente do STR da cidade de Nova Palmeira-PB, no ano de 1989, e é bastante significativa nesta análise, porque demarca um ponto importante nas lutas sociais nessas regiões: mulheres insatisfeitas com os lugares que ocupavam na sociedade. Os grupos de oposição sindical surgem a partir das lutas travadas por mulheres em busca da sindicalização, e tem seu início, de acordo com a documentação pesquisada, na cidade referida, Nova Palmeira, quando elas participavam dos grupos religiosos e nestes havia uma discussão em torno dos direitos dos trabalhadores, em especial, dos camponeses.

Além da luta pela sindicalização feminina, os trabalhadores rurais insatisfeitos com as administrações dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), unidos aos grupos de mulheres, formaram

12 Em nível nacional, durante o período do “milagre econômico” (1968-1973), segundo Gohn (2012), visualiza-se um contexto de forte repressão pela Ditadura Militar, em que os maiores investimentos destinavam-se aos grandes empresários e multinacionais que se instalavam no Brasil a partir do acelerado avanço do capitalismo, ficando para as massas populares um violento arrocho, em na maioria das vezes não podiam se manifestar publicamente, pois não havia uma vida político-sindical, apesar de haver empregos, levando a população pobre há uma forte crise econômica.

13 Fotografias extraídas em blogs; atas de reunião de Câmara Municipal e do STR; relatórios de atividades, de encontros e de seminários, projetos, correspondências, ofícios, abaixo-assinados, produções artísticas (poemas, músicas, paródias, contos, versos) encontrados nos acervos documentais das duas ONGs.

14 Luísa Marques dos Santos (Dona Mocinha). Professora e agricultora aposentada. Entrevista concedida à autora, em 20 de dezembro de 2013.

chapas de oposição em várias cidades para as eleições sindicais, visto que a maioria dos presidentes estava no posto desde a fundação dos sindicatos, na maioria das vezes, sem haver pessoas e articulações que fizessem oposição.

Ainda na fala de Dona Mocinha há referência à firme posição do presidente sobre a participação feminina na instituição, demonstrando o quanto os STRs estavam marcados por uma cultura machista e patriarcal, em que só quem tinha direito eram os homens e que, por isso, só eles tinham acesso aos benefícios e à máximo, ou diríamos total, participação política.

Aí fomos para Cuité. O caba de Cuité, Expedito, que era o presidente do Sindicato de Cuité, era uma pessoa muito esclarecida sobre o sindicato, sabe?! Lá ele deu muita explicação à gente. (...) Aí ele disse: “A senhora arrume um bando de mulher e entre à força que é seu direito”. Aí no outro dia, quando eu cheguei em casa, não soube fazer nada. Eu disse a José [esposo]: “Vou lá no mundo atrás de mulher pra nós”. Aí me mandei no meio do mundo. Lá na Espera, que era um vizinho. Lá pro Tamanduá. Aí saía de noite mais José, nós ia fazer reunião lá no Tamanduá pra arrumar gente pra o sindicato. Eu sei que com muita dificuldade eu arrumei 15 mulheres. Aí amanheceu o dia de segunda-feira, eu digo: “nós hoje vamos ao sindicato”¹⁵.

No depoimento da agricultora fica clara a não conformidade por parte das mulheres com as condições impostas pelo presidente, indo buscar nas cidades vizinhas informações e conhecimentos necessários para autorizar suas exigências. Além disso, é importante frisar que essas mulheres não só queriam participar da vida sindical, mas desejava algo em troca, a aposentadoria.

Quando ela diz “Aí no outro dia, quando eu cheguei em casa, não soube fazer nada”, percebe-se que, encarar lutas como essa, mexiam não só com o cotidiano dessas mulheres, mas também com a esfera emocional, demonstrando preocupação e receio sobre o que estava enfrentando e promovendo. O cenário marcado pelo poder masculino, onde nenhuma mulher havia adentrado ou questionado, acarretou possíveis sentimentos de insegurança e medo, todavia, não a fez desistir, unindo-se com suas companheiras, formando um grupo de mulheres do campo para ir até o STR e exigir participação.

Ainda sobre a fala, podemos afirmar que é emblemática porque Dona Mocinha descreve sobre suas visitas às comunidades chamando as mulheres para juntas exigirem participação, saindo à noite com seu esposo para informar as agricultoras de que elas também tinham direitos aos benefícios sindicais e das necessidades de haver uma mudança de gestão no sindicato. Indo de casa em casa, Dona Mocinha reuniu 15 mulheres que apoiaram os encontros e passavam as informações aprendidas aos seus pais, tios, sobrinhos, primos e amigos de comunidade, gerando uma circulação de saberes e conhecimentos importantes na formação de uma mentalidade propícia ao engajamento social, especialmente no campo.

Em meados dos anos de 1980, quando o Brasil passava pelo processo de redemocratização, em que as instituições desempenhavam um papel importante na reorganização do espaço social, chegam às regiões do Seridó e Curimataú paraibanos, a partir dos Encontros Zonais¹⁶, as chamadas “Comunidades de Formação”, redes organizadas pela sociedade civil para a divulgação sobre os direitos e deveres do trabalhador rural. Um movimento que teve apoio especialmente da Igreja Católica, ligada na época aos projetos e atividades sociais de maneira geral, dando ênfase aos problemas do campo.

15 Luísa Marques dos Santos (Dona Mocinha).

16 Os Encontros Zonais são eventos, reuniões, promovidas pela Igreja Católica em parceria com os beneficiários dos Sindicatos Rurais, delimitados por um número “x” de paróquias, em sua maioria, sendo cidades vizinhas, com o objetivo de discutir tanto questões religiosas como políticas.

O chamado novo sindicalismo surge no Brasil por volta da década de 1970, sendo considerado a terceira fase dos movimentos sindicais no país. Ele retoma depois de um período de desgaste durante a ditadura civil-militar, ganhando fôlego em meados da referida década. Em agosto de 1983, os trabalhadores e sindicalistas criam a Central Única dos Trabalhadores (CUT)¹⁷, a maior e mais importante central de atendimento às necessidades sindicais, a qual se fixou por todo país, inclusive na Paraíba, em 1984 (NUNES, 1998/1999).

Ainda de acordo com Nunes (1998/1999), na Paraíba, as oposições sindicais já aconteciam desde a década de 1970 com o apoio da Igreja Católica e entidades que se formaram até a década de 1980. Quando a CUT é fundada neste Estado, as articulações entre movimentos populares e sindicais se tornam mais ativas, influenciando diretamente nas atuações sociais dos municípios, como percebe-se nos documentos e falas analisadas.

O arquivo pessoal de dona Mocinha, cadernos de rascunhos, como ela costuma chamar, é um exemplo disso, pois se coloca como fonte importante para esta pesquisa, uma vez que, no que se refere ao movimento sindical dessa época, os documentos são quase inexistentes. Nesse acervo, encontram-se produções artísticas como resumos em forma de músicas ou poemas dos encontros em que ela participava, das cidades que visitava em busca de reuniões, das pessoas que conheceu nesse processo. Documentos produzidos por ela, agricultora e militante sindical, por isso tão peculiar.

Em meio aos cadernos de dona Mocinha, já amarelados pela ação do tempo, deparamo-nos com resumos que iam desde sua atuação como professora e agente pastoral, aos Encontros de Pastorais Rurais que aconteciam nas cidades vizinhas. Por meio da Igreja Católica, atuante frente às necessidades sociais mais básicas, as cidades circunvizinhas dialogavam, trocavam ideias, compartilhavam necessidades e carências.

Nos cadernos analisados, o primeiro evento a que dona Mocinha faz referência é o Encontro da Pastoral Rural que aconteceu na cidade de Picuí, em 14 de junho de 1986. De acordo com a fonte, as discussões estavam em torno do que seria a Pastoral Rural e sua importância para a vida do homem do campo, sinalizando serem os primeiros passos para a formação dos Encontros da Pastoral Rural na região. Ainda nesse documento, ela procura fazer uma avaliação sobre o evento, enfatizando os pontos positivos e sua influência na formação de um pensamento crítico e coletivo por parte dos agricultores: “Foi uma alerta para nós trabalhadores. Participação de todos. Houve experiência e troca de ideias. Mais entrosamento com os grupos.”. Em seguida, ela cita os negativos: “Falta dos membros. Atraso de alguns membros. Pouco tempo.”. (Acervo particular de dona Mocinha).

Fica claro que o papel da Igreja Católica nesse momento é fundamental por proporcionar aos encontros várias experiências sociais, a partir dos grupos, encontros e das pastorais, dando amplitude às carências e fragilidades compartilhadas não só por um ou dois grupos, mas por vários que ali estavam estabelecidos. Cidades que, por meio do trabalho religioso, passaram a dialogar e criar redes de mobilizações sociais, fortalecendo as lutas e o engajamento político.

Embora caracterizados como encontros religiosos, o trabalho de conscientização sindical e política que vinha sendo realizado pelas pastorais desde o ano anterior, 1986, propiciou a formação

17 De acordo com Nunes (1998/1999), o sindicalismo *cutista* surge a partir do período chamado de “Novo sindicalismo no Brasil”, que surge em meados da década de 1970, período em que os sindicatos brasileiros não tinham mais nenhuma representatividade. As campanhas iniciadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista fortaleceram as manifestações operárias, impulsionando uma alavancada da classe trabalhadora. Blocos de sindicalistas autônomos e independentes entraram em conflito com o Ministério do Trabalho, gerando tensão e o início de várias greves. Várias conferências de trabalhadores foram organizadas para unificar os vários sindicatos, inclusive os chamados “pelegos”, criando em 1982 a Central Única dos Trabalhadores.

de uma mentalidade tendente a buscar melhorias em seus lugares de vivência, demarcando caminhos possíveis de transformação social.

Portanto, o papel feminino delimita, não só pelo engajamento direto em um campo marcado por líderes machistas e patriarcais, mas também pelas suas expressões artísticas, seus olhares sensíveis às causas sociais e do campo, uma característica peculiar das expressões artísticas dessa época e dos movimentos que se desenharam na Paraíba nesse período. Mulheres que, por meio de suas falas e escritas populares, invadiam o pensamento social com o intuito de transformar uma cultura de medo e acomodação frente à situação de miséria e precariedade dos direitos cidadãos. Estratégias¹⁸ desenvolvidas para que suas mensagens em forma de versos fossem mais facilmente assimiladas pela população.

A fé atrelada ao olhar sensível e dedicado das mulheres, somado a uma vontade de mudanças sociais, fez das experiências religiosas, educativas e sindicais nas regiões do Seridó e Curimataú paraibanos terrenos propícios à atuação social, onde a cultura, a fé e o saber se tornaram armas fundamentais na formação de uma mentalidade questionadora, capaz de transformar as sociedades e fundar instituições.

18 Entende-se por *estratégia* a ação realizada a partir de um lugar próprio, já estabelecido que, segundo Michel de Certeau (2008), seria algo um “cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado” (p. 99), com objetivos já moldados antes mesmo de serem postos em prática. Estratégia tem lugar, hora e alvos marcados, ela impõe e demarca, limita e determina.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

BARROS, José d'Assunção. "História social e retorno do político". In: SCHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito; MATOS, Júlia Silveira. Campos da política: discursos e práticas. São Paulo: LP-Books, 2012, pp. 10-47.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. – 19ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CATÃO, Francisco A.C. O que é teologia da libertação. São Paulo : Nova Cultural : Brasiliense, 1986.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. 15. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

CHAUÍ, Marilena. NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. Lua Nova, São Paulo, 71 : 173-228, 2007.

GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FALCON, Francisco. "História e poder". In: CARDOSO, Ciro Flamarion (Org). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89.

KINZO, MariaD'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. São Paulo em Perspectiva (versão online). Vol.15, nº.4. Oct./Dec. 2001.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. O surgimento de uma nova força social: o sindicalismo cutista. Revista Saeculum, nº 4/5 – jan./dez. 1998-1999, pp. 287-308.

RÉMOND, René. "Uma história presente". In RÉMOND, René. Por uma História Política. Tradução Dora Rocha. 2 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 13-36.

POR UMA “REVOLUÇÃO DE CORPO INTEIRO”: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBT NA PARAÍBA (1980 – 2000)

Luiz Gervázio Lopes Junior¹

“Calma é uma coisa que não tenho,
o que tenho é a pressa de viver,
de poder ser exatamente como sou [...]”
(Pedro Bomba, 2014)

Este artigo é fruto da pesquisa feita para o meu Trabalho de Término de Curso (TCC) defendido em 2020 no Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba sob o título “As gay, as bi, as trans e as sapatão estão todas organizadas para fazer revolução”: uma revisão bibliográfica da emergência do movimento LGBT no Brasil e na Paraíba (1980-2000)”. Nesse sentido, este artigo, em versão reduzida e enxuta do TCC, pretende ter efeito multiplicador, de modo que a partir dele surjam novas discussões fomentando a produção de uma Historiografia LGBT paraibana.

A aparente aceitação de corpos dissidente e abjetos no Brasil corroboram com a falsa ideia de democracia sexual (GREEN, 2019), vão a baixo com o elevado número de ataques de ódio. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB)², primeiro grupo organizado a sistematizar e produzir relatórios anuais sobre os ataques LGBT³ no país, 329 LGBT³s tiveram mortes violentas no Brasil, sendo 297 homicídios e 32 suicídios apenas no ano de 2019. O golpe machista e misógino impetrado pelas elites e a mídia contra a presidenta eleita Dilma Rousseff em 2016 é um marco no aprofundamento e na legitimação do pensamento ultra neoliberal e conservador. A ascensão das bancadas da bala, do boi e da bíblia (chamada Bancada BBB) possibilitou que, nas eleições de 2018, fosse eleito o Congresso mais conservador dos últimos 40 anos, indo de refluxo à crescente onda por Direitos Humanos nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) desde o início da virada do século⁴.

Mesmo tendo dado bons passos com a *despatologização* da homossexualidade, a união estável entre casais do mesmo sexo, retificação do nome sem o extenso processo do protocolo *transexualizador* e mais recente ainda a criminalização da *LGBTfobia* como crime de racismo e a exclusão do grupo de risco que impedia que nós LGBT³s doássemos sangue, enfim, novos sujeitos políticos organizados, novas pautas, novas demandas, novas identidades. Se nas décadas de 80/90 falava-se em “cidadania”, nos anos FHC e Lula viraram setores “vulneráveis ou excluídas”. (GOHN 2012). Ainda nesses 42 anos de história, do que hoje chamamos de Movimento LGBT, é ainda de extrema pertinência a luta por afirmação, por direitos e por visibilidade haja vista que o Brasil ainda é o país que mais mata pessoas

1 Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba, mestrando em História na linha História Cultural das Práticas Educativas no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG).

2 Mais antiga associação de defesa dos direitos de homossexuais do Brasil ainda em atuação. Fundada em 1980. Site institucional: <https://grupogaydabahia.com.br/>

3 Utilizo-me aqui da sigla LGBT como um termo guarda-chuva para designar as dissidências sexuais e de gênero, podendo ser representado por LGBTQIA+ ou pelo deslocamento de qualquer dessas siglas. Utilizarei também de Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) em alusão a historicidade do movimento.

4 O Congresso mais conservador dos últimos quarenta anos. Le Monde Brasil diplomatique. 05 de nov. de 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/>

LGBT's no mundo, segundo relatório do GGB em 2019 a cada 26 horas um LGBT foi assassinado/assassinada ou cometeu suicídio⁵.

Para pensar sobre tais sujeitos e novos movimentos de contestação e resistência, Michel Foucault proporciona uma lente teórica para esta análise, pois projetou luz sobre campos até então ignorados e marginalizados pela historiografia além de expor a sofisticação nas formas de dominação e do exercício da violência (RAGO, 1995).

O acesso às fontes, fundamental para a pesquisa historiográfica, sobretudo por meio aos arquivos dos grupos organizados na Paraíba foram desenhando a inviabilidade momentânea da pesquisa nos moldes ao qual planejei. As perdas intencionais de fontes por meio dos militares, a difícil “documentação sistemática da violência (que tentou apagar seus próprios rastros) quanto pela ausência de denúncias (em virtude da auto culpabilização tão recorrente)” (GREEN, QUINALHA, 2015.p. 110). Por fim, mas não menos que antes, opto, aqui, por uma revisão bibliográfica pois busco contribuir com a possibilidade concreta para explorar (des)caminhos, interlocuções e articulações nesses 40 anos de existência do Movimento LGBT paraibano organizado.

Não irei me ater às disputas internas (ora no ativismo do próprio movimento, ora na academia) contemporâneas e conceituais entre o que se pode considerar sendo o Movimento LGBT e o Ativismo Queer⁶, sobretudo por que “é possível notar, portanto, que o Movimento LGBT, assim como os estudos de gênero e sexualidade, se constituem como arenas em disputa de sentidos, projetos, práticas e aspirações sociais” (PEREIRA, 2017, p. 121). Contudo não hei de relegar as tensões e (des)afetos internos e externos ao movimento.

Corpos “queer”izados: do alheamento à organização

Para Michel Foucault a sexualidade é um dispositivo que funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder (FOUCAULT, 1988). Como apontou a confissão foi importante mecanismo na instituição das *Scientia Sexuali*. A medicina, a psiquiatria, a escola, o direito, a economia produziram, controlaram e ditaram historicamente os moldes das sexualidades e identidades de gênero dissidentes. De sodomitas a marginais, doentes, o “*desvio da norma, seu destino só poderia ser o segredo ou a segregação - um lugar incômodo para permanecer*” (LOURO, 2001, p. 542).

Os movimentos feministas pavimentaram caminhos epistêmicos possíveis para a compreensão do (conceito do) “gênero” como a historiadora Joan Scott ao desenvolver o “gênero” como uma categoria de análise histórica, ou seja, determinada em seu tempo histórico e não “essencializadas” biologizantes (SCOTT, 1989). A filósofa Judith Butler em Problemas de Gênero também corrobora para o embate ao essencialismo no “ser mulher” a partir da distinção sexo/gênero/desejo. Para a filósofa “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja

5 Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

6 Em síntese, Colling (2015) delinea, a partir experiências de ativistas do Chile, Argentina, Espanha e Portugal características atribuídas ao Movimento LGBT e ao Ativismo Queer, como: (1) a diferença nas performances em atos públicos, (2) no modelo orgânico das organizações e nas (3) táticas políticas. Um exemplo é a crítica do ativismo queer à defesa do casamento de pessoas do mesmo sexo feita pelo movimento LGBT, bem como o reforço das identidades.

tão culturalmente construído quanto o gênero” (BUTLER, 2019 p. 27), ou seja, não apenas o gênero é construto cultural/social, mas a própria designação do feminino/masculino a partir do sexo é também consequência dessa construção, além disso, a filósofa ressalva o perigo de cairmos em determinismo biológicos e também culturais na construção desses sujeitos.

O atual mito fundador do movimento LGBT no mundo aponta para o 28 de junho de 1968 em Nova York, no Stonewall *Inn*, como afirma o historiador *brasilianista* James Green no artigo Nem todos os caminhos levam a Nova York, exatamente para sacudirmos e estranharmos dadas lembranças e esquecimentos. Em 13 dezembro 1968 o Brasil passa por um processo ainda mais duro da ditadura cívico-militar. Em doze artigos o Ato Institucional número 5 (AI-5) suprimiu direitos políticos, decretou recesso ao congresso, perseguiu e torturou adversários, aumentou a censura, o fim do habeas corpus, dentre outros. O que não quer dizer que antes do AI-5 não houvesse perseguição, haja vista que desde o AI-1 em 09 de abril de 1964 há documentos e relatos de supressão de direitos e perseguições. Contudo, o fechamento e endurecimento da ditadura no país, segundo Green, “silenciou um movimento que provavelmente teria eclodido na cena pública se as medidas repressivas não estivessem em vigor” (GREEN, 2019). O historiador ainda aponta que a abertura gradual do final dos anos de 1970 possibilitou novas formas de organizações como o Movimento Negro Unificado, o movimento feminista e o movimento pelos direitos de lésbicas e gays. (GREEN, 2019).

O medo e pessimismo assolaram o Brasil da década de 1960. Artistas símbolos da resistência aos padrões da ditadura hétero-militar como Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque, que performavam entre as fronteiras do gênero, partiram para o exílio. A vitória do Brasil na Copa do Mundo do México em 1970 aprofundou a onda de nacionalismo. Época do slogan “Brasil ame-o ou deixe-o” de inspiração norte americana. O país estava vivendo o milagre econômico (1968- 1973), nesse período as taxas de crescimento anuais chegaram a 11%. Comércio com o Japão, fábricas, créditos com os Estados Unidos. Porém, o padrão de vida da classe trabalhadora caiu no período, tornando o terreno da mobilidade social ainda mais pantanoso. O controle aos sindicatos e associações de classe também impediam ações organizadas desses trabalhadores. Esse cenário parecia dar base de sustentação à ditadura militar pois possibilitou a ascensão e maior poder de consumo às classes médias e altas do país, as principais apoiadoras do golpe, ao passo que precarizava ainda mais a vida dos trabalhadores das classes mais abastadas.

Por outro lado, o aumento do preço dos combustíveis em 1973 “em razão do embargo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a OPEP” (GREEN, 2019, p. 403). Seguido do aumento da dívida externa, momento em que a inflação chegou a níveis exorbitantes. Os setores das classes médias agora se juntam às classes mais abastadas votando no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) único partido de oposição legal à ditadura no bipartidarismo das eleições de 1974. Esse contexto pós guerrilhas armadas, atos estudantis e greves de trabalhadores extremamente repressivos e fim do apoio das classes médias ao governo ditatorial montam o cenário necessário para que o então presidente Ernesto Geisel (1974-1975) seja pressionado a montar o planejamento de uma abertura “lenta, gradual e segura”.

Apesar da repressão, movimentos sociais vêm à tona reivindicando democracia, melhores direitos aos trabalhadores rurais e urbanos, a ala progressista da igreja católica volta para a legalidade. Parte do controle de grandes sindicatos voltam para as mãos dos trabalhadores. O Ano Internacional da Mulher, em 1975, após a conferência do México das Nações Unidas, também alimentou internacionalmente nas mulheres a busca por espaços de oportunidade que “se uniram em organizações comunitárias de base

para exigir melhoria dos serviços urbanos e condições para cuidar dos filhos” (GREEN, 2019, p. 404). Em 1976 fundado o primeiro jornal autoproclamado feminista do país, o Nós Mulheres⁷. A partir 1978 o desafio frente à rigidez dos papéis de gênero, ao patriarcado e políticas a partir de questões de gênero desencadeou em questões também levantadas pelo incipiente movimento gay.

O historiador brasileiro James Green aponta que apesar de parecer uma contradição a abertura de bares, saunas e demais espaços de *homossociabilidade* na subcultura homossexual, “alguns historiadores argumentam que o regime, na verdade, tinha um objetivo político claro ao manter a esfera pública relativamente livre e aberta, contanto que estivesse destituída de atividades críticas à ditadura” (GREEN, 2019, p. 408 - 409).

O “milagre econômico” também possibilitou outras tensões, causas e ações dentro da subcultura homossexual, sobretudo nos grandes centros urbanos. Green aponta que após 1972 houve aumento no número de espaços de *homossociabilidade*, casas de show, boates voltadas para o público de classe média e alta das grandes cidades, visto o maior poder de consumo como consequência do plano econômico da ditadura e o maior investimento de empresários que tirara vantagem dessas condições. Esses espaços eram ponto de convergência da subcultura homossexual internacional, “contribuíam para um nível de coesão entre homossexuais de diferentes origens” (GREEN, 2019, p. 410).

A partir dos anos 1970 em consequência das desigualdades causadas pelo “milagre econômico”, pôde se perceber um aumento de pessoas de classe média e alta que podiam pagar por sexo e, por outro lado, devido ao aprofundamento da pobreza e excluídas dos benefícios ofertados pelo milagre econômico, pessoas pobres se prostituindo ou colocando seus próprios corpos como ferramenta de trabalho, reflexo da mercantilização do sexo na sociedade brasileira. Os atravessamentos aqui possíveis também expõem os corpos travestis à estrutura *cisheteronormativa* e a competitividade do capitalismo e das relações de trabalho, “ingerir ou injetar hormônios para desenvolver os seios” (GREEN, 2019, p. 413), os glúteos, os cabelos, as roupas. O gesto de adaptar seu próprio corpo para imitar uma performance de gênero validada no escopo do “ser mulher”. O crescimento foi tal que na década de 1970 importamos travestis para a Europa (GREEN, 2019).

Durante o período de abertura “lenta, gradual e segura” o Brasil fervilhava de atos políticos estudantis e de trabalhadores, informações de outros países começam a ganhar mais força nos jornais nacionais (apesar do controle da ditadura com a Lei de Imprensa). No início do ano de 1976 começara a ser publicado no jornal Última Hora a Coluna do Meio, o então jornalista Celso Curi comentava sobre personalidades da subcultura gay nacional e internacional e sobre bares e clubes na cidade de São Paulo.

Esses elementos são determinantes para compreender a conjuntura histórica que possibilitou a emergência de organizações homossexuais no Brasil⁸. Um ponto de inflexão fundamental na leitura do movimento homossexual no Brasil e que aparece como pontapé das profundas mudanças na estrutura teórica, metodológica e orgânica não só do Somos, mas de todo o incipiente Movimento Homossexual Brasileiro, são as discussões ocorridas em 6 de fevereiro de 1979 no evento “Minorias” brasileiras - mulheres, negros, índios e homossexuais promovido pelo Centro Acadêmico (CA) do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). Ali evidenciou ainda mais as contradições existentes entre

7 Formado por ex-militantes do movimento estudantil de São Paulo. Estando em circulação de 1976 a 1978.

8 Para efeito de explicação convencionamos a utilizar na História do Movimento LGBT brasileiro apenas os marcos de organizações políticas a partir de 1978, sem me ater as organizações de fã clubes de divas da música que começam a existir no Brasil desde o início do século XX.

movimento homossexual e as esquerdas (GREEN, 2012). “Os estudantes gays se queixavam de que a esquerda brasileira era homofóbica” (GREEN, 2019, p. 443). As mesmas questões que aparecera na tentativa de organização em 1976 continuava a pairar sobre as organizações e grupos ativistas que emergiram, nas diferentes territorialidades do país.

O aprofundamento da polarização que aparecera desde a tentativa de organização em 1976 havia ruído o grupo por dentro. Parte “liderada” por Trevisan se intitulava autonomista e não queria articulação com a esquerda homofóbica e machista à época. Outra parte, “liderada” por James Green, também militante da *Facção Gay da Convergência Socialista*⁹ viam a saída da ditadura e do regime autoritário no alinhamento e conciliação com as esquerdas.

Essa polarização existiu em certa medida pela falta uma teoria que oferecesse aos militantes uma leitura das inúmeras categorias de análise possíveis ou mesmo uma leitura interseccional¹⁰ que compreendesse a complexidade e pontos de atravessamento das identidades (GREN, 2018). Esses tensionamentos culminaram no ato do dia do trabalhador de 1980 e resultam no racha do Somos com a saída do grupo de tendências autonomistas do João Silvério Trevisan fundando o Outra Coisa (que não consegue manter vida orgânica) e na saída das lésbicas, que formavam o Grupo de Apoio Lésbico Feminista (LF) dentro do Somos, e aproveitaram o ensejo para formar o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF).

O GALF fez duras críticas ao feminismo hegemônico da época chamando de *heterofeminismo*, por serem porta-voz de práticas *heterocentradas* e excludentes das dissidências sexuais causadas pelo heterossexismo e pela heterossexualidade compulsória, tão denunciada pelas lésbicas do GALF. “O GALF deixou de existir em 1989. [...] Suas lutas e resistências foram contra as ordens estabelecidas de exclusão, violências e discriminação, que atingem as lésbicas de uma maneira distinta das experiências de outras mulheres. (FERNANDES, 2018, p 102).

Os ruídos do grupo Somos de São Paulo e o crescente tensionamento entre o recente Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e as esquerdas revolucionárias se refletiram nos diversos grupos organizados no país, especialmente analisado aqui no Estado da Paraíba, mas não diminuiu a importância e a referência política do Somos, pioneiro em organizar homossexuais no Brasil e sinalizava novos ares de reivindicações possíveis de corpos esquecidos.

A dissertação de mestrado em Design de Bruno Santana intitulada Nós Também: A História da militância através da memória gráfica defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e depois publicada em 2020, é sensível, bonita e necessária. Nela, Bruno faz o trabalho inédito de pesquisar e escrever sobre o Nós Também, primeiro grupo LGBT da Paraíba, de rememorar e trazer à tona experiências organizativas de sujeitos e sujeitas esquecidas da memória paraibana. Este trabalho foi fundamental para novos olhares e percepções acerca da emergência do movimento LGBT no estado da Paraíba e dos intercâmbios de saberes, práticas e sensibilidades possíveis a partir dos diversos grupos articulados no país e na Paraíba.

Em julho de 1981 ocorreu, em Salvador capital da Bahia, o 33º encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Os encontros eram conhecidos por fomentarem discussões

9 A Facção Gay da Convergência Socialista nasce do grupo revolucionário Convergência Socialista, de leitura trotskista, ao ver a possibilidade de confluir a disputa contra as opressões junto a esquerda. A convergência Socialista depois virou uma tendência interna do Partido dos Trabalhadores (PT) quando da institucionalização do partido e em 1993 saem do partido e se organizam como Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

10 A interseccionalidade surge no fim da década de 1960, nos Estados Unidos, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, teórica crítica das raças, ao se deparar com situações em que mulheres negras (sobretudo) eram excluídas dos direitos civis por não haver leituras que confluissem junto as marcações de seus corpos.

urgentes ao período. Uma caravana de estudantes e professores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) se mobilizou para participar. Uma das mesas do evento tratou de discutir sobre o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), grupos já conhecidos nacionalmente como o Grupo Gay da Bahia (GGB) estavam presentes.

O escasso número de pesquisas sobre o Movimento LGBT na Paraíba se reflete em algumas confusões quanto a datas, períodos históricos, situações e, conseqüentemente, nas análises que levam esses elementos em conta. No livro, Bruno afirma que o encontro da SBPC aconteceu em 1980, ou seja, alguns meses após a crise que dividiu o Grupo Somos de São Paulo, porém o encontro aconteceu em 1981/20, um ano após, o que inviabiliza inclusive a participação do Trevisan enquanto representante do Somos, visto que há mais de um ano ele teria saído e formado o Outra Coisa.

De todo modo, “ao final do debate, foi passada uma lista para que grupos interessados em articulações nacionais pusessem seus contatos” (SANTANA, 2020, p. 69), inspirados no Somos, os estudantes da UFPB criaram o Nós Também, dispuseram na lista telefone e endereço da república que moravam. A ação mostra a influência e referência que o Somos tinha em relação aos homossexuais no Brasil.

Na volta a João Pessoa, capital da Paraíba, sem referências de experiências organizativas homossexuais no Estado, mas com desejo de fazer acontecer decidem por reunir estudantes e professores “que tivessem uma postura assumidamente gay para decidir o que fazer dentro do grupo, e qual seria a proposta da militância. Eram acadêmicos de áreas como Artes, Psicologia e Comunicação (SANTANA, 2020, p. 69).

A proposta central era de criar um grupo que unisse militância e prazer, inédito no estado da Paraíba. Os encontros serviram como grupo de estudo, apoio mútuo e terapêutico e encontro da subcultura LGBT na UFPB. O perfil das pessoas organizadas foi fundamental para a atuação do grupo, “como a maior parte do grupo já trabalhava como artistas, ou amadores na Comunicação, resolveram que usariam das artes gráficas para propagar o discurso. E esse seria o grande diferencial para suas ações posteriores” (SANTANA, 2020, p. 69).

João Silvério Trevisan publicou sobre o grupo Nós Também em Devassos no Paraíso, o que corroborou para impulsionar a visibilidade do grupo, segundo Trevisan:

Organizado numa pacata e provinciana capital, o grupo se compunha de homens e mulheres ligadas à universidade, tanto alunos quanto professores. Sua combatividade e originalidade constituiu numa ação menos convencionalmente militante, mais voltada para a instigação cultural. Assim, por exemplo, seus componentes interferiram na paisagem urbana, criando outdoors provocadores, e na vida cultural local, com projeção de filmes, debates e panfletagem muito inteligente (TREVISAN, 2018, p. 342).

Se no Somos, as mulheres lésbicas entraram apenas um tempo após a fundação do grupo, o Nós Também já emerge como um grupo misto. Intencionalmente os debates aconteciam sem favoritismo pelo gênero. Mulheres lésbicas que eram marginalizadas nos grupos feministas e homossexuais eram bem recebidas no Nós Também. Havendo uma situação parecida com o ocorrido no Somos, segundo Bruno Santana, às lésbicas do Nós Também era garantido o direito de reuniões e encontros auto-organizados, sem a presença dos companheiros gays, por acharem que as pautas seriam privadas, particulares ou específicas e relativas ao ponto de intersecção entre feminismo e homossexualidade

(SANTANA, 2020).

O modelo orgânico proposto pela organização era horizontalizado, inclusive para impedir hierarquia das noções de gênero, as decisões eram coletivas, porém havia um:

“núcleo duro”, formado por sete membros (Lauro Nascimento, Gabriel Bechara, Germana Galvão, Sandra Albuquerque, José Augusto, “Lu”, e Henrique Magalhães) que estavam sempre presentes e respondiam pelo grupo. Algumas dezenas de membros eram flutuantes, mas todos também tinham voz ativa (SANTANA, 2020, p.71).

Os espaços de sociabilidade homossexual, a subcultura proporcionada pela emergência do grupo, dos movimentos sociais reorganizados e da cultura hippie podem também ter propiciado um certo nível de coesão entre esse grupo organizado na Paraíba com outras experiências. Por exemplo, o material produzido pelo Nós Também era, com frequência vendido numa feirinha hippie na orla de Tambaú, em João Pessoa:

Henrique Magalhães, um dos militantes, que já produzia tirinhas da sua personagem Maria, e as punha à venda nessa feirinha, cedeu espaço para que algumas produções do grupo também pudessem ser vendidas no ponto, como os postais e os livros. Esses materiais eram não somente vendidos, como trocados, ou mesmo distribuídos. (SANTANA, 2020, p.71).

O material ao passo que afirmava a homossexualidade como identidade, dialogava com o restante da sociedade pessoense, visto o contexto extremamente conservador e ainda em período ditatorial. Em parte, os materiais eram inspirados no Lampião da Esquina, apesar de abordagens próprias do Nós Também. Por outro lado, a conjuntura histórica de abertura da ditadura e emergência de movimentos sociais e rearticulação do movimento estudantil e sindical trazia à ordem do dia pautas de liberdade sobre esses corpos marginalizados.

Contudo a resistência das esquerdas quanto a perceber o potencial revolucionário das pautas tidas como “identitárias” à época “pequeno burguesas” também deu a linha nas discussões políticas no Estado da Paraíba. Romper com o modo *heterossexista* que fora aprofundado pela masculinidade revolucionária nas lutas armadas era fundamental.

Partindo dessa problemática relação com a esquerda conservadora e com a masculinidade revolucionária, o Nós Também decidiu pela criação de um grupo interno chamado Ação de Libertação Homossexual (ALH). Este teria a tarefa de romper com os muros da universidade, dialogar com os bairros, a sociedade em geral e enfrentar e se articular com as esquerdas paraibanas.

Bruno Santana usa como argumento para a criação do subgrupo as críticas levantadas pelo Beira de Esquina, outro grupo LGBT, porém o Beira de Esquina veio a ser formado ao menos um ano após o fim do Nós Também. As críticas são também documentadas no artigo Levantar bandeira e dar pinta: inflexões etnográficas sobre o movimento LGBT em João Pessoa (1980-2002) e suas ressonâncias do antropólogo Thiago Oliveira, mas possivelmente foram feitas como afirmação da sua prática revolucionária visto que seu modelo de organização e linha teórica era mais próxima da leitura das esquerdas do que da linha autonomista e anarquista do Nós Também.

É nítido que o ataque ao Nós Também se utilizasse de seu lócus de atuação/emergência, além de sua centralidade de ação, ou seja, além de ser composto por estudantes universitários de classe média, o grupo atuava por direitos e afirmação da homossexualidade, em vários aspectos essa conjunção de

fatores imbrica para uma leitura que viesse a deslegitimar o Nós Também como um movimento burguês e, conseqüentemente, que dividia a luta pela “luta maior”, a revolução. “Eles [o Nós Também] eram taxados de pequeno-burgueses pelo movimento de esquerda, que tentava deslegitimar o discurso do grupo sob a acusação de que seus integrantes não seguiam à risca os dogmas da revolução proletária” (SANTANA, 2020, p. 77).

Em pleno dia da independência, 7 de setembro de 1981, houve o lançamento público do manifesto da ALH, durante evento no Teatro Lima Penante. “No documento chama a atenção do leitor passagens nas quais o grupo afirma não se ver isolado do processo revolucionário. Expressam a necessidade de uma revolução completa, ou de corpo inteiro” (SANTANA, 2020, p. 77). Criticam a leitura das esquerdas que categoriza e hierarquiza subjugando a sexualidade à classe e à revolução. A tempo, ainda acusam a esquerda de marginalizá-los na revolução, taxando-os de “pequeno burgueses” e de planejarem a extinção do Nós Também. Por fim de colocam em apoio a indígenas, mulheres, negros e ambientalistas, prática parecida com que observamos com o jornal Lampião da Esquina. Em 1º de outubro do mesmo ano, menos de um mês depois, o manifesto foi lido em praça pública em João Pessoa e os membros entregaram o texto impresso a pessoas que passavam.

O fim do grupo foi gradativo, sobretudo após a saída progressiva dos que compunham o núcleo central. Seja por privilegiar a vida acadêmica ou pessoal, a indisponibilidade foi acabando o movimento. Sua última atividade foi o média- metragem Baltazar da Lomba (1982) que conta a história do primeiro índio gay do Brasil.

Em 1984 surge o Beira de Esquina, grupo organizado com atuação teórica próxima da leitura marxista, das ligas camponesas e da teologia da libertação. O grupo era composto por estudantes da UFPB ligados a centros acadêmicos e líderes comunitários e membros de movimentos sociais como Sem Terra e pastorais da igreja. “O nome do grupo é indício de suas inclinações políticas” (OLIVEIRA, 2017, p. 333). O grupo fazia duras críticas ao academicismo “burguês” do Nós Também, estava voltado às comunidades de base organizando homossexuais não só universitários. Dentre os militantes organizados no movimento estava Luciano Bezerra que, posteriormente, idealizou e fundou com outros companheiros o Movimento do Espírito Lilás (MEL). A atuação do Beira de Esquina estava mais voltada a travestis, transexuais e pessoas que trabalhavam na prostituição. Veio a acabar em 1988 pois o nome “já não cabia mais ao grupo, que ainda que tivessem sua atuação centrada na temática da opressão sexual e da violência contra homossexuais, agora se organizava sob um novo formato” (OLIVEIRA, 2017, p. 334).

O MEL foi fundado em 1992 com “o objetivo de ser um movimento de emancipação homossexual” (OLIVEIRA, 2017, p.334). Buscou trazer demandas do seu anterior, o Beira de Esquina, articulando com os territórios de atuação. Alguns nomes como Breno Correia, Fernando Peixe, Valmir Ferreira (Ferreirinha), Mazureik Moraes e o próprio Luciano Vieira Mendonça estavam envolvidos na época.

O grupo se dividiu em duas grandes frentes de atuação de acordo pelos territórios: (1) a universidade vinculada com os Centros Acadêmicos e como Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPB e (2) as comunidades de base com projetos de intervenção e formação junto a associações de moradores e grupos de homossexuais no sentido de promover sensibilização e esclarecimento tanto dos homossexuais quanto de suas famílias contra a AIDS (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida).

Dentre as ações voltadas a AIDS estão os projetos financiados pelo Ministério da Saúde de 1990 a 2000. Trevisan, na 6ª e última edição de Devassos no Paraíso, publica um novo capítulo intitulado “O

vírus é nosso amigo” mostrando como o vírus profissionalizou, institucionalizou e deu visibilidade ao movimento.

O MEL possuiu atividades diversas, tiveram grande projeção e força política no Estado da Paraíba. Porém, assim como os outros grupos, alguns ruídos foram inevitáveis. Dois anos após sua fundação, em 1994, Breno Correia, um dos seus fundadores sai do grupo após a entrada de um outro homossexual que ele acusou de ser “*homófoba*” e preconceituoso. Em 28 de junho de 1994, dia internacional de orgulho gay, ele funda a Ação para a Liberdade Lilás (ALL). Após sua saída o MEL foca sua atenção às comunidades de base.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contar a história do movimento LGBT na Paraíba nos permite que o movimento LGBT seja percebido em suas continuidades e descontinuidades no tempo, não como espasmos espaçados e soltos. Nos permite analisar e enxergar estratégias, táticas, agenciamentos, aproximações e afastamentos próprios do movimento e da subcultura LGBT paraibana.

A tempo, pesquisar e escrever sobre o movimento LGBT inicialmente me causou um “não lugar”, várias inquietações e um misto de sensações único. Apenas o processo de estudo aprofundado me ajudou a compreender o que eu sentia, pois tinha vivido o reflexo dessa exclusão histórica de LGBT’s na esquerda brasileira e paraibana, da inexistência de debates e leituras de conjuntura que levasse em consideração nossas existências, para além da leitura preconceituosa de que as pautas tidas como “identitárias” são apenas cortina de fumaça.

Esta pesquisa de revisão bibliográfica foi possível por causa de pessoas LGBT’s que se desafiaram a se organizar, a enfrentar a Ditadura Cívico-militar e as estruturas *cisheterossexistas* da esquerda (sobretudo revolucionária) e do (hetero)feminismo. Além disto as pesquisas aqui utilizadas corroboram para uma leitura de si mesmo enquanto sujeitos e sujeitas políticas, visto que as autoras e os autores utilizados são, em sua maioria pertencentes as dissidências sexuais e de gênero. Não somos mais apenas objeto e objetivo de análise, somos os próprios pesquisadores e pesquisadoras escrevendo nossa história. O desejo de ser quem se é, de expressar o que se sente e por quem se sente, os amores e desamores que provocaram aproximações e distanciamentos são elementos constitutivos da vida e possuem historicidade como apontou Michel Foucault (2020). A História que sempre privilegiou os “grandes marcos” e “grandes homens” precisa ser criticada a partir de ferramentas e métodos que possibilitem análises de múltiplas categorias permitindo que a própria crítica não seja também reflexo do processo histórico de exclusão. Em meio ao contexto de Ditadura e redemocratização privilegiar histórias de protagonistas sujeitas LGBT’s é contar histórias de resistências, articulações, elaborações de corpos potentes.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, Ago. 2011
- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COLLING, Leandro. Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo Queer. – Salvador: EDUFBA, 2015.
- FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 10ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- GREEN, James N. Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX; traduzido por Cristina Fino, Cássio Arantes Leite. – 2. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.
- GREEN, James N. Nem todos os caminhos levam a Nova York. *Cult*, 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/stonewall-america-latina/>. Acesso em: 28/10/2020.
- GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). Contribuição sobre o tema ditadura e homossexualidades para o relatório final da comissão nacional da verdade e parceiras. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca por verdade*. São Paulo: EDUFSCar, 2018.
- GREEN, James N. “QUEM É O MACHO QUE QUER ME MATAR?”: homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 E 1970. 2012
- GREEN, James N. *Revolucionário e Gay: a extraordinária vida de Herbert Daniel - Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*; tradução Marília Sette Câmara. - 1ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- LOURO, Guacira L. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. *Revista estudos feministas*. Ano 9. 2001.
- MCRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “abertura”. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.
- OLIVEIRA, José M. D. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da

Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

OLIVEIRA, Thiago de Lima. Variações entre masculino e feminino: acervo e narrativas do movimento LGBT na Paraíba. Relatório Final de Pesquisa. João Pessoa: 2012.

Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Relatório final / Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hétero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). História do movimento LGBT no Brasil. 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.

TREVISAN, João S. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. – 4ª ed. Ver., atual. Eamp. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TREVISAN, João S. Somos o que mesmo? In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). História do movimento LGBT no Brasil. 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.

SANTANA, Bruno Leonardo de Andrade. Cultura material e ativismo: o Design Gráfico como ferramenta de militância do grupo Nós Também. 1. ed. – João Pessoa: Marca de Fantasia, 2020.

SCOTTI, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Traduzido por Guacira Lopes Louro, versão em francês. Rev. Tadeu da Silva versão inglês. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 15, n.2, 1990.

TERCEIRA PARTE

ENSINO DE HISTÓRIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS

O SABER HISTÓRICO E O ESPAÇO ESCOLAR: PERCURSOS DA MEMÓRIA NA CULTURA ESCOLAR NO COLÉGIO ALFREDO DANTAS ATRAVÉS DAS FOTOGRAFIAS (1968 - 1987)

Maria Letícia Costa Vieira¹

A alegria, o entusiasmo, a juventude, os ruídos e barulhos, a correria nas rampas do Colégio, o toque para o intervalo ou para entrar na sala de aula, a cor dos fardamentos, as festividades emblemáticas, são traços que se misturam em nossas memórias escolares, que permeiam nossas sensibilidades e nossa forma de ser e refletir o mundo, interpretando as sensibilidades como:

[...] uma forma de apreensão e de conhecimento do mundo para além do conhecimento científico, que não brota do racional ou das construções mentais mais elaboradas. Na verdade, poderia se dizer que a esfera das sensibilidades se situa em um espaço anterior a reflexão, na animalidade da experiência humana, brotada do corpo, como resposta ou reação em face da realidade. Como forma de ser e estar no mundo, a sensibilidade se traduz em sensações e emoções na reação quase imediata dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psíquicos, uma vez em contato com a realidade. (PESAVENTO, 2007, p. 10).

O estudo a partir da cultura escolar no Colégio Alfredo Dantas, situado na cidade de Campina Grande (Paraíba), iniciado ainda na pesquisa monográfica no âmbito da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), nos coloca em contato com um enredo construído a partir das práticas educativas e das sensibilidades de seus personagens, como destaca a citação acima, buscamos a tradução das sensações e emoções, utilizando as fotografias como fonte de pesquisa e análise. No presente artigo, pretendemos partir do olhar que nos permite interpretar a elaboração de uma Cultura Escolar, sensível, permeada por uma rede de sociabilidades influenciada pela Ditadura Militar (1964- 1985) e que provoca diferentes ações no meio educacional campinense.

Enquanto historiadores, cabe pensar como a relação entre memória e história se dá sempre em uma tensão constitutiva e produtiva, escrever a história da educação, a partir do trabalho sobre memória, impõe a tarefa do sentir o outro, a atenção com a linguagem por meio da qual o outro se faz presente no mundo e constrói significados para si e para o outro em tempos diversos. Entendendo que:

Historicizar a educação é colocar em reflexão comportamentos, sensibilidades, gestos e imaginação existentes em livros, jornais, revistas e diversas instituições de sociabilidade. A escola age e tem a pretensão de ser uma mediadora cultural, agência transmissora de saber e processos educacionais, mas também como uma espécie de conformadora de sensibilidades e de forma de ler e atuar no mundo em que vivemos. A cultura que perpassa os valores de uma sociedade acaba sendo um elemento seletivo e normativo que constitui a cultura escolar. (ANDRADE, 2014, p.38).

1 Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Graduanda em Filosofia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestranda pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCCG).

Levando em consideração essa cultura escolar, e o movimento de historicizar as práticas de memória e o espaço escolar do Colégio Alfredo Dantas, percebemos que desde sua fundação, em 1919, é possível interpretar o Colégio, pensando nos moldes da época, como meio ao qual a sociedade teria acesso a civilidade, que chegaria através dos discursos e das práticas educativas. Dessa forma, imprimimos um novo olhar sobre o Colégio Alfredo Dantas, ressaltando sua importância e o configurando como produtor, desde seu princípio, ditando como o cidadão deveria ser instruído, característica fortalecida na instituição durante a ditadura.

As manifestações educativas, as olimpíadas, feiras de ciências, e os desfiles cívicos, pertencem a um conjunto de apetrechos que formaram a cena da cultura escolar da instituição de ensino ao qual trabalhamos nesta pesquisa, dessa forma, tomamos como definição que:

A cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos (JULIA, 2001, p.1).

Por sua vez, o estudo com a memória escolar a partir das fotografias, nos permite compreender sua importância para interpretações das práticas culturais que agenciaram esses momentos registrados em cada época, tomando as fotografias como discursos, e “se a imagem é um discurso podemos pressupor que a literalidade da fotografia não é algo natural, mas cultural” (LIMA E CARVALHO, 2011, p. 43). E assim, ao constituir este estudo a partir das imagens e dos seus discursos, tomamos como referência o pensando que afirma Foucault (1996, p.15):

[...] a verdade [...] já não residia mais no que era o discurso, ou no que ele fazia, mas residia no que ele dizia: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação e sua referência.

O Colégio Alfredo Dantas faz parte da construção da identidade campinense, “era na educação dos sujeitos para a civilidade, para o trabalho, para higiene e para os bons costumes que Campina Grande se tornaria efetivamente moderna, diziam os discursos” (ANDRADE, 2014, p.60). Buscamos, dessa forma, problematizar esses discursos refletidos nas imagens, os efeitos e as influências ditatoriais no meio escolar da já referida instituição de ensino e entender como os sujeitos se identificaram e se sentiram representados por esse Colégio, a partir das experiências no contexto histórico vivido, como certifica Soares Jr. e Andrade (2019, p, 11), levando o movimento historiográfico através dos sentidos, pois:

[...] quem disse que a história não pode ser leve, sensível, sedutora? Vivemos, como historiadores, o desafio de seduzir, de ofertar o direito de imaginar, de manter as narrativas vivas, de ofertar a experiência, de atribuir sentido à vida. (SOARES JR. E ANDRADE, 2019, p. 11).

Dessa forma, com sua tradição geracional ao longo dos seus 102 anos (1919- 2021), o Colégio, pode ser lido a partir de outras miradas, permitindo pensar como a memória é parte constitutiva de uma instituição escolar que, por sua vez, se inventa e perdura no tempo e espaço ao mobilizar e agenciar diferentes elementos para dizer algo sobre si na forma de um conjunto de práticas educativas visando à formação de sujeitos articulados a valores e visões de mundo.

Para tanto, buscamos apresentar esses novos caminhos sobre o Colégio e suas práticas educativas, identificando e analisando fotografias que fazem parte da memória e da história dos seus personagens e da instituição, em momentos de festividades cívicas, interpretando como essas práticas influenciaram no cotidiano e na construção da identidade da sociedade campinense.

Os discursos fotográficos: Trajetos históricos e representação das práticas educativas e da cultura escolar nas festividades cívicas

Por possuir como fundador, um tenente, o Tenente Alfredo Dantas, apesar do Colégio Alfredo Dantas não ter em suas diretrizes vertente militar, acaba bebendo da fonte dos moldes militares desde sua fundação. A presença da disciplina em seu cotidiano e em seu currículo, os fardamentos em cor e estilo que remetiam ao exército, a organização das salas de aula, entre outros detalhes, demonstram a influência que as correntes militares, mesmo que de forma sutil, interiorizavam no espaço escolar e em suas práticas.

De acordo com Pesavento (2007, p.11), “os indivíduos, não apenas experimentam as sensações e os sentimentos, mas têm ideias sobre eles e podem reproduzir e transmitir os mesmos”, seja através do discurso oral ou imagético, conseguimos interpretar intenções, aspectos do vivido e expressões e traduções da realidade, o que nos fornece outros prismas, transparecendo novas formas de olhar a história, em nosso caso, a história da instituição já mencionada.

Ao longo de sua existência, o Colégio Alfredo Dantas instituiu tradições, uma delas foi a participação assídua em festividades cívicas, como os desfiles de 7 de setembro. Durante todo o ano, os alunos participavam das preparações para os desfiles, faziam ensaios, aprendiam a marchar, entravam em bandas marciais e em troca ganhavam o sentimento de representar o Colégio em uma ocasião importante, momento em que toda a cidade parava em função da nacionalidade e da união nacional.

Enquanto alunos, ao vestir a farda de um Colégio, involuntariamente iniciamos a dinâmica de representar aquele espaço, ao participar dos desfiles cívicos, carregando a bandeira do Colégio, damos continuidade a esse ato de representação. O ato de representar carrega em si, um enorme poder sobre quem produz e reproduz tais significados e sentidos, atrelado a esses, intenções históricas acontecem, e marcam o cotidiano dos seus personagens.

Em seu acervo, o Colégio guarda nas paredes os quadros repletos de fotografias, imponentes, seus alunos carregando as bandeiras e faixas, e sua banda marcial pomposa, levando as cores da bandeira do Brasil e da instituição. Nesse cenário, a fotografia nos apresenta uma pluralidade de sentidos, que se mostram e evocam a necessidade de serem interpretadas, como afirma Sonêgo (2010, p.119) “As imagens fotográficas permitem conhecer aspectos significativos da memória coletiva, indo muito além de meras descrições, e trazem expressões vividas em outros tempos.”

Desse modo, a fotografia abaixo, carrega em sua cena, significados, intenções, representações e identificações, marcantes da cultura escolar imprimida no Colégio. São rapazes seguindo a banda marcial, alguns na frente, hasteando uma bandeira e em seguida a formação de um “miniexército”, composto por jovens vestidos com roupas com influência das vestimentas militares. Durante alguns anos, o Colégio Alfredo Dantas manteve os seus fardamentos na cor caqui, verde militar, e em tecido próximo ao das vestimentas militares.



Desfile de 7 de setembro, Alunos do Colégio Alfredo Dantas nos anos 60.

Fonte: Acervo do Colégio Alfredo Dantas.

A maneira que nos vestimos, é uma forma de discurso, ela expressa sentidos e representações. Quando o Colégio veste seus alunos com indumentárias com peso dos moldes militares, acaba refletindo o repertório o qual a instituição carrega influência, os aspectos históricos nacionais interferem na conjuntura educacional, colocando em cena a apropriação que o Colégio fez, ligada diretamente à presença do poder militar da época. Dessa forma, os sujeitos representam as práticas educativas existentes na Cultura Escolar do mesmo.

Nas práticas educativas, realizadas no interior e no exterior da instituição escolar, os alunos são conduzidos a representar não apenas relações de poder, mas também processos de identificação com essas representações. O estudo com a cultura escolar do Colégio que trabalhamos na presente pesquisa, abriu diferentes formas de olhar para a instituição, que cativou diferentes sensações e sentimentos em seus personagens, eternizados na memória coletiva desses sujeitos, como afirma Pollak (1989) *apud* Alberti (2004, p.27):

[...] a memória resiste à alteridade e a mudança e é essencial na percepção de si e dos outros. Ela é resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de comunidade, de coerência- isto é, de identidade. (ALBERTI, 2004,p.27).

Em uma outra fotografia, referente aos desfiles de 7 de setembro, observamos as faixas que os alunos carregavam e suas vestimentas, praticamente envoltos pela bandeira da nação brasileira. Quase no pano de fundo da fotografia, identificamos duas alunas, segurando uma faixa, com a descrição “Se os homens se unirem, seremos o amanhã”, a frase emblemática, transporta um ideal marcante da Ditadura Militar, a unidade nacional como embasamento para um futuro poderoso, com esperança na juventude.



Desfile de 7 de setembro, Alunos do Colégio Alfredo Dantas nos anos 60.

Fonte: Acervo do Colégio Alfredo Dantas.

Essa imagem, relacionada com os detalhes referentes a cultura escolar e as práticas educativas no Colégio Alfredo Dantas, desde o currículo até os fardamentos e normas educacionais, retrata um dos principais objetivos do mesmo na sociedade campinense, o de civilizar essa sociedade. Sendo assim, conseguimos olhar para essa instituição, de duas formas, a saber: primeiro, como um Colégio que teve papel fundamental na cidade de Campina Grande, o de educar a sociedade em moldes voltados para a moral e cívica; segunda, essa instituição entra para a história da educação e da cidade a qual pertence, como âmbito de representação e sensibilidade.

O Colégio Alfredo Dantas construiu uma trajetória que cativou os afetos dos personagens que fizeram parte do seu corpo docente e discente. As memórias escolares desses personagens nos fazem mergulhar em águas carregadas por diferentes sentidos, que permeiam o campo educacional e sensível, em um constante movimento histórico.

Dessa forma, essa instituição de ensino se inscreve como marco de memória, produtora de manifestações e símbolos, que nos ajuda a ler a sociedade campinense a partir da sua trajetória e importância para os processos de identificação social.

A formação da identidade campinense: Influências que permeiam o campo educacional

[...] a construção da identidade é tanto simbólica quanto social. (Kathryn Woodward, 2009).

O sentimento de identificação, o repertório que nos faz integrantes de um grupo ou lugar, como ressalva Woodward (2009).

Na epígrafe acima, é arquitetado a partir de referências e influências sociais e representativas. Os espaços que permeamos durante nossas vivências nos marcam de diferentes formas, um dos principais espaços de mudança e transformação, é o escolar. No Colégio construímos nossas primeiras amizades,

nossas primeiras relações afetivas com o mundo exterior, conhecemos diferentes contextos sociais e entramos em contato com o conhecimento nas múltiplas áreas.

Aos poucos, vamos formando nossa identidade, que parte de cada experiência que vivemos nesse lugar, com a interferência dos nossos professores, colegas de classe, e da cultura escolar a qual estamos imersos. Na maior parte da nossa juventude estamos inseridos no meio escolar, e intuitivamente acabamos sendo influenciados por esse meio, admitindo que “Os homens aprendem a sentir e pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos através da sua inserção no mundo social, na sua relação com o outro” (PESAVENTO, 2007, p.14).

A partir das práticas culturais do Colégio Alfredo Dantas, concomitante a cena da Ditadura Militar, problematizamos a forma como essa instituição foi produtora de representações que refletem no social da cidade de Campina Grande, tomando a escola como parte fundamental do nosso sistema de identificação pessoal. Para isso, inferimos como práticas culturais a concepção de Barros (2005, p.7):

São práticas culturais não apenas a feitura de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, [...]. (BARROS, 2005, p.7).

Dessa forma, essas práticas culturais junto a história do Colégio Alfredo Dantas se conectam ao desenvolvimento da sociedade, essa sendo interpretada como a reunião de instituições e regras, que gerenciam a mobilidade e a convivência social. Ao trabalharmos com as práticas de ensino, a participação nos eventos sociais/culturais e a influência da escola no enredo da construção de uma identidade a partir dessa conjuntura, observamos a importância do espaço educacional que estudamos aqui, nos fundamentando na compreensão de que:

Escolas são instituições históricas e culturais que se assemelham na arquitetura e na estrutura organizacional. Ao mesmo tempo, cada escola é terreno diferenciado, em que subgrupos sociais com diferentes interesses se definem mutuamente, caracterizando sua cultura, dentro de determinado tempo, espaço e local. Estudar a rede de significados que compõe a cultura escolar permite a identificação dos mitos, crenças e valores que direcionam determinado grupo- escola, construídos ao longo do tempo pela história cotidiana vivenciada por seus membros, e que identificam cada escola em particular. (FALSARELLA, 2018, p. 623).

Como consequência das reflexões pontuadas acima, olhamos as vestimentas, as faixas e o que nelas estão escritas, as bandeiras, os movimentos de participação em desfiles cívicos e a importância desses desfiles para o Colégio, como reflexo de uma cultura pautada pelos moldes ditatoriais, mas, que marcou em sua existência, como instituição de moral e serviço para a comunidade educacional campinense.

Em fotografia, observaremos a presença dos alunos do Colégio Alfredo Dantas, desfilando em uma das principais ruas da cidade de Campina Grande, a rua Marquês do Herval, em que fica notória a importância dos desfiles cívicos, movimentando toda a sociedade.



Desfile de 7 de setembro, Alunos do Colégio Alfredo Dantas nos anos 70.

Fonte: Acervo do Colégio Alfredo Dantas

Nas laterais da fotografia, nas fachadas dos prédios e nas calçadas da rua, conseguimos enxergar a população aglomerada, vivaz, irrequieta, observando a suntuosidade dos alunos do Colégio Alfredo Dantas, transparecendo em si, momento de sensibilidade e ostentação, quando encaramos as sensibilidades como:

[...] sutis, difíceis de capturar, pois se inscrevem sob o signo da alteridade, traduzindo emoções, sentimentos e valores que não são mais os nossos. Mais do que as outras questões a serem buscadas no passado, elas evidenciam que o trabalho da história envolve sempre uma diferença no tempo, uma *estrangeiridade* com relação ao que se passou por fora da experiência do vivido. (PESAVENTO, 2007, p.15).

Evidências de um passado e de uma trajetória marcante, significativa, que se transforma em síntese fundamental na construção da identidade da sociedade campinense, que percorre as memórias dos seus personagens, e que a partir das fotografias, deciframos sentidos no tempo, exteriorizando sentimentos e representações, consciência de um olhar histórico que tenta problematizar não os sentimentos vividos por outros, mas, explicar como poderia ter sido a experiência sensível de um outro tempo pelos rastros que foram deixados, PESAVENTO (2007).

Esses desfiles, aconteciam em um momento de anos sombrios, marcados pelos golpes da ditadura, em que os espaços sofreram diversas interferências, perderam sua autonomia e liberdade, foram invadidos por perspectivas militares, que dispôs de manifestações cada vez mais representativas do poder do Estado ditatorial sobre as instituições, assim como em todos os âmbitos, sociais, políticos e culturais:

No plano educacional, o Estado institui, a partir da reforma de 1971, os Estudos Sociais, mesclando História e Geografia às Disciplinas Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira. Os conteúdos e os objetivos das disciplinas História e Geografia foram direcionados para um modelo propagandista e cívico de educação, em consonância com a política repressiva do Estado ditatorial. (SÁ, 2006, p. 56).

Essa interferência do Estado na educação, provoca no Colégio Alfredo Dantas uma série de apropriações dos moldes militares em sua Cultura Escolar e em suas práticas educativas e culturais, assim como nas disciplinas e as mesclas estabelecidas a época. Essas apropriações reverberam em representações que os seus personagens atribuem para sua formação enquanto sujeitos e que influenciam na sociedade como um todo.

Em uma outra fotografia, na rua Floriano Peixoto, no centro da cidade de Campina Grande, rua que atravessa toda a cidade, observamos a participação popular, que assim como as instituições de ensino, tinham participação assídua nesses eventos cívicos.



Desfile de 7 de setembro, Alunos do Colégio Alfredo Dantas nos anos 60.

Fonte: Acervo do Colégio Alfredo Dantas

A sociedade campinense, foi sendo moldada e influenciada pela exaltação do poderoso Estado ditatorial, o qual exaltava a disciplina, esta segmentada em duas vertentes, a saber: uma sendo o meio ao qual se molda os corpos e os fazem dóceis, aptos para serem manipulados e governados pelos mecanismos de um Estado ditador; e a outra, em uma perspectiva voltada para as características do “bom sujeito”, promotora de seres com caráter e moral, cidadãos de bem.

A disciplina permeou os lugares de memória, assim como habitou o Colégio Alfredo Dantas em sua trajetória durante a Ditadura Militar, desencadeando os traços disciplinadores, na busca pela moral, os bons costumes, o controle dos seus personagens, seja do corpo e ou dos seus pensamentos, incentivando e cativando a consolidação do ideal de unidade nacional, através das práticas educativas e culturais desenvolvidas na instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que foi iniciado ainda na graduação, proporciona a continuidade do fazer historiográfico, nos fazendo compreender o Colégio Alfredo Dantas como lugar que guarda afeto diversificado com relação a sua importância e influência na cidade de Campina Grande, e que assinala uma reinvenção do passado capaz de ressignificar a nossa contemporaneidade.

A pesquisa dentro da História da Educação paraibana, permitiu pensar a construção dos sujeitos e em como o cidadão deveria ser formado. Atrelado a isso, uma vez feito o contato com a historiografia paraibana que versava sobre o tema, permitiu perceber o Colégio Alfredo Dantas no rol de instituições de ensino tradicionais possíveis de serem problematizadas pelo historiador, a partir de seus registros fotográficos, que marcam sua história.

A incorporação das fotografias como fonte histórica nos possibilitou olhar para a instituição aqui trabalhada, de modo que buscamos interpretar as intenções da mesma em suas participações nos eventos culturais, e nos confirma aquilo que Pesavento (2007, p.21) afirma “O passado encerra uma experiência singular de percepção e representação do mundo, mas os registros que ficaram, e que é preciso saber ler, nos permitem ir além da lacuna, do vazio, do silêncio”.

Dessa forma, ao mergulharmos nos estudos partindo da Cultura Escolar e das Práticas Educativas e culturais no espaço escolar do Colégio Alfredo Dantas, emergimos nas memórias e nos discursos que foram expressados na época, olhando para a trajetória da instituição e reconhecendo espaço de sensibilidade e emoção, lembrança sublime, percebendo o que por muito não foi dito.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Vivian Galdino de. Alfabetizando os filhos da rainha para a civilidade/modernidade: o Instituto Pedagógico em Campina Grande-PB (1919-1942). 302 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, 2014.
- ALBERTI, Verena. Ouvir e Contar: Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BARROS, Carlos Henrique Farias de. ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA LOCAL. 2013. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/junho2013/historia_artigos/barros.pdf.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. (Orgs.). Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. P. 7-21.
- LIMA, Solange Ferraz de, CARVALHO, Vânia Carneiro de. Usos sociais e historiográficos: Fotografias. In. O Historiador e suas Fontes/ Carla B. PINSKY e Tania Regina de Luca (org.). São Paulo: Contexto, 2011.
- JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto de Estudo. Revista Brasileira de História da Educação, n° 1, 2001.
- FALSARELLA, Ana Maria. Os estudos sobre a cultura da escola: Forma, tradições, comunidade, clima, participação, poder. Educ. Soc., Campinas, v. 39, n° 144, p.618- 633, jul/set, 2018.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 10. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HALL, Stuart. WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. Tomaz Tadeu da Silva (org). 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- SÁ, Patrícia Teixeira de. A socialização de professores de história de duas gerações: os anos de 1970 e de 2000. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Educação, 2006.
- SOARES JR, Azemar dos Santos. ANDRADE, Vivian Galdino de. (Orgs.). Escritas do Sensível: experiência, história cultural e práticas educativas. João Pessoa: Ideia, 2019.
- SÔNIGO, Márcio Jesus Ferreira. A fotografia como fonte histórica. Revista historiae, Rio Grande, 1 (2): 113-120, 2010.

FOI ANAYDE BEIRIZ UMA MULHER À FRENTE DO SEU TEMPO? NOTAS SOBRE O CORPO E O TEMPO HISTÓRICO NO ENSINO DE HISTÓRIA DA PARAIBA

José dos Santos Costa Júnior¹
Hilmária Xavier Ribeiro²

Introdução

Quem tem olhos pra ver o tempo
Soprando sulcos na pele
Soprando sulcos na pele
Soprando sulcos?
O tempo andou riscando meu rosto
Com uma navalha fina
Sem raiva nem rancor.
O tempo riscou meu rosto com calma.

Vida/Tempo, Viviane Mosé.

Partindo do corpo para pensar sobre a vida e o tempo, foi com essas palavras que servem como epígrafe deste texto que a filósofa e psicanalista Viviane Mosé iniciou o seu poema. Ora, mas como é que este [o tempo histórico], um tema tão caro à epistemologia da história e à história da filosofia ocidental poderia ser pensado a partir do corpo que, por sua vez, foi relegado ao esquecimento e ao demérito por essa mesma tradição filosófica?

Poderia o corpo ser ponto de partida para a análise de processos históricos e transformações socioculturais? Poderia, por outro lado, ser a matéria básica para analisar não necessariamente as transformações, mas as permanências em termos de costumes, hábitos e valores que se inscrevem nos gestos, nas roupas e em toda uma divisão social que hierarquiza e sedentariza as possibilidades do corpo?

Certamente essas são questões muito mais complexas do que um artigo breve como este poderia desenvolver. Contudo, elas podem ser uma espécie de questões-flecha para pensar e estranhar outra coisa na História, na aula de história mais propriamente dito. Este texto tem o objetivo de analisar como as narrativas sobre a escritora paraibana Anayde Beiriz (1905-1930) permitem mapear as transformações e permanências nas relações de gênero na Primeira República³.

O ponto de partida é a nossa experiência docente na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) nos anos de 2019 e 2020, particularmente. Ao ministrar a disciplina História da Paraíba II, cuja ementa nos indica um conjunto de conteúdos e problemáticas pertinentes ao contexto paraibano a partir de 1889 e até os dias atuais, nos vimos diante da possibilidade de pensar a história local a partir de uma série de questões que articulariam gênero, classe social, cultura política e outras temáticas. Metodologicamente, este texto se constrói a partir da mirada crítica sobre o projeto curricular para o curso de Licenciatura Plena em História, bem como os planos de curso, imagens cinematográficas e fotográficas e as memórias que temos das conversas com os estudantes em aulas presenciais ou remotas. Contudo, não mobilizamos necessariamente dados provenientes de entrevistas ou quaisquer outras atividades escritas

1 Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador colaborador do Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas da Universidade Estadual da Paraíba (NUHLC-UEPB). E-mail: jose.junior010@gmail.com

2 Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e colaboradora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em História Local (NUPEHL-UEPB). E-mail: hilmariax@yahoo.com.br

3 Consideramos neste texto as reflexões da historiadora Joan Scott sobre gênero como categoria de análise dos processos de construção social e cultural das diferenças entre os sexos, sendo tais relações demarcadas e demarcadoras de poder e formas de prestígio e/ou opressão social. Cf. Scott (1999).

pelos estudantes acerca do tema, o que exigiria procedimentos metodológicos distintos.

Construímos este texto a partir dos procedimentos da análise do discurso no sentido como a propôs o pensador francês Michel Foucault (1926-1984). Tal abordagem do discurso como uma prática que constitui os objetos de que fala, não representando-o, mas o instituindo e o constituindo na ordem do visível e do dizível (FOUCAULT, 2016), torna-se relevante para pensar as práticas educativas e o ensino de história ao deslocar a figura do sujeito professor, dos saberes e práticas que compõem o seu repertório cultural e político e os discursos que o formam.

Partindo das nossas memórias e dos materiais que organizam o currículo de história⁴, temos a clareza de que operamos na região de fronteira entre campos e subcampos como História, Educação, Teoria da História e Ensino de História. No sentido de uma análise enunciativa foucaultiana que mobiliza as ferramentas da arqueologia e da genealogia como “metodologias” ou “teorizações” (VEIGA-NETO, 2009) sobre o currículo, a educação e o sujeito (estudante e professor, no caso), compreendemos que não se trata de analisar jamais o que está por trás seja da fala do professor, dos materiais didático-pedagógicos ou demais materialidades mobilizadas no cotidiano da educação no ensino superior. Se trata, por outro lado, de inquirir e manusear os documentos, tomados como monumentos, a partir das marcas e formas que permitem entendê-los como leituras possíveis do que se passou e do que se viveu. Os planos de aula, de curso, a ementa, o currículo e toda uma gama de materiais são pensados na análise do discurso no campo educacional não como expressões de interioridades, mas como objetos disputados, negociados, permeados de desejos, projetos, políticas e poéticas que definem lugares, pertencimentos e um conjunto de (im) possibilidades para a formação docente. Portanto,

ao analisar um discurso – mesmo que o documento considerado seja a reprodução de um simples ato de fala individual –, não estamos diante da manifestação de um *sujeito*, mas sim nos defrontamos com um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem (FISCHER, 2001, p. 207).

A relação linguagem e realidade não é vista de forma dicotômica na analítica foucaultiana, permitindo perceber como se constituem em relações de tensão, deslizos de sentido e significações variadas e plurais. Ao seu modo, este texto se insere no campo de pesquisa sobre ensino de história, um canteiro que vem sendo desenvolvido desde os anos 1970. Se até a década de 1960 o ensino de história foi visto como área de formação docente, mas não como objeto de pesquisa especializada, o contexto dos anos 70 traria mudanças, pois “apesar do retrocesso político e educacional que resultou da ditadura militar instalada a partir de 1964 no Brasil, os questionamentos formulados nos anos anteriores, em relação à cultura, ao comportamento e à educação/escola” (COSTA & OLIVEIRA, 2007, p. 148) tinham se constituído de tal forma que contribuiu para a construção de uma nova relação entre educação/escola/sociedade.

4 O debate sobre currículo no campo da História vem se acentuando e se caracterizando pela multiplicidade de perspectivas teóricas e nesse conjunto mais amplo dialogamos neste momento com a reflexão de Gabriel (2019, p. 76) ao afirmar que “embora a ideia de currículo-substantivo como foco ou objeto de pesquisa prevaleça nas apropriações da área de ensino de história, é possível identificar a emergência de outras articulações com o campo do currículo, seja ampliando a noção de percursos para além da listagem de conteúdos, seja reafirmando a ideia de percurso como verbo ou ato de percorrer, seja articulando ambos os significados. Nessas apropriações, a mobilização do termo *currículo* pode apontar tanto o foco de investigação quanto a forma de diálogo com o campo do currículo privilegiada. Assim, o *currículo de história* pode, por exemplo, ser significado e mobilizado nesses estudos como o conjunto de experiências e ações que ocorrem na escola e em particular na sala de aula envolvendo os processos singulares de produção e de distribuição do conhecimento histórico escolar”.

Vale enfatizar que lançamos um olhar sobre a nossa experiência docente no ensino superior em um momento marcado por mudanças abruptas, uma vez que a partir de março de 2020 nossas aulas foram paralisadas devido à pandemia de coronavírus. Alguns meses depois, após intenso processo de planejamento e adaptação institucional, as aulas foram retomadas de forma remota, o que deslocou a experiência docente para o ambiente virtual de aprendizagem em um curso que não foi pensado para ser oferecido dessa maneira.

Miragens críticas para a história local

Na disciplina História da Paraíba tem-se uma ementa que diz o seguinte: “A Paraíba no contexto da República. Modernidade, espaços, sociabilidades e práticas culturais. Movimentos de contestação no campo e nas cidades”. Em um dos planos de cursos construídos durante os quatro semestres em que ministramos essa disciplina no período supracitado, definimos como um dos objetivos específicos, o seguinte: “problematizar sujeitos e horizontes de análise para a história da Paraíba a partir de recortes que privilegiam uma leitura dos marcadores de classe, gênero, geração, raça e origem/região”. Julgamos pertinente a análise cruzada de diferentes marcadores sociais da diferença pelo fato de que nenhum processo histórico é unilateralmente condicionado por conflitos de classe, ou de gênero, ou de raça, isoladamente.

Elementos da crítica feminista contemporânea como o conceito de interseccionalidade (HENNING, 2015), tornaram-se pertinentes para pensarmos o ensino de história da Paraíba a partir dessa chave de leitura e interpretação da historicidade. Pensar de forma interseccional significa entender como em determinados contextos históricos a combinação de categorias analíticas se torna relevante, pois a depender das circunstâncias sob análise do historiador e da historiadora, marcadores como raça e classe serão predominantes, enquanto em outros casos as opressões de gênero e classe poderiam se sobressair. Isto não significa de modo algum a mera somatória de categorias de análise da opressão social, mas a articulação teórica e política que permite entender as sinuosidades e combinações que ocorrem no nível da prática.

Deste modo, fizemos a opção por apresentar os conteúdos a partir de uma perspectiva cronológica, o que não significa dizer que tínhamos em consideração uma perspectiva linear do tempo histórico, necessariamente⁵. Feita esta escolha, logo nas três primeiras aulas os alunos e alunas tinham a oportunidade de pensar o processo de mudanças e permanências na história da Paraíba no período entre 1889 e 1930. Para tanto, mobilizamos conteúdos clássicos, mas a partir da perspectiva de entendimento plural sobre “acontecimentos”, “indivíduos” e marcas do período. Primeiramente, o texto de Eliete Gurjão (1999) ajudava a entender a mudança da Paraíba imperial para a republicana, mapeando a crise da economia açucareira, a precária organização dos trabalhadores, a organização político-partidária e a economia do algodão.

As duas aulas seguintes continuaram problematizando o período, mas a partir de outros enfoques e personagens. Se no caso de Gurjão o enfoque recaía sobre a estrutura econômica e político-partidária, os textos seguintes se voltariam para a cultura e outros elementos que permitiram ler aspectos do cotidiano e dos costumes. Assim foi que a personagem Anayde Beiriz entrou em cena na segunda aula por meio dois materiais: o texto *Anayde Beiriz: mulher moderna, numa Paraíba antiga*, de Aurení Silva (2016) e o filme *Parabyba Mulher Macho* (1983) da cineasta Tizuka Yamasaki. A terceira aula, por sua vez, partia do texto de Inês Caminha Rodrigues (1981) para problematizar a Revolta de Princesa, o mandonismo

5 Uma discussão sobre como trabalhar noções de tempo histórico na educação básica foi realizada por Nadai e Bittencourt (2020).

local, a cultura política e a relação entre a história “local” e “nacional”, criticando essas delimitações geográficas e espaciais.

As linhas a seguir mobilizam impressões e sensações que as aulas de História da Paraíba II mobilizaram, especialmente quando fizemos uso de fotografias e imagens em movimento do cinema para contar e analisar a história de uma mulher que, embora tenha se envolvido em um contexto sociopolítico importante para a história do Brasil contemporâneo (a “Revolução” de 1930), continuou esquecida por mais de cinquenta anos: Anayde Beiriz, poeta, professora e amante da liberdade.

As imagens-políticas do corpo

Como bem disse Michel Foucault, “sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros” (FOUCAULT, 2010, p. 65). Ao definir as ferramentas de análise genealógica em história, Foucault afirmou a importância de observar e analisar a produção social e política do corpo, pois ele se constitui historicamente como superfície de inscrição de valores, crenças, regras e procedimentos de inclusão e exclusão social que mediam diferenças sociais de classe, gênero, geração, etnia e assim por diante.

O corpo é um objeto biocultural, “tanto em seu nível genético, quanto em sua expressão oral e gestual” (SANT’ANNA, 2009, p. 4), não se podendo negar as características físicas, biológicas e hereditárias que o marcam, mas também sem prescindir de uma abordagem que localize as diferentes tecnologias que a cultura molda para poder atribuir sentido e pertinência às diferentes relações que os sujeitos estarão autorizados a cultivar com o seu corpo e o corpo do outro. “O corpo é a primeira forma de visibilidade humana” e nesse sentido “a sua materialidade polissêmica pode ser tomada como síntese de sonhos, de realizações de desejos, de frustrações, de tiranias e de redenção de sociedades inteiras” (SOARES, 2009, p. 01).

Dissemos isto para poder pensar um pouco sobre como em plena década de 1920, na então capital Parahyba do Norte, uma mulher pôde se tornar o símbolo de uma resistência às formas de dominação cultural que operaram sobre o seu corpo, seu desejo e suas escolhas. O provocativo título do texto de Silva (2016) sugere entender a tensão entre as posturas de Anayde como uma mulher afeita às liberdades artísticas, intelectuais e afetivas. Ela que cresceu em uma família pobre, tornou-se professora pela Escola Normal Oficial do Estado da Paraíba.

A sua inteligência, exuberância e sensualidade foram elementos bastante explorados pela narrativa cinematográfica de Yamasaki. Contudo, essa mesma narrativa caiu na armadilha daquilo que Pierre Bourdieu (2006) chamou certa vez de “a ilusão biográfica”, pois logo nas primeiras cenas do longa-metragem Anayde foi apresentada como uma criança vaidosa, teimosa e não aceitando as regras que a família e a sociedade lhe impunham. Este parece ser o terreno criado pela cineasta para, ancorada em uma série de narrativas sociais sobre a poeta paraibana, atribuir uma “origem” à personalidade inquieta daquela mulher biografada no cinema. Mas essa armadilha significa dizer que se busca uma coerência na trajetória de uma pessoa, de modo que não existam contradições, ambivalências, mas a atribuição de uma espécie de essência a algo que efetivamente é produto da cultura e das batalhas que se faz para definir costumes e modos de existência na clássica temática sociológica indivíduo/sociedade.



Figura 1 - Entre cores e gestos o corpo se faz presente e as divisões de gênero também.
Cartaz do filme Parahyba Mulher Macho (1983), dirigido por Tizuka Yamasaki.

O cartaz do filme de Yamasaki foi apresentado no início das aulas, de modo a provocar a reflexão dos estudantes sobre o assunto e a personagem a partir da própria dispersão dos elementos da imagem, evitando um contexto exposto oralmente pelos docentes. Deste modo, como se pode ver nas aulas registradas em vídeo durante as atividades síncronas, realizadas de forma remota, pedimos que os estudantes dissessem o que viam na imagem. Que a descrevessem, por fim.

A imagem nunca é algo ingênuo ou aleatoriamente elaborado. Embora não se possa cair na armadilha de uma intencionalidade reinante ou de uma teoria da conspiração, por outro lado se pode pensar como toda imagem é elaborada circunstancialmente, contextualmente a partir de demandas, objetivos e propostas acerca dos temas e personagens que ela visa “retratar” e no caso das imagens do cinema, elas se caracterizam pelo movimento, pela passagem de uma série de imagens seguida da outra para constituir os planos-sequência (NAPOLITANO, 2015; JULIER & MARIE, 2012)). Assim, mais do que um recorte do real, as imagens funcionam como elaboradoras, como constituintes da realidade, sendo formas de apresentação daquilo que selecionam, enquadram e enfatizam.

As cores vermelha e preta predominam na estrutura visual do cartaz do filme. De cima para baixo vemos que alguns elementos protagonizam a cena enquanto outros ficam secundarizados, mas também guardam sua relevância. O rosto de Anayde representada pela atriz Tânia Alves fica na parte superior, maquiada, sorridente, com o rosto levemente inclinado como se fizesse uma pose. A sombra lilás nos olhos e os lábios bem avermelhados pelo batom se destacam, como ocorre em todo o filme. Logo abaixo se vê a imagem de João Dantas interpretado por Cláudio Marzo (1940-2015), jornalista paraibano ligado ao Partido Republicano e opositor do então presidente do Estado, João Pessoa, vivido pelo ator Walmor Chagas (1930-2013). As expressões faciais parecem retratar sensibilidade e sensualidade para Anayde e uma leveza esboçada em um sorriso tranquilo na face de João Dantas que tem atrás dele a representação do clima tropical do Nordeste e da Paraíba, em particular.

Posteriormente, se pode ver a representação de Getúlio Vargas (1882-1954), líder da Aliança Liberal (AL) que tomou o poder em 1930. Isto ocorreu porque durante a Primeira República (1889-1930) havia a chamada *Política do Café com Leite*, na qual lideranças políticas de São Paulo (café) e Minas

Gerais (leite) se revezavam no comando do poder central, ao eleger o seu presidente da república. Contudo, no ano de 1930 ao invés de ceder o lugar para o representante de MG, o então presidente da república Washington Luís decidiu indicar Júlio Prestes, então presidente de São Paulo, como o seu sucessor, sendo que ele já vinha demonstrando publicamente este apoio desde 1928.

Tal escolha fez com que novamente SP ficasse no comando central do país. Claramente isto irritou os representantes de MG e causou um verdadeiro alvoroço. Com isso, para tentar combater frontalmente a oligarquia paulista, formou-se a Aliança Liberal em agosto de 1929, uma articulação composta por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Localmente, o presidente João Pessoa, que havia sido eleito em 1928, tinha até então uma articulação política com o coronel José Pereira Lima, dito “Zé Pereira”, perrepista e representante do mandonismo local, sendo um líder influente em Princesa e até então um homem vinculado às ideias de João Pessoa.

Em sua gestão, João Pessoa quis moralizar e racionalizar a administração pública, organizando-a em dois eixos centrais: a) sistemático desprestígio aos coronéis; b) um programa para soerguimento das finanças do Estado. Entre as “atitudes renovadoras” do presente, destaca-se que: destituiu chefes políticos, demitiu juízes e promotores, removeu delegados e chefes de Mesas de Rendas (coletorias estaduais), promoveu cuidadosa triagem na nomeação dos novos prefeitos, desprezando a velha praxe de compadrio. Isto alterava de forma muito significativa o contexto no qual os coronéis exerciam influência sobre toda a política local, desde o executivo até o judiciário e legislativo. Deste modo, cinco itens básicos marcaram a renovação proposta por João Pessoa: reativação de um convênio entre os Estados nordestinos; moralização da Força Pública; eliminação nos juris da influência dos coronéis; desarmamento geral; e a proibição taxativa da venda de armas.

A proposta foi efetivamente tomar as rédeas da administração pública e centralizar as decisões e os efeitos provocados pelas políticas de Estado, principalmente na economia. Contudo, frente a uma cultura política marcada pelas heranças do escravismo, mandonismo e latifúndio, dificilmente uma mudança poderia ocorrer de uma hora para outra e, uma vez que Zé Pereira teve seus interesses ameaçados, não demorou para se opor ao presidente da forma mais enfática possível. Ele continuou vinculado aos republicanos e obteve apoios importantes em nível nacional. Ocorre que tendo sido escolhido Júlio Prestes para substituir Washington Luís, este pediu o apoio da Paraíba a essa chapa. Mas João Pessoa “negou” apoio e se alinhou às oligarquias de MG e RS por meio da Aliança Liberal. Daí provém o termo “nego” que figura na bandeira da Paraíba. Tal ato de “rebeldia” de um estado pequeno e pouco influente em termos políticos e econômicos, cultivou a ira no Palácio do Catete. Dali em diante o governo central passou a apoiar as iniciativas de Zé Pereira contra a administração de João Pessoa. Ao longo dos meses a tensão foi se acentuando porque Zé Pereira liderou um conflito armado chamado a Revolta de Princesa (no atual município de Princesa Isabel na PB), que simbolizou a radicalização da oposição ao governo do estado.

De acordo com Inês Caminha Rodrigues (1981), a Revolta de Princesa foi um movimento sedicioso que envolveu, de um lado, os comandados do “coronel” José Pereira Lima e, do outro, as tropas da polícia militar da Paraíba. Iniciou-se a 28 de fevereiro de 1930, com o rompimento político-partidário entre José Pereira e João Pessoa, e se prolongou até 26 de julho daquele ano.

A eleição presidencial ocorreu em 1º de março de 1930 como regia a Constituição de 1891, tendo os resultados apurados e divulgados no mês de maio. Como era costumeiro, a oposição perdia dadas as fraudes e a ausência de uma justiça eleitoral que fiscalizasse o processo de forma imparcial. As mesas de apuração eram formadas pelos próprios interessados no pleito. Neste sentido, não houve surpresa alguma na derrota da Aliança Liberal nas urnas. Ademais, historiadores e historiadoras afirmam com base em pesquisas no campo da história política que houve, ainda em dezembro de 1929 um acordo entre Getúlio Vargas e Washington Luís, sem que Minas Gerais e Paraíba estivessem a par disso,

no qual se acertou que caso fosse derrotado nas eleições, Vargas não questionaria o resultado e apoiaria o governo constituído. Por sua vez, Washington Luís e Júlio Prestes se comprometeram a poupar o Rio Grande do Sul, não apoiando elementos divergentes entre os gaúchos e não ordenando demissões ou transferências de funcionários federais filiados ao Partido Republicano Riograndense (PRR). Além disso se comprometeram a reconhecer os candidatos gaúchos ao Congresso Nacional, pois as eleições para a Câmara dos Deputados e Senado Federal haviam coincidido com aquela para a sucessão presidencial⁶.

No contexto paraibano, um acontecimento considerado de ordem privada por parte da historiografia brasileira, acabou sendo fundamental para mudar os rumos do que vinha acontecendo. Ocorre que João Dantas era um homem solteiro que cultivava uma relação amorosa com a professora e escritora Anayde Beiriz. Ela era conhecida por ter se destacado entre as normalistas, mas também por sua postura incomum com o que esperava de uma “moça de família” naquela época. Era uma mulher antenada com as mudanças que viam ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos no que se referia aos costumes e à participação feminina na política e no campo intelectual.

Assim como Nísia Floresta (1810-1885), no Rio Grande do Norte, Anayde lia sobre o feminismo e a educação como possibilidade de formação crítica e cidadã para mudar o *status quo*. Se o seu comportamento reprovado pela elite da época a impediu de se tornar professora da escola onde se formara, por outro lado Anayde teve a oportunidade de trabalhar em uma das primeiras experiências voltadas para a alfabetização de jovens e adultos em uma comunidade de pescadores em Cabedelo. Isto é retratado no filme de modo muito interessante, apresentando o perfil e o cotidiano daquelas pessoas e modo como a educação que Anayde praticou tornou possível para eles uma nova forma de inserção e compreensão individual e coletiva. Contudo, a cena em que se mostra o primeiro contato dela com este espaço foi marcada pela tentativa de estupro de Anayde, quando um jovem interpretado por Chico Diaz tentou forçá-la à prática sexual. Ela resiste e foge. Ao adentrar na colônia de pescadores e iniciar o trabalho com os novos alunos, vê que um deles é o jovem que tentou violentá-la.

Na rede de sociabilidades em que a poeta se inseriu, vale destacar que em 1925, o jornal *Correio da Manhã* promoveu um concurso para escolher a mais bela jovem paraibana da época e Anayde foi a escolhida. Sempre procurando prosperar mais e mais, no ano de 1927, fez o curso de datilografia, sendo ela uma das primeiras mulheres a concluir o curso na Escola Remington, estudando na primeira turma mista da prestigiada escola. Além de professora, destacou-se como poeta, tendo escrito nas revistas *Era Nova* e *Ilustrada*. No Recife, Anayde publicou poemas e prosas no jornal *Pilhéria* e na revista homônima. Publicou ainda no *Jornal do Recife* e na *Revista da Cidade*. Em seu estudo sobre a trajetória de Anayde Beiriz realizado na Universidade Nova de Lisboa, em Portugal, Aurení Silva (2016) analisa que:

Um dos caminhos utilizado por Anayde Beiriz na luta que abraçou foi o uso da comunicação, por meio da imprensa escrita, aproveitando o espaço para redigir matérias sobre a conjuntura social em que se encontravam as mulheres, as questões políticas e culturais da época. Discretamente, vai conseguindo consolidar-se num espaço público, eminentemente masculino, com publicação de artigos condizentes com o espírito emancipatório das mulheres (SILVA, 2016, p. 117).

A relação amorosa de João e Anayde é apresentada no filme como atravessada por tensões, pois ele a subestimava em termos de opinião política. Se vê que ela tentava apaziguar a maioria das situações em que um conflito dessa natureza se colocava entre os dois. Cenas de sexo explícito, afetos e juras de amor são marcas do enredo conduzido por Yamasaki. Ao tensionar a narrativa cinematográfica em sala de aula a partir do texto de Silva, foi possível levar os estudantes a pensarem sobre como as imagens de

6 Sobre isto, vale a pena o debate sobre a Revolução de 1930 realizado no documentário *Guerras do Brasil.Doc*, lançado em 2019 na Netflix, com a presença de historiadores/as como Cláudia Viscardi, Ângela de Castro Gomes e Boris Fausto.

Anayde parecem ter o objetivo de colocá-la na condição de uma mulher desviante, divergente e, por isso mesmo, julgada pela sociedade paraibana da época. Se o filme se propõe a contar a história do Brasil e da Paraíba a partir de uma história de amor trágico, termina por reatualizar essa narrativa constituída sobre ela na década de 1920.

O filme “revelou mais a sexualidade da personagem do que as ideias de liberdade ou o talento dela como escritora e as importantes práticas de emancipação feminina” (SILVA, 2016, p. 131). Pode-se ver isso nas sequências em que ela é “destacada como a amante do assassino João Dantas”. Essa fama de João Dantas foi constituída pelo fato de que a divergência entre perrepistas e João Pessoa se acentuou de tal forma que embora eles nem se conhecessem pessoalmente, tornaram-se inimigos. A família de João Dantas em Recife empenhou-se na propaganda negativa sobre João Pessoa por meio do *Jornal do Commercio*.

Houve uma verdadeira batalha de narrativas protagonizada pelo jornal *A União*, veículo oficial do governo do estado da Paraíba, e o *Jornal do Commercio* em Recife. De um lado o periódico paraibano tentava justificar as decisões de João Pessoa e criar como inimigo a figura dos perrepistas e do coronel Zé Pereira como símbolo do mandonismo local e, por isso, contrário a uma gestão pública eficiente, imparcial e voltada para a garantia do bem público e não dos privilégios dos mantenedores da terra. Por outro lado, o jornal pernambucano usava termos como “vulgar e desprezível caluniador” para se referir ao líder político paraibano.

Entretanto, se João Pessoa alardeava ser o construtor de uma renovação da política, justificando assim sua atitude reformadora em relação ao mandonismo local, não demorou muito para logo cair em contradição. Houve uma renovação total dos candidatos a deputados naquele ano, mas foi preservada a candidatura de Carlos Pessoa, primo dele, enquanto foi excluído o nome de João Suassuna, político vinculado aos perrepistas e ao coronel de Princesa. Daí ficou clara a posição formal de João Pessoa e a prática que ele reiterava para a manutenção dos privilégios de sua família.

O clima de tensão se acentuava dia após dia até o momento em que João Dantas teve a sua casa invadida pela polícia militar, sob as ordens do presidente do estado. Sua intimidade foi ferida e as cartas trocadas com Anayde estiveram sob o poder de João Pessoa que não as publicou porque disse que eram o registro de práticas verdadeiramente imorais para a sociedade paraibana. Este foi o estopim para que João Dantas se dirigisse até Recife e encontrasse João Pessoa na Confeitaria Glória. O filme mostra a sequência de modo a fazer com que o espectador compreenda que aquele foi o momento em que ambos se conheceram pessoalmente e, justamente, para o confronto final.

O assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930 serviu para que a Aliança Liberal tivesse um motivo para atacar e deslegitimar a eleição presidencial e, com isso, impedir a posse de Júlio Prestes em outubro daquele ano. As coisas, como se pode ver, não ocorreram rapidamente, pois foi preciso que alguns meses transcorressem com muitos acordos, planos e negociações até que o “golpe” pudesse ser dado e Getúlio Vargas, tendo desembarcado no Rio de Janeiro em 31 de outubro, assumisse o Palácio do Catete em 3 de novembro como chefe do governo provisório de 1930-1934.

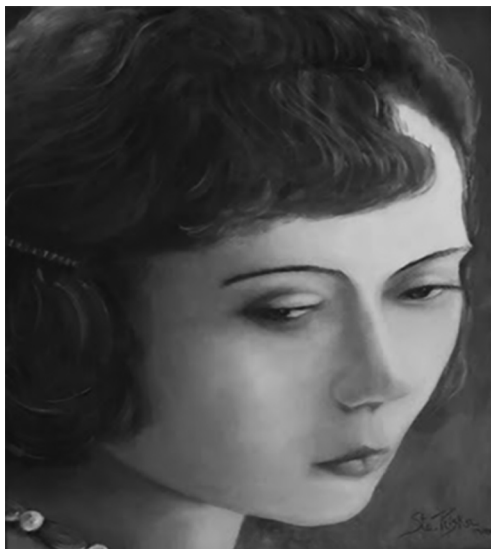


Figura 2 – Retrato de Anayde Beiriz com seu cabelo *la garçonne*.

Ao longo dos anos foi se constituindo imagens sobre Anayde e João Pessoa. Isto permite entender como a cultura política cria “mitos” e personagens passíveis de efetiva glorificação, pois João Pessoa passou a ser visto como uma espécie de mártir, assassinado por ter tentado salvar a Paraíba dos coronéis e dos perrepistas (AIRES, 2007). Assim, a imagem dele foi construída como a de um “herói”, alvo de honrarias, “mito político” e objeto de investimentos memorialísticos. Enquanto isso, a imagem dela foi criada e sedimentada como a “prostituta de João Dantas”, “Amante do assassino”, “vagabunda” e objeto, por sua vez, de políticas de esquecimento que somente após cinquenta anos começou a ser revisitada e reinterpretada (SILVA, 2008). Mas com certeza essa perseguição foi a responsável por ela ter fugido para Recife, onde cometeu suicídio em 22 de outubro de 1930 (depois de saber que João Dantas havia sido assassinado na prisão depois de matar João Pessoa), sendo enterrada como indigente e condenada ao esquecimento por décadas.

Se a figura 1 constrói uma narrativa sensual, condizente com toda a versão reiterada no filme, por sua vez a figura 2 apresenta outro enquadramento. Focada no rosto, na sensibilidade e em certa sutileza, propõe-se outra Anayde, articulada a outras formas de memória e outras versões da história. Ela que se articulou aos modernistas que realizaram a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo, leu pensadoras feministas e fez da educação uma forma de resistência ética e política, pode ser vista nessa dobra entre mudanças e permanências históricas que articulam as diferenças de gênero.

O corpo de Anayde poderia ser lido, na ótica do que propuseram Deleuze e Guattari (2012) ao lerem Antonin Artaud, como um corpo sem órgãos (CsO). Isto significa falar em um corpo ativo, propositivo, não reiterando as normas e tecnologias de submissão conforme um certo “organismo” social. “O organismo já é isto, o juízo de Deus, do qual os médicos se aproveitam e tiram seu poder” e por isso mesmo, “o organismo não é o corpo, o CsO, mas um estrato sobre o CsO, quer dizer, um fenômeno de acumulação, de coagulação, de sedimentação que lhe impõe formas, funções, ligações, organizações dominantes e hierarquizadas” (DELEUZE & GUATTARI, 2012, p. 24).

O corpo sem órgãos se posiciona contra determinados padrões culturais, fazendo das suas regras e formas de composição social da existência um objeto de crítica e riso. O corpo de Anayde incomodou por ter mostrado as possibilidades de uma liberdade imanente, constitutiva de outras formas de vida possíveis não somente para ela, mas para outras (e quiçá todas) as mulheres.

A tensão entre “uma mulher moderna numa Paraíba arcaica”, como nos sugere Silva (2016) abre a possibilidade de pensar sobre como o corpo, enquanto produção histórica eivada de marcas, pode vir

a ser um ponto de partida para dizer algo acerca dos processos que agenciam continuidades e rupturas, mudanças e permanências. A história de Anayde se vinculou a um acontecimento muitas vezes nomeado como “Revolução” de 1930 (sendo este termo passível de crítica na aula de história para fazer pensar sobre como nomeamos os fatos do passado). Se este acontecimento parece ter sido o demarcador de transformações políticas no país, dando a possibilidade de se construir uma “segunda república”, este fato também não foi somente marcado por mudanças. Nas aulas de História da Paraíba buscamos problematizar a relação entre estes termos, não sendo tomados como dicotomias, pois entendemos com Seffner (2019, p. 169) que:

é tarefa importante do ensino de história possibilitar que os alunos reconheçam, nas diferentes conjunturas históricas, os esforços de mudança e permanência que estavam em jogo; os modos como se deram os embates; as ideias, valores e princípios políticos postos em discussão; as regras que presidiam os conflitos; as soluções encontradas para resolver as diferenças entre os grupos sociais; o uso ou não da violência e do conflito armado para a solução dos conflitos; as consequências de algumas opções tomadas ao final dos embates para mudança ou permanência.

Indagar o clichê “uma mulher à frente do seu tempo”, usado para explicar as posturas libertárias de algumas mulheres na história como Anayde, Nísia, Olympe de Gouges (1748-1793), Patrícia Galvão, a Pagu (1910-1962) e tantas outras, pode ser uma maneira de fazer com que os estudantes questionem as periodizações e o tempo histórico em sala de aula. Foi isto que nos guiou no ensino de história da Paraíba. Entre o discurso político que apregoa uma ruptura total entre a “República Velha” (como assim nomeou Getúlio Vargas e posteriormente os historiadores passaram a chamar de Primeira República) e a Revolução de 1930, pode-se observar um conjunto de permanências na cultura política ancorada em mitos, em mandonismos e violências ancoradas em práticas racistas, escravagistas, sexistas e autoritárias.

Se o corpo de Anayde evidenciou uma diferença nos costumes voltados para a educação das relações de gênero e do papel da mulher na sociedade, isto não se explica porque ela teria estado “à frente do seu tempo”, algo simplesmente impossível. Deve-se levar em consideração, por outro lado, como o tempo histórico é múltiplo e plural, daí em um mesmo cenário histórico ser possível de se perceber multiplicidades, variações e formas de vida diversas do que instituído pelos costumes religiosos tantas vezes legitimados na forma da lei. Isto deixa claro o que Marlon Sarlomon (2018, p. 9) propõe pensar sobre o tempo histórico, pois:

habitado ao tempo unívoco, liso, coeso, incolor, orientado, sucessivo, encadeado, axial, progressivo, cumulativo, o espírito historiográfico parece hesitar diante da própria ideia de um tempo histórico formado por uma série de tempos, constituído por inúmeras linhas e camadas do tempo, composto por diversas dimensões e por um emaranhado de temporalidades.

Anayde significa, deste modo de vista, um exemplo possível em um determinado contexto histórico no qual as referências e modelos de existência não eram partes de um único bloco. Aquele contexto, por mais que alguns possam adjetivar como “atrasado” e “arcaico”, também estava prenhe de possibilidades e diferenças. Como o corpo humano é a marca primeira de nossa existência, é a condição primeira para vida e é constituído culturalmente na tensão entre gerações, relações de gênero, classe e raça, podemos pensar como nem só de determinação nem de escolha individual voluntariosa se faz a vida. Como já havia dito Karl Marx em frase lapidar: “os homens [e as mulheres, claro!] fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram”.

Assim, “a tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos” (MARX, 2011, p. 25).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, ao partir das imagens do corpo de Anayde Beiriz e das tensões que estiveram em jogo no período anterior e imediato à Revolução de 1930, procuramos construir neste texto uma reflexão sobre como o ensino de história pode problematizar as concepções de tempo histórico e a periodização dos acontecimentos.

O corpo pode ser uma matéria de observação do historiador e da historiadora para entender os mais variados acontecimentos e fenômenos sociais, pois ele é superfície de inscrição de diferentes signos, compromissos e crenças que uma determinada cultura constrói. Se as relações entre as gerações ocorrem por meio de obrigatoriedades, questionamentos, críticas e apropriações mais ou menos criativas, é por meio do corpo que isso ocorre. No que diz respeito às relações de gênero, o principal ponto de partida será sempre questionar como em determinado contexto as diferenças sexuais são articuladas e elaboradas. Ao partir desse “como” que indaga sobre as formas, técnicas, procedimentos e maneiras como se constrói o gênero, se pode passar a evidenciar como a sociedade faz do corpo não uma superfície passiva e totalmente determinada, mas a matéria por meio da qual certas formas de vida serão compreendidas como possíveis, enquanto outras serão mais ou menos violentamente interdidas.

REFERÊNCIAS

- AIRES, José Luciano de Queiroz. Escola e socialização do mito João Pessoa. *Saeculum – Revista de História*, v. 16, João Pessoa, jan./jun. 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (coord.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em 06 de abr. 2021.
- COSTA, Aryana Lima & OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O ensino de história como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá. *Saeculum – Revista de História*, v. 16, João Pessoa, jan./jun. 2007.
- CPDOC/FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20DE%201930.pdf>. Acesso em 06 de abr. 2021.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. 24 de novembro de 1947: como criar para si um corpo sem órgãos? In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* 2, v. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012, pp. 11-34.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 197-223, novembro de 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Felipe Baeta Neves. 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- GURJÃO, Eliete Queiroz. A Paraíba Republicana (1889-1945). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da et alii (orgs.). *Estrutura e poder na Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1999, p. 53-95.
- HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015.
- JULIER, Laurent & MARIE, Michel. *Lendo as imagens do cinema*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Senac, 2012.
- MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOSÉ, Viviane. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BF0-DtxKkRE>. Acesso em 05 de abr. 2021.
- NADAI, Elza & BITTENCOURT, Circe. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In: PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2020, pp. 93-120.

- NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2015.
- NETFLIX. *Guerras do Brasil.Doc*. Direção: Luiz Bolognesi. Ano: 2019. Temporada 1. Episódio: 4. Duração: 25 min.
- RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A Revolta de Princesa: poder privado X poder instituído*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. É possível realizar uma história do corpo? In. SOARES, Carmen Lúcia. *Corpo e História*. Campinas: Autores Associados, 2009.
- SARLOMON, Marlon. Heterocronias. In. *Heterocronias – estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Edições Ricochete: Goiânia, 2018, p. 9.
- SCOTT, Joan. Gênero como categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1999.
- SEFFNER, Fernando. Mudança e permanência. In. FERREIRA, Marieta de Moraes & OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, pp. 168-172.
- SILVA, Alômia Abrantes. *Paraíba, Mulher-Macho: tessituras de gênero, (dessa) fios da história*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2008.
- SILVA, Aurení Maria da. Anayde Beiriz: mulher moderna numa Paraíba antiga. *Revista de Ciências Humanas, Viçosa*, v. 16, n. 1, p. 117-135, jan./jun. 2016.
- SOARES, Carmen Lúcia. *Corpo e História*. Campinas: Autores Associados, 2009.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Teoria e método em Michel Foucault: (im) possibilidades. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 34, p. 83-94, setembro/dezembro 2009.

TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO: UMA PRÁTICA DOCENTE A PARTIR DAS NOVAS TECNOLOGIAS

José Túlio Marques Pereira Herculano¹

O avanço das novas tecnologias é um fato que não pode ser ignorado por nenhum dos setores da sociedade, pois, estamos rodeados por elas, seja na indústria, agricultura, comércio, medicina ou nas relações pessoais, por conseguinte, a escola não pode privar os seus alunos de participarem dessas transformações, como também, precisa entender que as gerações mais recentes já nasceram nessa nova era digital, por isso, possuem maior interesse e motivação diante das novas ferramentas. Nesse sentido, percebemos a necessidade de inserir na educação as novas tecnologias a partir de jogos virtuais, da robótica, da pesquisa na internet, entre outras maneiras de acessar e produzir o conhecimento a partir do uso desses instrumentos, assim, os educandos desenvolvem novas formas de aprender, para Veen (2009, p.4), “Silenciosamente, essa geração adotou a tecnologia e desenvolveu novas estratégias de aprendizagem e de vida. E essas estratégias diferem tanto das gerações anteriores que um novo ator está adentrando o palco da mudança educacional”.

Ao perceber essas mudanças nos indivíduos como também na própria sociedade, senti a necessidade de trabalhar com essas tecnologias em sala de aula, vale salientar ainda que ao ser contratado por uma escola particular da cidade de Campina Grande, precisei adaptar-me ao sistema educacional da instituição que utiliza diversas formas de tecnologias, desde a plataforma digital ao uso de tablets para preparar as aulas, ou seja, já existia um contato diário da comunidade escolar com as novas ferramentas, no entanto, sou ciente de que essa realidade não faz parte de todas as escolas, muitos alunos não tem acesso às tecnologias impostas pela sociedade dificultando a aproximação do aluno a nova realidade, porém, não podemos privá-los de ter contato com os meios digitais e com as ferramentas tecnológicas.

Diante desse desafio, planejei uma sequência de três momentos em que utilizei ferramentas tecnológicas para desenvolver os conteúdos da aula, abordando a influência da tecnologia sobre a vida de nossas crianças e adolescentes, para então, a partir dessas práticas partilhar os resultados com a comunidade acadêmica. Portanto, nosso trabalho tem como objetivo relatar os momentos de aprendizagem e conhecimento através das novas tecnologias para também colaborar com os meus colegas de magistérios a partir de ideias e práticas voltadas para o ensino de história por meio de ferramentas tecnológicas, complementando com o relato de experiência, onde discutiremos a importância das tecnologias para a educação.

Será dirigida a discussão teórica sobre a tecnologia fazendo um breve levantamento histórico sobre este assunto e como foi sua evolução na história, ainda abordaremos a influência tecnológica sobre a vida das nossas crianças e adolescente que nasceram na era digital e desenvolveram um novo modo de se comunicar, aprender e produzir conhecimento. Desse modo contamos com conversações acerca do tema a partir das reflexões de Blanco e Silva (1993), Paiva (1999), Veen (2009), Freire (2002), Morán(2015) entre outros teóricos que colaboraram com a construção do saber neste trabalho. A discussão ainda tratara dos desafios das escolas e educadores diante dessa nova forma de ensinar e quais os benefícios dessas práticas inovadoras para o aprendizado dos nossos alunos, logo após, será relatado a minha experiência com a turma do 8º(oitavo) ano do Colégio Santa Ana, na cidade de Campina Grande, onde apresentarei os sujeitos envolvidos na pesquisa, como aconteceram as aulas, os materiais e tecnologias utilizadas e os resultados obtidos ao trabalhar o tema da Revolução Industrial.

1 Graduação no curso de Licenciatura plena em História pela Universidade Estadual de Campina Grande- PB.

Breve história da tecnologia

A tecnologia ao contrário do que muitos pensam não é algo novo, vem desde as primeiras civilizações quando se descobriu o fogo e maneiras de produzir ferramentas para agricultura. Essas formas de tecnologia colaboraram para o desenvolvimento social e cultural da humanidade. Segundo Blanco e Silva (1993, p. 38) “o termo tecnologia vem do grego *technê* (arte, ofício) e *logos* (estudo de) e referia-se à fixação dos termos técnicos, designando os utensílios, as máquinas, suas partes e as operações dos ofícios”.

Atualmente a tecnologia ultrapassa esses conceitos e toma proporções bem maiores, englobando não só os meios de produção, mas todas as formas de conhecimentos científicos utilizados para criação e transformação do ambiente, melhorando a qualidade de vida do homem, proporcionando transformações profundas no modo de viver, comunicar e interagir das sociedades. Observamos esses avanços em todos os setores, saúde, comunicação, informação, transportes, indústria, saúde e relações humanas, conforme nos aponta Alves:

Os seus efeitos ultrapassam em muito as simples mudanças do modo de fazer determinadas coisas, pois se manifestam em transformações progressivas das formas de vida, particularmente visíveis nos avanços das comunicações, da indústria, do transporte, da medicina, etc., mas a sua influência é mais profunda ao atingir as formas de sociabilidade e da própria vida familiar, originando o questionamento de pressupostos básicos da vida humana, cuja mudança acelerada é evidente. (ALVES, 2009, p. 18).

Nota-se que os efeitos das inovações tecnológicas ultrapassam os modos de fazer e agem diretamente no modo de viver em sociedade. Hoje, não precisamos sair de casa para fazer compras, basta acessar um site a partir de nosso celular. Essas transformações, também acontecem nas relações interpessoais, quando precisamos apenas de uma chamada de vídeo para nos mantermos conectados com as pessoas amadas e que estão distantes, mesmo estando do outro lado do mundo. No entanto, ainda percebemos pessoas excluídas dessa realidade, principalmente jovens e crianças de baixa renda ficando a margem dos processos sociais e econômicos. A falta de acesso e conhecimento tecnológico na sociedade contemporânea nega aos indivíduos a participação efetiva nas relações sociais, culturais e de trabalho, impedindo-os de serem cidadãos.

Importante é também ressaltar que, para a plena conquista da cidadania na sociedade contemporânea, o indivíduo deve ter acesso às ferramentas digitais. Ter acesso às tecnologias é o passo inicial para combater a exclusão digital que ainda atinge um grande contingente de indivíduos no Brasil já que, com relação ao analfabetismo tecnológico, a situação não difere muito do quadro de analfabetismo como um todo no país. Entretanto, é preciso destacar que esse conceito está diretamente ligado ao que muitos autores chamam de exclusão digital, enfatizando que o foco é o cidadão digital e tecnologicamente excluído ou “*infoexcluído*”, mas que precisa ter a chance de ser incluído na sociedade da informação. (SILVA, 2011, p. 530).

Portanto, são necessárias algumas atitudes para amenizar a exclusão digital, mesmo que seja com pequenas ações pedagógicas, pois o mundo e a sociedade a cada dia exigem mais habilidades e letramento digital, principalmente para sermos inserido no mundo do trabalho.

A tecnologia transformou desde as formas de trabalho até a maneira como nos relacionamos, podemos fazer tudo por meio de aplicativos e de modo virtual, a própria educação mudou, surgindo assim novas

modalidades de ensino a partir da EAD (Educação a distância), todas essas modificações no modo de ser, pensar e viver do ser humano causados pela era digital, trouxeram grandes avanços e benefícios em vários setores, por outro lado as tecnologias agravaram problemas sociais, conforme nos aponta Araújo:

Essa evolução tecnológica gerou o empobrecimento de grande parte da população. Com advento da revolução verde na agricultura, aumentou o desemprego estrutural, obrigando trabalhadores do campo a migrarem para cidade. A mão-de-obra assalariada substituída por máquinas, abriu espaço para as desigualdades sociais nas cidades, contribuindo para o aumento da pobreza. (ARAÚJO, *et al.* 2017, p. 923).

Desse modo, precisamos refletir sobre essas problemáticas advindas com as inovações, para que os benéficos sejam para todos, estar atentos para a evolução pensando e criando juntamente com os alunos formas de melhor acolher, utilizar e disseminar essas tecnologias, sendo responsável e pensando no bem comum e social.

Tecnologia Educacional e a Nova Geração

Apesar das tecnologias educacionais existirem a anos, na atualidade percebe-se uma necessidade maior de inserção das novas tecnologias em sala de aula com objetivo de alcançar os nossos alunos. Observamos a invasão de informação e tecnologias na sociedade de tal modo que a escola se ver forçada a utilizá-las, porém, são grandes as dificuldades enfrentadas pelos professores para realizar essa tarefa, problemáticas que vão desde a falta de formação dos professores, até a estrutura das escolas, principalmente as escolas públicas, onde muitas não possuem sequer acesso à internet. Quando se tem laboratório de informática, faltam manutenção e técnicas adequadas para utilização do espaço.

A evolução tecnológica promoveu mudanças profundas na sociedade e na educação. Principalmente, em relação aos nossos alunos, indivíduos que já nasceram em meio ao mundo digital, informatizado que os conecta e fascina. Essa nova geração mergulhada na tecnologia possui novos meios de aprendizagem, ou melhor, aprendem de forma diferente das gerações anteriores, eles têm a informação nas mãos, a partir do uso de celulares cada vez mais avançados. Segundo Veem (2009, p. 12), “Essa geração, que chamamos geração Homo *zappiens*, cresceu usando múltiplos recursos tecnológicos desde a infância”, O homo *zappiens*, como é definido pelo autor, desde cedo já tem contato com as novas tecnologias, por isso não se sente motivado com o ensino e as práticas pedagógicas que ainda teimam em usar o ensino tradicional, logo, não só os educadores, mas o sistema de ensino devem buscar uma formação tecnológica, para poder atender a demanda desses novos discentes, despertando a vontade de estudar e permanecer neste grupo acadêmico.

A tarefa de conectar as escolas aos novos objetivos dos alunos é um esforço que todos precisamos assumir, já que, diante desta geração imersa na tecnologia, as antigas práticas pedagógicas já não são suficientes para despertar neles o ânimo e entusiasmo nos estudos, precisamos avançar e acompanhar as tecnologias, para além, saber usá-las em prol do ensino, com objetivos educativos.

O Desafio da Educação

Educar é um ato de pensar e conciliar a realidade do cotidiano dos alunos aos conteúdos trabalhados em sala de aula, dando sentido ao que está sendo estudado na medida em que causa uma aproximação com a realidade e facilita o processo de aprender dos alunos, é o principal objetivo e desafio do docente que buscar cumprir seu papel de forma adequada e consciente. Conforme Koch

(2013, p. 12), “O sujeito não aprende nada que não seja importante para sua vida, gestores e educadores podem impor, mas o aluno não irá aprender se não é significativo para ele”. Paulo Freire (2002) no seu livro “Pedagogia da Autonomia”, é persistente ao falar sobre a formação e o ato de ensinar, que para ele não pode ser considerado como um simples treino, mas a educação baseia-se na construção e produção de conhecimentos. Ensinar o aluno é tornar possível a interpretação crítica dos acontecimentos e dos conteúdos.

Essa forma crítica de observação dos fatos e acontecimentos precisa ir além dos conteúdos disponibilizados no currículo escolar, devem ser também em relação aos acontecimentos sociais, políticos, culturais e históricos. Por isso, o compromisso do professor é proporcionar momentos de aprendizagem com objetivo de preparar o aluno para viver em sociedade de forma crítica e consciente, conforme Libâneo:

A característica mais importante da atividade profissional do professor é a mediação entre o aluno e a sociedade, entre as condições de origem do aluno e sua destinação social na sociedade, papel que cumpre provendo as condições e os meios (conhecimentos, métodos, organização do ensino) que assegurem o encontro do aluno com as matérias de estudo. (LIBÂNEO, 1994, p. 47).

Sendo assim, alunos e professores precisam ser agentes ativos nesse processo de aprendizagem, por tanto, tornar-se necessário um olhar sobre as transformações existentes sejam sociais, econômicas, culturais, históricas e principalmente tecnológicas, pois, nossos alunos nasceram em uma era totalmente digital e informatizada, na qual os games, internet, multimídia, hipertextos, redes sociais, aplicativos e celulares, fazem parte do cotidiano deles. Diante desses avanços, o professor precisa encontrar meios de encurtar as distâncias que os separam dos alunos.

Um desses meios é a robótica educacional, assim como os games, proporciona o desenvolvimento de várias competências e habilidades nos nossos alunos, como são indicadas:

Outra característica da robótica é o fato de suas atividades serem mais produtivas quando realizadas por um grupo de pessoas trabalhando em conjunto, e não por um único indivíduo. Desses fatos conclui-se que a robótica é uma ótima ferramenta de auxílio ao ensino. Juntando a teoria à prática ela é capaz de desenvolver nos alunos alguns conceitos que as demais disciplinas quase não abordam, como: trabalho em equipe, autodesenvolvimento, capacidade de solucionar problemas, senso crítico, integração de disciplinas, exposição de pensamentos, criatividade, autonomia e responsabilidade, postura empreendedora, etc. (BRUN,2011, p. 3).

Para além de todas essas competências, os alunos podem observar como se deu todo o desenvolvimento tecnológico e industrial que influenciaram de forma profunda os processos sociais, econômicos e culturais. A partir do recurso da robótica educacional os sujeitos se sentem motivados a produzir, planejar, pensar e realizar atividades complexas, como raciocínio lógico, a linguagem de programação, habilidades de coordenação motora e entre outras. Tornam-se agentes ativos no processo de ensino e aprendizagem, sendo o professor o mediador entre a teoria e a prática, ele é quem “escolhe o que é relevante entre tanta informação disponível e ajuda que os alunos encontrem sentido no mosaico de materiais e atividades disponíveis”(MORÁN, 2016, p. 24). A atuação dos professores em sala de aula torna-se desafiadora diante dos avanços tecnológicos que exigem um novo perfil profissional, dentro e fora da sala de aula, assim, é urgente e pertinente a utilização dos múltiplos espaços trazidos pela era digital.

METODOLOGIA DO TRABALHO

Os sujeitos envolvidos

A realização deste estudo busca apresentar conceitos sobre a tecnologia e a sua relação com a educação, assim como analisar e refletir sobre os benefícios extraídos dela. A experiência pedagógica foi realizada no Colégio Santa Ana, localizado no centro de Campina Grande, uma escola da rede privada de ensino, com 50 anos de atividades.

Os alunos possuem um perfil diferenciado, são crianças e adolescentes de famílias tradicionais da cidade. Eles possuem um maior acesso à internet, a aparelhos celulares, tabletes, entre outros recursos tecnológicos da atualidade. A turma em que foi realizada e desenvolvida a prática docente é composta por 35 alunos, entre 11 a 13 anos, cursando o 8º ano do ensino fundamental anos finais. Os educandos possuem além do livro didático um IPAD (disponibilizado pela escola durante as aulas) contendo material didático e possibilidades de atividades ligadas em rede. A escola também disponibiliza aos alunos acesso à internet através de rede *Wi-fi* para que eles possam realizar as atividades propostas pelos professores.

Relato das aulas

A sequência didática foi realizada em três momentos com objetivo de trabalhar com os alunos o tema da Revolução industrial em suas três fases. O tema em si já nos convoca a pensar sobre todos os avanços tecnológicos ocorridos na humanidade, suas causas, consequências, benefícios e também danos à sociedade, sendo assim, as aulas foram pensadas para unir a teoria e a prática.

A primeira aula, cujo tema era a primeira fase da Revolução Industrial, foi contextualizado o momento histórico a partir da apresentação de imagens e vídeo sobre as máquinas, disponível no *Youtube*² no canal do EJA CESUM – História. Chamando a atenção dos alunos para os fatos sociais ocorridos durante esse período, como o desenvolvimento da primeira máquina industrial, os benefícios gerados por ela, mas também as consequências desse avanço para sociedade daquela época.

A segunda aula ministrada iniciou a partir de um quebra-cabeça, enviado para o celular dos alunos. O quebra-cabeça era referente à imagem de uma locomotiva do Séc. XVIII um dos símbolos da Revolução Industrial foi feito a partir de um site da internet, o <https://www.jogospuzzle.com/>, nele podemos criar quebra-cabeças de forma bem simples, inserimos a imagem e escolhemos a quantidade de peças e o formato, em seguida o site disponibiliza o *link*³ para jogar, de forma rápida e simples.

2 EJA CESUM-História. Surgimento das máquinas, 04 de março de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6zLHyZo-m64>, acessado em 20/02/2020

3 Link do jogo enviado para os alunos: https://www.jogospuzzle.com/desafio-puzzle-de-revolu%C3%87ao-industrial_5ea09bdda4645.html

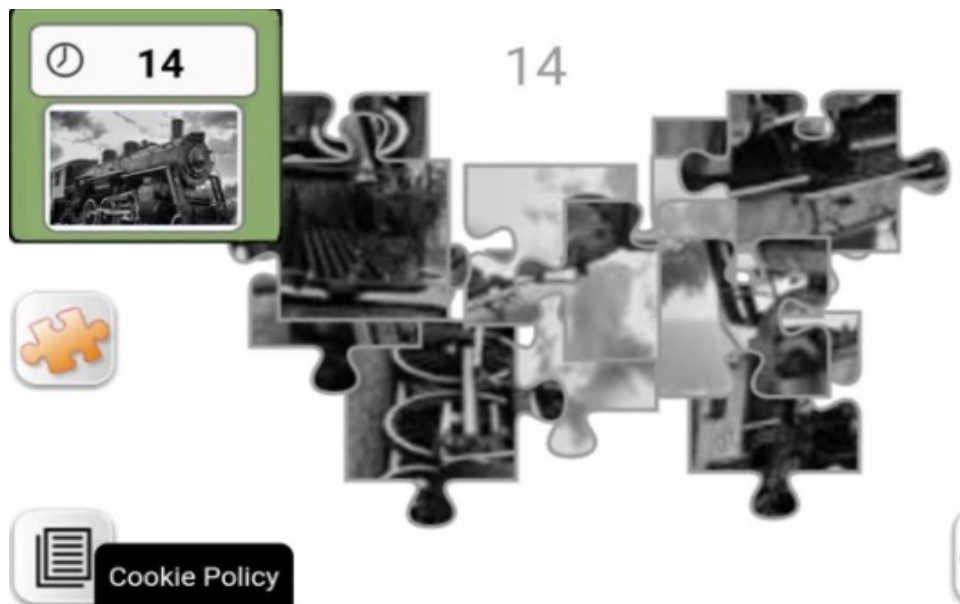


Figura 1- Imagem do início do quebra cabeça. Fonte: arquivo pessoal.

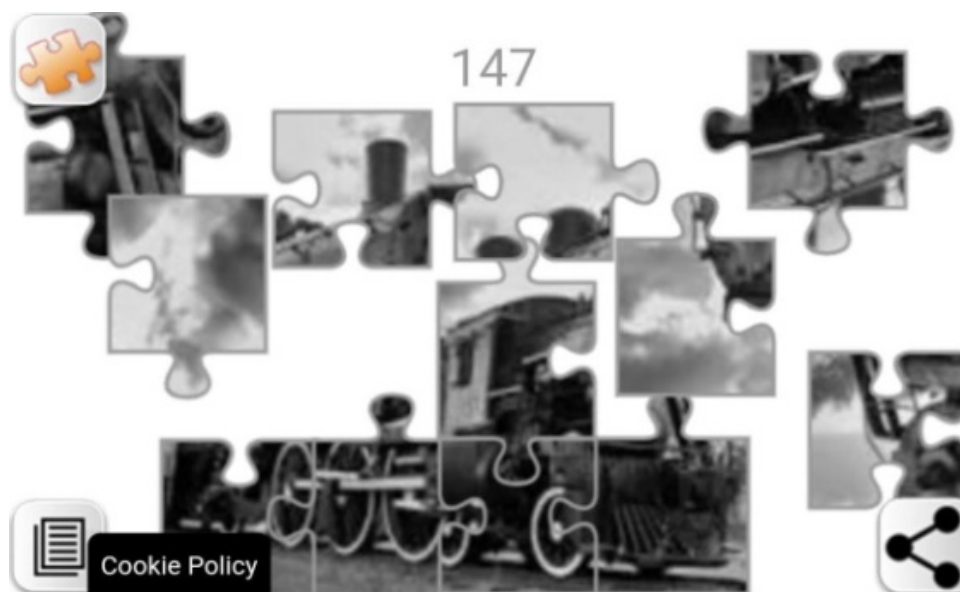


Figura 2- imagem do quebra-cabeça sendo montado. Fonte: arquivo pessoal



Figura 3-Imagem da conclusão do quebra cabeça. Fonte: arquivo pessoal

Escolhi fazer o jogo com apenas 20 peças, devido o tempo disponível para ser utilizado nessa atividade que durou em torno de 10 a 15 minutos. Ao terminarem de montar a imagem da locomotiva, lancei questões sobre os sentidos possíveis trazidos por aquela imagem: para que servia a locomotiva? Qual o combustível e como ela se locomovia? Quais foram os benefícios trazidos pelas locomotivas? Ao dar continuidade, proporcionamos o último momento da sequência didática sobre a Revolução Industrial. Esse momento foi realizado com a colaboração de uma equipe do SENAI de nossa cidade, tendo em vista que, a terceira fase da Revolução Industrial é relacionada à robótica.

O SENAI disponibilizou o professor e o material de robótica para que essa aula acontecesse. Iniciei o momento contextualizando sobre a terceira fase e explicando a importância da robótica para evolução da tecnologia e a sua utilização em diversos espaços, como indústria, agricultura, área de saúde e sem esquecer que na atualidade, também está inserida é muito usada na área da educação. Em seguida, tivemos as instruções do monitor do SENAI para realizar o projeto, no qual inicialmente, dividindo os alunos em grupos, para que pudessem montar os robôs a partir de um manual de instruções e também com a ajuda do professor de robótica, possibilitando a interdisciplinaridade.



Figura 4-Os alunos divididos. em grupos para montagem dos robôs.
Fonte: arquivo pessoal



Figura 5- Os Alunos recebendo a orientação do professor do SENAI.
Fonte: Arquivo pessoal

Os alunos trabalharam em equipe, havendo interação, dinâmica, participação, entusiasmo e grande aprendizado em relação à tecnologia utilizada, como também, percebemos as habilidades desses jovens com as tecnologias citadas. Os adolescentes demonstraram facilidade em utilizar os jogos, a internet e a aula de robótica, tornando esses momentos de aprendizagem significativos, com trocas de conhecimentos tanto para os alunos como para mim, professor dessa turma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia na atualidade faz parte de nossas vidas, estamos inseridos nesse mundo em que o virtual e o físico se completam, diante dessa nova realidade da qual vivemos, fica evidente a importância de se utilizar os mecanismos e facilidades disponíveis pelas novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem.

Como podemos observar nesse trabalho, utilizar as novas tecnologias no ensino, é trazer para sala de aula a possibilidade de atrair os alunos, já que eles são altamente ligados à era digital. Dessa forma, ao utilizar as ferramentas como jogos digitais, a robótica, internet e outros recursos tecnológicos, foi possível aproximar os conteúdos e torná-los significativos aos alunos. As práticas realizadas demonstraram situações de aprendizagem, motivação, estímulo ao ensino. As aulas foram prazerosas e estimulou nos alunos habilidades como a criatividade, autonomia, curiosidade e motivação para aprender, fazendo com que eles saíssem do espaço físico para o virtual.

Portanto, esse trabalho apresentou resultados positivos ao se utilizar os jogos, a internet e a robótica em sala de aula, mas sem esquecer ou anular as outras formas de tecnologia, como o livro, caderno, lápis e o quadro. Por fim, apenas ampliamos o olhar sobre novas formas de ensinar e aprender, para que possamos nos conectar com nossos alunos, que são plugados nessa nova era digital e tecnológica.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. A. S. Tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas escolas: da idealização à realidade. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. p.134, 2009.

ARAÚJO, S. P.; VIEIRA, V. D.; KLEM, S. C.; KRESCIGLOVA, S. B. Tecnologia na educação: contexto histórico, papel e diversidade. In. IV Jornada de Didática, p. 4, 2017.

BLANCO, E. & SILVA, B. Tecnologia Educativa em Portugal: Conceito, origens, evoluções, áreas de intervenção e investigação. Revista Portuguesa de Educação. Portugal v.6 p.37-55, 1993. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/521/1/1993%2c6%283%29%2c37-56%28EliasBlanco%26BentoDuartedaSilva%29.pdf>> Acesso em: 06 abr. 2020.

EJA CESUM-História. Surgimento das máquinas, 04 de março de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6zLHyZo-m64>. Acesso em 20 fev. 2020.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia, Saberes Necessários à Prática educativa. 25. Ed. São Paulo- Paz e terra, 1996.

LIBÂNIO, J. C. Didática. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergência Midiática, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Vol. III. PROEX/UFPG, 2015. Disponível em: <http://www.eca.sp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/2012/mudando_moran.pdf> Acesso em: 08 abr. 2020.

VEEN, W. Homo Zappiens: Educando na era digital. Porto Alegre :Arrmed, 2009.

Link do Quiz elaborado como exemplo: <https://teuquiz.com/quiz-trivia/revolucao-industrial-92>

Link do quebra-cabeça utilizado pelos alunos como atividade: https://www.jogospuzzle.com/desafio-puzzle-de-revolu%C3%87ao-industrial_5ea09bdda4645.html.

EM BUSCA DA LUZ E DO RIGOR, ENSAIOS SOBRE A HISTÓRIA DA PARAÍBA: UMA DIVERSIDADE DE ABORDAGENS

Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio¹

Uma das características fundamentais do ensaio é sua liberdade de reflexão, deixando claro a sua afinidade com o inconclusivo, com o conhecimento em aberto. No campo historiográfico, muitas vezes o termo não é bem visto. Talvez devido a nossa busca coletiva por estabelecer uma norma de conhecimento como firme enquanto ciência. O ensaio estaria mais próximo, portanto, da arte e da literatura, do que a ciência. Independentemente disso enquanto leitor de literatura e de crítica literária, eu sempre me afinei muito com os jogos de possibilidade deste gênero literário, que tanto se aproxima da crônica, como do artigo de opinião; como também se aproxima do artigo científico. O ensaio para mim é a forma mais próxima da liberdade. A luz e o rigor.

Lendo os artigos contidos nesta coletânea, intitulada “Histórias da Paraíba: ensaios sobre cultura, política e ensino de história”, organizada pelos jovens e atuantes historiadores paraibanos Hilmária Xavier Ribeiro e José dos Santos Costa Júnior, observo, diante da diversidade temática e de abordagem destes onze ensaios, um lugar mais de buscas do que certezas. Seus autores, jovens, amparados em uma rica e diversa natureza de fontes recorrem à ideia de Umberto Eco, de uma obra aberta. De um objeto a se construir.

Dividida em três seções, intituladas Culturas e Sociabilidades (Parte 1), Movimentos sociais e cultura política (Parte 2) e Ensino de História e Práticas Educativas (Parte 3), o leitor observa a qualidade da mais recente produção historiográfica campinense e paraibana, partindo de abordagens principalmente da Nova História Cultural em suas consonâncias com a história política e as práticas educacionais.

Comecemos ensaiando alguns comentários pelos textos apresentados

O primeiro deles é da autoria de Raquel Silva Maciel, intitulado “O provinciano incurável adentra as terras paraibanas: sociabilidades entre Luís da Câmara Cascudo e o seu jovem amigo velho”. De todos um dos mais maduros apresentados. Um estudo dedicado à correspondência trocada entre dois “patrimônios literários e culturais” do Rio Grande do Norte e da Paraíba, o potiguar Cascudo e o paraibano José Américo de Almeida. Modernistas que assim como Mário de Andrade possuíam a doença do “gigantismo epistolar”. Através dos encontros epistolares destes dois autores, Raquel Maciel recorre a compreensão das vivências da Paraíba de um Cascudo. Um ensaio bem fundamentado e escrito, magnetizado por trechos da correspondência destes dois intelectuais.

O segundo ensaio, da autoria de Lays Honório Teixeira, intitulado de “Paulo Pontes, Paraí-bê-a-bá e o sistema coringa enquanto estratégia: paraíbas em cena” recorre a uma análise original do texto teatral do campinense Paulo Pontes, pouco conhecido e bastante referenciado, Paraí-bê-a-bá. A autora incursiona pela teoria teatral de Augusto Boal para compreender uma espécie de autoria/interpretação coletiva da obra. Conhecendo a trajetória da pesquisa, observo claramente avanços consideráveis da historiadora, em seu diálogo com o teatro e a literatura. Lays Teixeira se afirma como uma grande intérprete do Paulo Pontes.

1 Historiador e escritor. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

Ainda relacionado ao teatro, temos Valtiana Kelly da Silva, com o seu ensaio “Lourdes Ramalho: a memória e a fabricação da escrita”. Um estudo sensível e bem elaborado, que parte da tese do lugar da memória na construção narrativa desta que é considerada o maior nome da dramaturgia campinense e uma das maiores do Nordeste. Segundo a historiadora ao colocar seu texto como uma memória, na maioria das vezes pessoais de sua infância, Lourdes Ramalho fabrica uma escrita autoral. Um estudo que se aproxima das reflexões de Vanuza Silva. O foco principal é um dos seus textos mais conhecidos, *As Velhas*.

Fechando a primeira seção da coletânea, Franciel dos Santos Rodrigues, em “Eu te rezo e te curo: a vivência das rezadeiras juncoenses e a ritualização de sua prática ‘marginal’” analisa o que chama de “práticas populares marginais”, nos rituais de cura das rezadeiras da cidade sertaneja de Junco do Seridó, Paraíba. O autor articula bem os conceitos, muitos deles retirados da Antropologia Cultural, para observar através da observação participante e da oralidade, as imagens sacralizadas do catolicismo, bem como as suas relações híbridas. Uma pesquisa que já anuncia bons frutos na historiografia das ciências das religiões em nosso estado.

Já na segunda parte da coletânea, abrindo com um quinto artigo, temos o texto ““A cassação de seu mandato foi um terrível equívoco”: as reações no Diário da Borborema diante da cassação do Prefeito Newton Rique”. Dentro de uma perspectiva da história política, o autor, o historiador Glauber Paiva da Silva, repercute as reações de vários dos articulistas do famoso periódico campinense, o Diário da Borborema. O grande mérito do texto é observar como figuras destacadas do meio intelectual local, como Stênio Lopes, Epitácio Soares, Lopes de Andrade, foram favoráveis ao golpe civil-militar, mesmo não concordando com a cassação do prefeito Newton Rique. Um estudo maduro, bem recortado e que colabora com as pesquisas sobre a experiência do golpe militar em cidades do interior no Brasil.

O sexto ensaio, “Aroeiras – a história elegida em 1981 por Pedro de Andrade – uma Análise Historiográfica”, de Laiza da Rocha Araújo incursiona criticamente no livro da autoria do político e memorialista Pedro de Andrade, lançado no ano de 1981, que se dedica a historicizar a trajetória da cidade de Aroeiras, Paraíba. Laiza Araújo nas trilhas do historiador Michel de Certeau procura fazer uma análise historiográfica, observando as condições que possibilitaram a referida obra, no contexto do início da década de 1980.

Em “Experiências sindicais e lutas de mulheres nas regiões do Seridó e Curimataú paraibanos”, da autoria de Priscila Dantas temos um dos textos mais sensíveis da coletânea aqui presente. Partindo de fotografias retiradas de acervos pessoais, a autora mapeia o universo de lutas de mulheres nas regiões do Seridó e Curimataú da Paraíba, observando as ações lideradas por mulheres em um espaço interiorano onde a figura feminina era predominante. Seu foco, portanto, é na atuação de algumas mulheres na formação de atuação sindical. Um texto bonito, vivo, que nos coloca de forma direta na natureza de luta destas mulheres paraibanas ainda pouca conhecidas.

Fechando a segunda parte da coletânea, temos o estudo “Por uma “revolução de corpo inteiro”: uma revisão bibliográfica da história do movimento LGBT na Paraíba (1980 – 2000)”, da autoria do historiador Luiz Gervázio Lopes Junior. O texto na verdade é uma discussão teórica e uma espécie de lúcido guia bibliográfico para aqueles que pregam a necessidade de enveredarmos sobre a história do LGBT no estado da Paraíba. Temos, portanto, um estudo que abre caminhos epistemológicos para uma produção de uma historiografia LGBT paraibana. Um trabalho rico que possibilitará ainda mais frutos em pouco tempo.

O nono ensaio, que abre a terceira seção da coletânea, da autoria de Maria Letícia Costa Vieira, é intitulado “O saber histórico e o espaço escolar: Percursos da memória na Cultura Escolar no Colégio Alfredo Dantas através das fotografias (1968-1987)”, procura circunscrever a experiência da cultura escolar empreendida pelo Instituto Pedagógico, hoje Colégio Alfredo Dantas, em Campina Grande,

nestes mais de cem anos. Seu recorte é em cima de uma iconografia, principalmente aquela ligada a eventos cívicos, observando assim a imagem pública construída pelo educandário. O estudo, portanto, colabora já com a rica historiografia educacional na cidade paraibana.

O décimo ensaio, chamado “Foi Anayde Beiriz uma mulher à frente do seu tempo? Notas sobre o corpo e o tempo histórico no ensino de História da Paraíba”, da autoria dos organizadores da coletânea, os historiadores José dos Santos Costa Júnior e Hilmária Xavier Ribeiro, procura problematizar o lugar incômodo na historiografia de Anayde Beiriz, a partir de um ângulo aplicado no ensino de história, na experiência de ambos como professores ministrantes da disciplina de História da Paraíba, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Um recorte necessário, visto que é mais do que necessário que possam articular pesquisas acadêmicas com as práticas em sala de aula.

Por fim, fechando a coletânea de ensaios, temos o texto “Tecnologia e Educação: uma prática docente a partir das novas tecnologias”, escrita por José Túlio Marques Pereira Herculano. Baseado na experiência do mesmo enquanto professor de uma escola privada, o autor procura relatar os momentos de aprendizagem, a partir dos usos de alguns equipamentos tecnológicos, colaborando assim para uma reflexão sobre o fazer escolar.

Desta forma, compreendo que “Histórias da Paraíba: ensaios sobre cultura, política e ensino de história”, organizados pelos historiadores Hilmária Xavier Ribeiro e José dos Santos Costa Júnior, enquanto conjunto de textos em permanente construção procura colaborar para nossa rica historiografia paraibana, não focando em temas já cansados, batidos e macros, mas sim em tendências micro de abordagens, focados nas experiências subjetivas, onde o ensaio é a maior pela liberdade, sempre em busca da luz e do rigor.

Campina Grande, 01 de julho de 2021.

SOBRE OS ORGANIZADORES

HILMARIA XAVIER RIBEIRO

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestra em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Professora Substituta no Campus I da Universidade Estadual da Paraíba, atuando na área de História do Brasil desde o ano de 2018. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em História da Paraíba - NUPEHP/UEPB. Professora da Especialização em Estudos de História Local: sociedade, educação e cultura - NUPEHP/UEPB. Realiza pesquisas sobre Cidades, Grupos Populares, História Cultural, História da América, Ensino de História e Metodologia Científica.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3182297111841354>

Email: hilmariax@yahoo.com.br

JOSÉ DOS SANTOS COSTA JUNIOR

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atuou como professor substituto no Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) nos anos de 2019 e 2020. Vice-líder do Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas (NUHLC-UEPB/CNPq), atuando na linha de pesquisa Subjetividades contemporâneas: corpos, saberes, territórios. Foi bolsista do Programa de Educação Tutorial do Curso de História (PET-UFCG) entre 2011 e 2015, atuando em projetos de ensino, pesquisa e extensão. Membro da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Sócio do Centro de Educação Cidadã e Direitos Humanos (CECIDH), no qual atua em assessorias, oficinas e na formação política de atores do Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Atua na área da História com ênfase nos seguintes temas: teoria e metodologia da história, historiografia brasileira contemporânea, história da educação e das políticas públicas para crianças e jovens, ensino de história e história do Brasil república, publicando artigos em eventos nacionais e internacionais, bem como em periódicos e coletâneas. Possui experiência de ensino na área de teoria e metodologia da história, historiografia brasileira e história do Brasil e das Américas. Possui experiência na condução de processos de planejamento de políticas para a infância e adolescência, elaboração de material didático (módulos didáticos) sobre ENEM Ciências Humanas e suas Tecnologias, metodologias de elaboração do projeto de pesquisa e orientação de trabalhos de conclusão de curso de graduação em história. Possui experiência como avaliador ad hoc em periódicos de história. Suas pesquisas fomentam a relação interdisciplinar com os campos da Educação, Sociologia, Direito e Filosofia Política.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3276624670972058>

Contato: josedossantoscostajunior@gmail.com

Instagram @[prof.josejunior](#)

